UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA RIVELIZA DA SILVA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ATUAÇÃO DAS ONGS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ECOA EM MATO GROSSO DO SUL

Dourados-MS
2012

UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA RIVELIZA DA SILVA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ATUAÇÃO DAS ONGS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ECOA EM MATO GROSSO DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Flaviana Gasparotti Nunes.

Dourados-MS
2012

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profa. Dra Flaviana Gasparotti Nunes (Orientadora)
(Presidente da Comissão)

_____

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti (Membro - UFGD)

_____

Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior (Membro - UFMS)

Dourados-MS, 25 de abril de 2012.

Dedico este trabalho àqueles que acreditaram em mim e me ajudaram nessa conquista: à minha família e amigos que me trazem o sentido de plena realização e felicidade. Muito obrigada pela dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus: Ele que me dá serenidade, sabedoria e força para lutar pelos meus objetivos;

Agradeço a UFGD, a FCH e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por me proporcionarem estrutura e apoio essencial a minha formação;

À professora e orientadora Dra. Flaviana Gasparotti Nunes por sua dedicação e paciência a mim conferida.

À CAPES pelo suporte financeiro que foi de extrema importância para a realização deste trabalho;

Agradeço a ECOA e seus membros pela sua solidariedade em contribuir para a realização desta dissertação;

Ao professor Dr. Edvaldo César Moretti que acompanhou e se fez presente durante todo o meu trajeto acadêmico; e ao professor Dr. Álvaro Banducci Júnior por participar da minha banca e pelas contribuições imprescindíveis a meu trabalho;

A todos os professores do curso de Geografia da UFGD que contribuíram para o meu amadurecimento educacional e profissional;

Agradeço aos meus colegas de mestrado que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que essa conquista realmente acontecesse;

Enfim, agradeço a minha família e amigos do coração, estes que eu sempre pude contar. A todos que me deram força quando eu mais precisei e que acreditaram em mim. Obrigada por fazerem parte da minha vida, e que este trabalho seja apenas a porta para muitas outras vitórias.

RESUMO

Neste trabalho, partimos do entendimento de que a reflexão em torno da Educação Ambiental insere-se num campo mais amplo de questões que envolvem as concepções de natureza e meio ambiente vigentes, bem como os sentidos da crise ambiental e sua relação com os paradigmas do conhecimento. A partir deste entendimento, procuramos discutir o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no desenvolvimento da Educação Ambiental tendo como foco a ONG Ecologia e Ação (ECOA) e suas ações em Mato Grosso do Sul. Com base em levantamento documental e realização de entrevistas com membros e fundadores da ECOA procuramos analisar os objetivos, características e principais questões que envolvem as ações desenvolvidas pela ECOA no que diz respeito à Educação Ambiental. Neste sentido, identificamos, dentre os projetos desenvolvidos pela ECOA, o Projeto Criança das Águas que busca, através de uma Educação Ambiental crítica, proporcionar reflexões e ferramentas visando melhores condições de trabalho para os ribeirinhos das comunidades atendidas e assim oferecer uma melhor qualidade de vida para essas famílias. Com base na análise das ações desenvolvidas pela ECOA e, principalmente, no Projeto Criança das Águas, entendemos que essa ONG realiza um trabalho de Educação Ambiental que não se limita a ações comportamentalistas e individuais. A perspectiva socioambiental é base de suas ações na medida em que seus projetos de Educação Ambiental partem do princípio de que o homem não é externo à natureza, mas que interagem e formam um só meio. Portanto, uma visão socioambiental e de Educação Ambiental que enxerga o meio ambiente como um todo e não o fragmentando e separando-o.

Palavras-chaves: Educação Ambiental ; ONGs; ECOA; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

In this work, we start from the understanding that the debate on environmental education is part of a broader field of issues surrounding the concepts of nature and environmental regulations, as well as the sense of environmental crisis and its relation to the knowledge paradigms. From this understanding, we discuss the role of Non-Governmental Organizations (NGOs) in development of environmental education with a focus on NGO Ecology and Action (ECOA) and its actions in Mato Grosso do Sul. Based on archival work and conducting interviews with members and founders of the ECOA tried to analyze the objectives, main features and issues surrounding the actions taken by the ECOA with respect to Environmental Education. In this sense, identify, among the projects developed by the ECOA, the Child of Waters Project that seeks, through Environmental Education critical thinking and tools to provide better working conditions for the riparian communities served and thus offer a better quality of life for these families. Based on the analysis of the actions developed by the ECOA and, especially, in the Project Child Waters, we understand that this NGO performs work that Environmental Education is not limited to behavioral and individual actions. Environmental perspective is the basis of their actions to the extent that their environmental education projects assume that man is not external to nature, but they interact and form a single medium. Therefore, a vision of social, environmental and environmental education that sees the environment as a whole issue, not separating it and fragmenting it.

Keywords: Environmental Education, NGOs, ECOA, Mato Grosso do Sul

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Plataforma de Diálogos.....60
Foto 2 – Apresentação do Projeto pelo coordenador de políticas públicas da ECOA André Siqueira.....61
Foto 3 – Oficina de aproveitamento de frutos regionais como alternativa de renda.....62
Foto 4 – Criança das Águas – Comunidade Porto da Manga.....63
Foto 5 – Caranguejo *(Dilocarcinus pagei)* Tuviras *(Gymnotus carapo)*..... 65
Foto 6 – Equipamentos e técnicas alternativas que asseguram melhores condições de aos isqueiros.....67

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CI – Conservação internacional

CPP – Conselho do Centro de Pesquisas do Pantanal

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

ECOA – Ecologia e Ação

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EUA - Estados Unidos da América

RIMA – Relatório de impacto ambiental

GGF-BRASIL – Conselho do Global Greengrants Fund –Brasil

IUCN NL – Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MMA – Ministério do meio ambiente

MS – Mato Grosso do Sul

NOG – *Non-governmental Organization*

OCCA – Organização de Cultura, Cidadania e Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PREA – Programa Municipal de Educação Ambiental

S.A. – Sociedade anônima

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SP – São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

WWF BRASIL – Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

Introdução..... 11

Capítulo 1: Crise Ambiental, movimento ambientalista e Educação Ambiental..... 15

1.1 A ideia de natureza e meio ambiente na modernidade..... 15

1.2 Crise Ambiental e o ideário de Desenvolvimento Sustentável 22

1.3 Crise ambiental e o movimento ambientalista 26

1.4 Educação Ambiental: a necessidade de uma reflexão contextualizada 31

Capítulo 2: As Organizações Não Governamentais (ONGs) e sua atuação ambiental..... 37

2.1 A emergência do chamado "Terceiro setor" e suas contradições conceituais 37

2.2 As Organizações Não-Governamentais (ONGs): características gerais e atuação na problemática ambiental 42

2.3 Problematizando o papel e formas de atuação das ONGs 47

Capítulo 3: A ECOA e sua atuação na educação ambiental em Mato Grosso do Sul 54

3.1 Breve histórico e caracterização da ONG Ecologia e Ação (ECOA) 54

3.2 A ECOA e a sua atuação no contexto da Educação Ambiental: Projeto Criança das Águas – Identidade e Cidadania..... 68

3.3 A ECOA e o seu trabalho de *advocacy* 81

Considerações Finais..... 85

Bibliografia 92

Sites consultados..... 95

Anexos.....

INTRODUÇÃO

Decorrente de um legítimo temor de nossa possível extinção, bem como da reflexão sobre a conservação e direito à vida é que inquietações emergem, face a um planeta constantemente mutante e em intensa crise societária.

Trata-se, na verdade, de uma sociedade contemporânea que se encontra diante de uma condição estrutural que admite a caracterização de várias crises (civilizatória, moral, política, ambiental, tecnológica, entre outras) e que pode ser considerada como uma *situação complexa* – pois exprime as várias *patologias* do capitalismo, desde o sentido de produção da modernidade até as incertezas e individualismo acentuado, num momento que ao mesmo tempo em que reuniu grandes avanços tecnológicos, promoveu também as maiores barbaridades socioambientais. (LOUREIRO, 2003)

Deste modo, com a intricada problemática que envolve o meio ambiente torna-se necessária uma reflexão sobre tal situação. Provenientes de distintas motivações e necessidades, quase todo sujeito – quer seja individual ou coletivo – reconhece e se refere ao ambiente como extensão indissociável da humanidade, mencionando-o, inclusive, como condição necessária para a conservação e perpetuação da vida na Terra.

Assim sendo, a questão ambiental representa uma das mais importantes dimensões de atenção e análise por parte da sociedade moderna. A exemplo, tem-se o expressivo aumento de discussões, produções teóricas e manifestações sociais abordando a temática, principalmente desde a década de 70 do século XX.

É, portanto, a partir desse momento que a Educação Ambiental adquiriu grande destaque como possibilidade de diminuir ou amenizar tal processo por meio de pressupostos e ações educativas, estas que vão para além de práticas comportamentalistas, individuais e mecanicistas[1], ações estas que acabam por simplificar e reduzir essa complexa problemática que envolve o meio ambiente. Não queremos dizer que essas ações não sejam importantes, afinal, elas são[2]. No entanto, pouco significam perto dessa intricada transformação pela qual

[1]Como exemplos de tais práticas podemos citar atividades como: jardinagens, hortas, separação de lixos para a reciclagem, recuperação de córregos, entre outros.

[2]Inclusive alguns autores, como Carvalho (2006), entendem essas ações enquanto questão de educação – independentemente do seu foco (ambiental, no trânsito, etc.), uma vez que educação é educação, ou seja, é ter o princípio de que certas ações implicam em reações, estas que nem sempre são as esperadas para o nosso meio, para com os próximos e nem tão pouco para nós mesmos. Não jogar lixo na rua, nos córregos ou em qualquer lugar que não seja o recipiente adequado para o mesmo é questão de conscientização do que essa ação pode representar para nós.

passa o meio ambiente – com sua extensa e intensa transformação no que diz respeito à utilização e distribuição dos recursos naturais.

Sendo assim, é necessária uma visão mais crítica e aprofundada sobre essa temática, refletindo sobre a complexidade que configura nosso atual modelo de produção, bem como pensar não somente nas consequências que esse modo de produção acarreta, mas principalmente nas suas causas.

Ainda nessa direção e de acordo com disposições ambientalistas críticas[3], a solução para a chamada *crise ambiental* não se limita ao objetivo das tecnologias limpas – que é o de diminuir o impacto negativo sobre o meio ambiente – tão pouco às mudanças comportamentais, já que pouco contribuem para uma verdadeira luta contra esses impactos negativos socioambientais, dado seu caráter reducionista e/ou retardatário. É necessária, antes de qualquer coisa, a reorganização estrutural da sociedade, da política e da economia vigente. (LOUREIRO, 2003)

É a partir desse contexto e referenciais que procuramos discutir neste trabalho a Educação Ambiental e o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no desenvolvimento de ações de Educação Ambiental – focalizando a ONG Ecologia e Ação, bem como a sua contribuição para a construção de alternativas socioambientais em Mato Grosso do Sul. O trabalho está dividido em 3 capítulos.

No primeiro capítulo buscamos refletir, a princípio, sobre a ideia de natureza na modernidade, ideia esta sustentada, claramente, pelo seu viés econômico. Procuramos fazer uma análise, também, sobre a chamada *crise ambiental* e o *desenvolvimento sustentável* questões que envolvem um conjunto de ideologias e paradigmas – ou seja, discursos fundamentados de acordo com a concepção hegemônica que tem como princípio a racionalidade mercadológica. Portanto, discursos que mais se assemelham a instrumentos de dominação que buscam persuadir a consciência humana.

Posteriormente, refletimos sobre a Educação Ambiental numa perspectiva mais contextualizada, procurando suas simplificações e reduções. Deste modo, o objetivo do Capítulo 1 foi justamente abordarmos os diversos olhares sobre a questão ambiental, situando, teoricamente, a discussão sobre a chamada *crise ambiental*[4], as relações entre as concepções

[3]Referem-se àquelas que não se contentam com condutas reducionistas que tratam a intensa degradação socioambiental enquanto problema de natureza comportamental e individual.

[4]Na verdade, não se trata de uma crise do ambiente, mas sim uma crise da sociedade que, diante das consequências (nem sempre esperadas) de suas produções se vê perante a uma dada situação de conflito, acusando o meio ambiente enquanto responsável por tal tensão. Esta discussão será aprofundada no capítulo 1 deste trabalho.

de Educação Ambiental e o contexto em que se inserem, destacando as vinculações existentes entre estas e a própria ideia de meio ambiente e natureza construídas na modernidade.

Já num segundo momento, que corresponde ao segundo capítulo deste trabalho, procuramos discutir sobre a emergência do chamado Terceiro Setor, este que, embora venha carregado de várias debilidades – como veremos no decorrer do segundo capítulo – pode ser considerado enquanto o responsável por promover o favorecimento para o desenvolvimento e profissionalização das ONGs, estas últimas que também foram pauta da nossa discussão. Neste sentido, e dando continuidade ao nosso segundo capítulo, buscamos fazer uma caracterização geral das ONGs, bem como a sua atuação na problemática que envolve o meio ambiente. Posteriormente a esta caracterização – destacando a definição de Organizações Não-Governamentais, o seu papel, áreas de atuação, entre outros – procuramos problematizar essas ONGs, visando compreender de que forma essas organizações podem promover a constituição de uma sociedade mais democrática e não enquanto um modelo padrão a ser seguido, com nítido viés baseado na racionalidade mercadológica.

No terceiro capítulo deste trabalho, buscamos focar a ONG Ecologia e Ação, falando um pouco sobre a sua história, estrutura, organização, trajetória e sobre os seus projetos, sendo eles voltados, em sua maioria, para a questão socioambiental. Fizemos um breve relato sobre a maioria dos projetos desenvolvidos pela ONG, destacando suas ações, coordenadores, áreas de atuação, como os trabalhos são realizados, entre outros, com o intuito de diagnosticar as suas contribuições para o estado de Mato Grosso do Sul. Entre esses projetos, destacamos o "Criança das Águas", que a princípio, se mostra enquanto um trabalho que utiliza a Educação Ambiental enquanto ferramenta fundamental para conciliar o desenvolvimento e fortalecimento integral de populações pantaneiras, sobretudo as mais vulneráveis, juntamente com a conservação dos recursos naturais. Inclusive é justamente por ter como princípio essa visão socioambiental, que os projetos e ações da ECOA se assemelham aos chamados trabalhos de *advocacy*,[5] questão esta que também será discutida nesse terceiro momento de nosso trabalho.

Para a elaboração desse capítulo, realizamos levantamento de informações para a caracterização da ONG (os motivos e contexto de sua fundação, fundadores, membros, filiais, área de atuação, etc.) e os projetos que a mesma desenvolve, dentre os quais podemos destacar: Conservando o Pantanal – Natureza e Pobreza; Crianças das águas – Pantanal: identidade e cidadania; Bocaiúva e outras espécies do Cerrado: suporte para uso sustentável

[5] De acordo com Roche (2002), *advocacy* pode ser definido como a busca de mudanças políticas e práticas que visa o benefício de indivíduos ou grupos específicos de pessoas.

em Miranda; entre outros. Realizamos, ainda, entrevistas com alguns dos fundadores da ECOA como é o caso dos professores Geraldo Damasceno, Ieda Bortoloto e Álvaro Banducci Junior. Podemos destacar, também, as entrevistas feitas com dois dos atuais membros da diretoria, o jornalista e técnico ambiental Jean Fernandes e o biólogo e diretor de políticas públicas André Siqueira, estes que buscaram discutir questões como: os projetos da ECOA na teoria e na prática; o caráter popular da ONG; a sua independência em relação ao Estado; as parcerias da ONG; a sua visão sobre si mesma perante o cenário regional, nacional e internacional; a sua contribuição para reflexões mais críticas no que diz respeito à Educação Ambiental; o público alvo da ECOA, entre outros.

É, portanto, a partir dessas informações que desenvolvemos o terceiro capítulo de nosso trabalho, focando a Ecologia e Ação com suas ações e compreensões relativas à questão socioambiental e à Educação Ambiental.

Nas considerações finais procuramos destacar as principais ideias discutidas no decorrer do trabalho, bem como algumas questões referentes à atuação da ECOA em suas ações de Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 1
CRISE AMBIENTAL, MOVIMENTO AMBIENTALISTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.1 A ideia de natureza e meio ambiente na modernidade

Antes de abordarmos especificamente as questões referentes à Educação Ambiental, faz-se necessária uma reflexão sobre a própria ideia de natureza e meio ambiente – principalmente no que diz respeito à sua compreensão no contexto da sociedade moderna – elementos que permeiam essa discussão.

De acordo com Reigota (1998), o senso comum trata o natural como tudo aquilo que a natureza e somente ela fez, enquanto que artificial é tudo aquilo que o homem fez, mesmo que com a ajuda da natureza. Contudo, a definição ou o conceito de natureza depende muito da percepção que temos dela, de nós mesmos e, portanto, da finalidade que daremos para ela.

Nos dizeres de Carvalho (1991, p. 61):

> (...) se é a 'não-natureza' dos primitivos, se é 'natureza orgânica' dos gregos, se é 'natureza sobrenatural' da Igreja, se é a 'máquina inteligente' do mundo moderno, ou, se não é nada disso, então o que é? A resposta da natureza está na própria história dos homens.

Assim, ainda de acordo com esse autor, "A natureza tem a sua própria história, mas é uma história que nós contamos." (CARVALHO, 1991, p. 12). Deste modo, percebemos a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre o que a nossa sociedade compreende por natureza, tendo em vista ser essa sociedade marcada pelo imediato, pela produtividade e sua eficácia.

É notório que a partir do século XVIII, com as profundas transformações que já vinham ocorrendo no Ocidente[6] – com a sistematização da ciência moderna – esboços sobre conceitos de natureza já eram delineados. Inclusive, pode-se dizer que uma característica marcante do pensamento moderno constitui-se na separação homem-natureza, distinção esta

[6]Com o advento da Revolução Industrial e sua expressiva ampliação na industrialização e tecnologias modernas, o consumismo é então impulsionado por essa rápida expansão que permite empregar e gastar quantidades cada vez maiores de recursos naturais. A contrapartida desse desenvolvimento econômico, cultural e político foi, portanto, a desestruturação de formas tradicionais de vida e de produção cuja lógica assegurava o respeito à capacidade de regeneração do meio ambiente. (MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: UM RELATÓRIO DAS ONGS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS, 1992)

que se consolida cada vez mais, principalmente a partir do surgimento da sociedade industrial inaugurada pelo capitalismo[7].

O modelo de desenvolvimento hoje praticado na maior parte do mundo apoia-se sobre o pressuposto fundamental de que a natureza é um objeto a ser dominado, apropriado, transformado, comercializado, consumido e finalmente descartado. É pela capacidade de realizar em maior ou menor escala essas operações que se costuma medir o grau de desenvolvimento de cada sociedade. As próprias ideias de progresso e modernidade encontram-se intimamente associadas a essa noção evolucionista e unilinear de desenvolvimento, a partir da qual as sociedades podem ser classificadas como atrasadas ou modernas, desenvolvidas ou *subdesenvolvidas*. O processo de modernização é concebido, portanto, como uma trilha universal que comporta diferenças apenas de graus e estágios evolutivos. (LOUREIRO, 2006)

Percebe-se, portanto, uma natureza que aparece como algo exterior ao homem. Tendo este o domínio da ciência e suas técnicas, logo é quem se torna o possuidor da natureza, utilizando-a para os fins desejados. Deste modo, estando a natureza a serviço do homem, este busca produzir em larga escala num menor período de tempo, transformando tudo o que retira na natureza em vantagens econômicas. No entanto, o homem mesmo procurando se afastar cada vez mais dessa realidade é também parte da natureza.

Assim sendo, a natureza é usualmente caracterizada como um conjunto de elementos naturais/físicos que se interagem numa relação de interdependência não só entre si, mas também com o meio no qual vivem. Carvalho (2006) mostra que quando falamos em meio ambiente, logo vem a noção de "natureza", "vida biológica", "fauna e flora", percepções estas sustentadas pelo discurso oficial hegemônico e bem reafirmadas atualmente pela mídia[8].

No entanto, esta visão implica numa redução e simplificação de uma questão um tanto quanto complexa já que o conceito de natureza é uma variável que depende do período histórico, do lugar e dos interesses sociais de cada época. Assim diz Carvalho (2006):

---

[7]Com a consolidação do capitalismo – quando a ciência se compromete com o "progresso" via transformação da natureza em capital – é que se inicia uma marcha rumo à sociedade tecnológica (esta dotada de técnicas, infra-estrutura, industrialização, entre outros). Entretanto, a raiz mais profunda desta crise social é o conceito e prática do desenvolvimento centrado na acumulação ilimitada do capital, que não consegue enxergar o ser humano como mais do que algo genérico e abstrato.

[8]Vários trabalhos e autores têm discutido o papel da mídia na disseminação de determinadas visões e compreensões sobre o meio ambiente na atualidade, dentre eles podemos citar: ANDRADE, Thales de. **Ecológicas manhãs de sábado - o espetáculo da natureza na televisão brasileira.** São Paulo: Annablume, 2003.

> Tão habituados ficamos com os nomes e as imagens por meio das quais nos acostumamos a pensar as coisas do mundo que esquecemos que esses conceitos não são a única tradução do mundo, mas apenas modos de recortá-lo, enquadrá-lo e assim tentar compreendê-lo, deixando sempre algo de fora ou que pode ser recortado por outro ângulo, apreendido por outro conceito. (CARVALHO, 2006, p. 33)

Ainda em se tratando da atualidade, é importante destacar que houve toda uma passagem processual do termo *natureza* para *meio ambiente*, o que implicou numa redução da problemática já que quando se tratava de *natureza* a discussão era mais voltada ao campo filosófico, enquanto que *meio ambiente* diz respeito a algo mais técnico. De acordo com Gonçalves (2004) isso decorreu do fato de que a técnica é vista, usualmente, como uma esfera distinta (tecnosfera) e que traz embutida consigo uma intencionalidade que é a de interceder entre a sociedade e a natureza. Ainda de acordo com o autor, toda técnica sendo um *meio* está a serviço de um *fim*, neste caso ela se apresenta enquanto mediadora do homem com o meio no qual vive. A exemplo, temos na modernidade, a ideia de desenvolvimento que pressupõe a dominação da natureza pelo homem. No entanto, para que isso ocorra é necessário que se construam condições para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver. Sendo assim, *des*-envolver é tirar o envolvimento, ou seja, a autonomia que cada povo com sua cultura conserva com o seu espaço, separando não somente os homens da natureza, mas também os homens entre si, individualizando-os. Desta forma, podemos perceber que toda técnica é um sistema organizado e ordenado visando ao máximo o maior controle possível sobre seus efeitos, por isso a intenção em reduzir essa problemática, discutindo *meio ambiente* e não mais *natureza*. (GONÇALVES, 2004).

Diante do exposto, e agora fazendo referência à expressão *meio ambiente* e não mais ao termo *natureza* vale lembrar que durante os 20 anos que separam as Conferências de Estocolmo (1972)[9] e do Rio de Janeiro (1992)[10] o conceito de meio ambiente ganhou novo

[9]No período de 5 a 16 de junho de 1972 ocorreu em Estocolmo (Suécia) a reunião de 113 países para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, que foi presidida pelo canadense Maurice Strong. Trata-se de um grande encontro internacional com representantes de diversas nações, para a discussão dos problemas ambientais e nela se consolidou e discutiu a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. A conferência gerou um documento histórico, com 24 artigos (infelizmente, com poucos compromissos efetivos) assinado pelos países participantes e teve como um de seus principais desdobramentos a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a primeira agência ambiental global.

[10]Em 1988 a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução determinando a realização de uma Conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento que pudesse avaliar como os países haviam promovido a Proteção ambiental desde a Conferência de Estocolmo de 1972. Essa Conferência ficou conhecida como "Cúpula da Terra" (Earth Summit), e realizou-se no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992, contando com a presença de 172 países. Essa conferência (ECO 92) consagrou ainda o conceito de desenvolvimento sustentável; contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de

sentido: na primeira, meio ambiente se baseava na relação homem e natureza, atentando à necessidade de se preservar e melhorar o ambiente humano, no sentido de que a proteção e melhoria do meio humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos, bem como o desenvolvimento econômico do mundo inteiro. Tratava-se, portanto, de uma aspiração urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os Estados. Já no que diz respeito à segunda conferência, meio ambiente aparece enquanto recurso natural para desenvolver o econômico, ou seja, o principal objetivo dessa conferência era o de buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Visando a análise dos resultados propostos na ECO 92, bem como dar continuidade e aprofundar a idéia central da Conferência é que – em conformidade com a Resolução 64/236 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de março de 2010 – será realizada, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Também chamado de Rio+20[11], o encontro tem como base três pilares – econômico, social e ambiental – que sustentam o seu objetivo maior: garantir o compromisso político internacional para o desenvolvimento sustentável. O encontro tratará basicamente de dois temas, sendo eles a *economia verde* visando a erradicação da pobreza e, a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas. Com a participação de Chefes de Estado, de Governo e de representantes de mais de 150 países, a Conferência representará uma oportunidade de avaliar o progresso alcançado nos últimos vinte anos. Ainda de acordo com essa Conferência o resultado deste encontro deve ser um documento com foco político visando, principalmente, a renovação do compromisso mundial em torno da sustentabilidade.

Desta forma, percebe-se que o tema *ambiental* está na pauta dos diversos agentes econômicos e sociais, que buscam um equilíbrio entre o progresso socioeconômico e a conservação do meio ambiente.

Entretanto, cabe destacar que, as definições para meio ambiente podem ser as mais variadas possíveis, dependendo das nossas fontes de consulta, conforme aponta Reigota:

---

responsabilidade dos países ditos desenvolvidos, e; reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável.

[11]Por marcar os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu também na cidade do Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92), e o décimo aniversário da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no ano de 2002 em Joanesburgo (África do Sul).

> Assim, o geógrafo francês Pierre George define que ‘ao mesmo tempo o meio é um sistema de relações onde a existência e a conservação de uma espécie são subordinadas aos equilíbrios entre os processos destrutores e regeneradores e seu meio - o meio ambiente é o conjunto de dados fixos e de equilíbrio de forças concorrentes que condicionam a vida de um Grupo biológico.’ Para o ecólogo belga Duvigneaud, ‘ é evidente que o meio ambiente é composto por dois aspectos: 1) o meio ambiente abiótico físico e químico, e 2) o meio ambiente biótico.’ Para o psicólogo Silliany, meio ambiente ‘é o que cerca um indivíduo ou um grupo, englobando o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social com suas instituições, sua cultura e seus valores. (REIGOTA, 1998, p. 20-21)

Entretanto, o autor em questão define Meio Ambiente como:

> Um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade. (REIGOTA, 1998, p. 21)

Assim, podemos observar que meio ambiente não é sinônimo apenas de meio natural e que as ideias difundidas socialmente sobre natureza e meio ambiente não são “naturais”, mas sim apenas uma maneira de entendermos os elementos da realidade.

Sendo assim, o ambientalismo pode ser concebido como um projeto realista e utópico de múltiplas orientações, que se inscreve na política mundial, simultaneamente, como um posicionamento de apropriação simbólica e material que vai desde proposições civilizatórias, passando pelo questionamento da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das leis de mercado, às iniciativas comportamentais *ecologicamente corretas* tendo como eixo analítico o processo de atuação humana no ambiente e a discussão acerca da relação sociedade-natureza, visando alcançar uma nova base civilizacional.

No entanto, para alcançarmos essa nova base civilizacional devemos analisar essa questão problemática que envolve o meio ambiente sob um outro ponto de vista: o **socioambiental,** ou seja, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o meio ambiente. Estes, numa relação de mútua interação e co-pertença, formando assim, um único mundo.

Cabe destacar que todas as sociedades – com suas culturas peculiares – criam e instituem suas próprias relações sociais, nas quais se encontra embutida uma dada concepção de natureza (MOREIRA, 2006). Sendo assim, toda e qualquer forma de organização social idealiza e lida com o futuro e, justamente por serem distintas umas das outras é que o fazem

de maneiras particulares. As culturas pré-modernas[12], por exemplo, acreditavam estarem ligadas diretamente à natureza, como diz Tavolaro (2001, p. 66):

> Na maior parte das culturas pré-modernas, mesmo nas grandes civilizações, os seres humanos se viam em continuidade com a natureza. Suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da natureza – a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais.

Neste sentido, ocorre o inverso com a sociedade moderna na qual a indústria juntamente com a ciência e com a tecnologia promovem um ambiente essencialmente criado a partir da contínua e inimaginável transformação da natureza em relação às sociedades pré-modernas.

Embora não significasse exatamente confiança e garantia, grande parcela da humanidade acreditava no divino, afirmando que se tratava de uma decisão exterior a ela. Sendo assim, tanto as incertezas quanto o seu manejo não cabiam à sociedade em si, mas sim aos deuses.

É nesse sentido que surgem o *perigo* e o *risco.* A primeira é conferida ao ambiente (Deuses, fúria da natureza), ou seja, como tendo sido causada por fatores externos. Já a segunda é atribuída enquanto consequência da decisão, portanto, risco de decisão. (TAVOLARO, 2001)

Assim sendo, a princípio, o que existe é o **risco ambiental** e não o perigo ambiental (risco de escassez de recursos naturais, penúria material). Portanto, risco de perda de capital para o mercado e melhores chances de qualidade de vida para a humanidade.

No entanto, essa mesma questão pode ser considerada como relativa já que para uma grande parcela da população o **perigo ambiental** é real, visto que muitos acabam por encarar incertezas ambientais enquanto *perigos,* já que se encontram alheios a determinados processos ambientais, como deslizamentos de encostas, enchentes, entre outros. Entretanto, ao se organizarem para tomar decisões em torno de uma causa, eles passam de meros indivíduos indiferentes à espera das consequências para se tornarem autores das decisões. Neste caso, as incertezas que antes eram *perigos,* agora são *riscos* provenientes das decisões tomadas. No entanto vale ressaltar que as decisões tomadas no passado e no presente deixam suas marcas no futuro, então esse fato deve ser encarado enquanto um *risco* já que foi resultado de uma

[12] De acordo com Luhmann apud Tavolaro (2001) essas sociedades são aquelas que acreditavam em práticas divinatórias, na qual os problemas eram fatores exteriores a elas. Assim, essas sociedades se salvaguardavam frente às forças misteriosas.

decisão socialmente definida. Percebemos, portanto, a complexidade que envolve esses conceitos. Desta forma, não se pode “brincar com o acaso”, mas sim encarar com reflexividade e olhar crítico as incertezas futuras, cientes que são nas suas decisões o seu fundamento. (TAVOLARO, 2001)

Outro ponto importante a se destacar é que o crescimento e distribuição dos riscos não se dão de forma homogênea perante a sociedade. Alguns indivíduos são mais afetados do que outros, o que implica no fato de que esses riscos acabam por aumentar e não por extinguir as diferenças de classes.

Assim sendo, o pouco caso ao demasiado desperdício de recursos e os benefícios da qualidade de vida não democratizados nada mais são do que consequências de alguns dos fatores que dão continuidade à modernização, dos quais se pode destacar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, industrialização, pobreza e riscos ambientais.

É neste sentido que se pode dizer que, incentivados pela própria ciência, a mesma passou por um crescente processo de conscientização e reconhecimento social dos riscos. Deste modo, pode-se falar em ciência *versus* ciência, o que facilita a compreensão do porque presenciamos a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco. Na primeira prevalece a lógica da produção de riqueza e por consequência a lógica da produção de riscos. No entanto, a partir do momento em que essas forças produtivas passaram a se tornar ameaças à vida biológica (fauna e flora) é que surge a *sociedade de risco.* Esta, vivendo próspera e em consumo de massa, não se preocupa com a miséria material, pobreza ou fome no futuro, mas sim teme o fim da humanidade. Portanto, ao contrário da sociedade industrial que visava a produção de riqueza, a sociedade de risco teme justamente não conseguir resolver os problemas derivados do aumento da produção industrial. (TAVOLARO, 2001)

O primordial para se compreender a transição de uma para outra é que a produção de riqueza é consequentemente acompanhada pela produção social de riscos. Nesse sentido, quanto maior o crescimento das forças produtivas no processo de modernização, maiores serão os riscos e ameaças, o que, muitas vezes, acaba por implicar em uma extensão, previamente, desconhecida.

Outro ponto a se destacar é o fato de que essa modernização e aumento da pobreza e riscos ambientais estão se tornando reflexivos, isto é, eles estão passando a se tornar o seu próprio tema. Ao mesmo tempo em que a ciência proporciona o desenvolvimento tecnológico que estimula a intervenção do homem na natureza a tal ponto de suas consequências diretas e colaterais chegarem a ameaçar a continuidade da vida no planeta, por outro lado, ela também

é utilizada no processo de conscientização dos riscos da civilização. Assim diz Beck (1992) *apud* Tavolaro (2001): "(...) a ciência é uma das causas, o meio de definição e a fonte de solução para os riscos." (p. 115)

É a partir daí que Tavolaro (2001) fala em ciência primária e ciência reflexiva. A primeira atém uma fé na ciência e no avanço que ela mesma proporciona, enquanto que a segunda, acredita que há um confronto entre as ciências justamente por causa da sua objetividade passada e presente, ou seja, elas se confrontam entre si e se apresentam enquanto produtoras e produtos da realidade e dos enigmas, que devem ser analisados e superados.

A própria possibilidade de desenvolvimento das ciências é um ponto questionado por elas mesmas, assim como seus próprios fundamentos, promessas, concretizações, implicações e efeitos. As associações providas de reflexividade podem discutir valores sociais, reinventar tradições e partilhar percepções de mundo.

Mas qual a importância da reflexividade? Na medida em que são abertos à acepção e construção do social, os riscos têm grande probabilidade de serem modificados, exagerados, dramatizados e diminuídos, o que muito pode contribuir para amenizar a chamada "crise ambiental".

Por fim, e não menos importante, é o fato de que homem e natureza são conceitos que devem pressupor condicionamento e reciprocidade, portanto uma reflexão mais lúcida e não ilusória tornando o homem externo à natureza.

Desta forma, é fundamental compreendermos que quanto mais se explora o meio ambiente, mais a angústia, a incerteza, o medo e o estresse social aumentam o que, por consequência, pode implicar em instabilidade política e conflitos sociais mais generalizados.

É a partir daí que entra o chamado *desenvolvimento sustentável* com suas inúmeras propostas que visam amenizar a chamada *crise ambiental* – expressão esta carregada de ideologias e paradigmas, como já foi dito anteriormente – através da unificação da expansão mercadológica junto à preservação da natureza e justiça social, através de uma solidariedade idealizada, pontos estes que serão trabalhados no próximo subitem.

1.2 Crise Ambiental e o ideário do Desenvolvimento Sustentável

Face a um planeta em constante transformações – consequência de um modo de produção voraz que visa a superprodução, com o superconsumo – é que inquietações a

respeito da chamada *problemática ambiental* surgem em nossas preocupações, inquietações estas que se concretizaram, principalmente, a partir da realização de um importante encontro, em 1972 – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – em Estocolmo. Fórum este que visava, a partir do evento, avaliar a situação ambiental bem como o modo de produção vigente em nossa sociedade, apresentando, assim, possíveis soluções – fortalecendo organizações e movimentos da sociedade civil as sensibilizando e mobilizando – na luta pela melhoria da qualidade de vida.

Nesta conferência idealizou-se um modelo de desenvolvimento que pudesse reduzir as consequências maléficas geradas pelo avanço científico-tecnológico da sociedade contemporânea. O resultado desta conferência, expresso em vinte e seis princípios[13], pode ser compreendido sob dois vieses: o primeiro que diz respeito a uma pretensa neutralidade ideológica e; segundo, baseado na crença de que usar tecnologias limpas como alternativas seria suficiente para resolver a problemática em questão. Sendo assim, os idealizadores desta proposta, no entanto, não percebem que essas alternativas podem, no máximo, retardar esse intenso processo de degradação do ambiente, mas não evitá-lo, já que a proposta do nosso atual modo de produção é a obtenção de lucros em larga escala e num menor período de tempo.

Outra conferência de significativa importância foi a ECO-92, esta que buscava avaliar como os países envolvidos com a Conferência de Estocolmo haviam promovido a Proteção ambiental desde o seu tratado, em 1972. Dentre os principais resultados dessa Conferência podemos citar a Agenda 21. Nela se reconhece a responsabilidade de cada nação industrializada sobre a transformação do meio ambiente, apontando a necessidade de um compromisso em que haja uma reflexão, global e localmente, sobre a qual todos os setores da sociedade poderiam colaborar com soluções que ao menos amenizassem esse quadro de penúria pela qual vem passando o meio ambiente.

No entanto, esse documento – a Agenda 21 – pauta seus objetivos na diminuição de consumo de matéria e energia – uma ação que pouco contribui para o objetivo proposto[14], sem contar que não condiz com os interesses do capitalismo – ao invés de reavaliarem o atual modo de produção, consumo e distribuição que rege os dias atuais. Como coloca Acselrad apud Loureiro (1999), "(...) não basta perguntar quanto dos recursos se está utilizando se não

[13] Para mais detalhes, ver Anexo I.

[14]Muitas dessas nações industrializadas não cumprem com os acordos estabelecidos, fora o fato da pouca eficácia desses tratados perante a dimensão da transformação que provocamos no meio ambiente.

se pergunta também ‘para que’ e ‘para quem”. E mais, de que planeta irá se retirar todos os recursos naturais para sustentar esse modelo de desenvolvimento? ”Fica claro, então, a insustentabilidade socioambiental que essa proposta de sociedade provoca. Essa “crise ambiental” é, na verdade, uma crise de um modelo de sociedade e seus paradigmas, modelo que se apresenta para as nações em desenvolvimento enquanto único caminho para se atingir o desenvolvimento, o modelo norte-americano. Assim diz Loureiro (2006, p. 13):

> (...) as causas da degradação ambiental não são determinadas por fatores conjunturais decorrentes de uma essência ruim inerente à espécie humana ou de sua ignorância tecnológica, nem às consequências de tal degradação advêm do uso, pensado sem historicidade, dos recursos naturais, mas sim por um conjunto de variáveis interconexas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/tecnocracia.

É fato precisarmos sobreviver no dia-a-dia, o que nos leva à necessidade de nos adaptarmos, mas isso não significa que devemos nos submeter ao regime que as nações industrializadas nos impõem. A citação a seguir expressa com clareza a situação vivida atualmente:

> Dois quintos da humanidade passarão sua vida quase que certamente sem sequer chegar perto de um microcomputador. Para esses 40% de homens e mulheres, as possibilidades oferecidas pelas tecnologias de ponta que nos cercam não têm sentido (...) na medida em que grande parte deles terá morrido de fome ou de infecções oportunistas antes que terminemos a leitura da próxima frase. No outro extremo, está o um quinto dos habitantes do planeta que tudo pode, e na maioria das vezes, muito mais ainda quer. No meio, entre uns e outros, sobrevivem os 40% restantes; entre eles, muitos de nós. (LEROY e PACHECO, 2006, p. 32)

Não é nada inconveniente almejar por um mundo melhor e mais justo, sem desigualdades e ideologias, utopia esta oriunda de preocupações de cientistas, líderes políticos e do próprio cidadão que faz desse “sonho” algo que vale a pena ser conquistado.

Contudo, ao associar desenvolvimento a crescimento e à expansão do mercado percebe-se, claramente, um fundo conservador nas práticas econômicas. É a partir daí que entra o papel do discurso do *desenvolvimento sustentável* que propõe aliar essa expansão mercadológica à preservação da natureza e justiça social, através de princípios solidários idealizados.

No entanto, há uma grave contradição nesse discurso pregado pelo *desenvolvimento sustentável*, já que é bem improvável obter justiça social dentro de um modelo de produção cuja lógica é, visivelmente, excludente e desigual. Assim diz Gonçalves (2004, p. 162): “(...)

nunca termos visto tanto debate sobre a problemática ambiental e, ao mesmo tempo, ser tão grande a devastação do planeta desde os anos 1970."

Acreditar que haverá investimentos em tecnologias limpas é um equívoco, visto que, principalmente, aquelas empresas de pequeno porte – e com reduzidas, para não dizer nulas, chances em competições com grandes empresas – não participariam de tal aquisição. Isso por não terem condições, mas mesmo que tivessem, o fariam não por apenas *consciência ambiental*, mas também por razões de competitividades.

Crer na solidariedade do capital privado para solucionar os problemas socioambientais é um tanto quanto ingênuo, pois se estaria sendo indiferente à lógica o capitalismo, que se rege, fatidicamente, pela necessidade de crescente acumulação e apropriação privada dos recursos naturais. Inclusive, grandes instituições como o Banco Mundial, as gigantes do petróleo e até mesmo grandes ONGs podem ser consideradas como umas das maiores responsáveis, na prática, por colocar todo o futuro do planeta em risco, o que Gonçalves (2004) chama de *ligações perigosas*, principalmente quando dizem respeito às populações locais onde essas grandes corporações praticam sua ação e sobre as quais deixam suas marcas.[15]

Desta forma, no que diz respeito ao *desenvolvimento sustentável*, apesar de assumir uma visão antropocêntrica, se refere a um desenvolvimento que busca reconhecer questões não só naturais, mas também estruturais. Percebemos, portanto, que aquilo que chamamos de "problema ambiental" nada mais é do que um problema social, proveniente do nosso atual modelo econômico de produção que se baseia na superprodução e no superconsumo praticados apenas por uma pequena parcela da humanidade.

Entretanto, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que o seu discurso busca promover vínculos entre os movimentos sociais, políticas mais efetivas e mudanças sociais, visando resolver ou pelo menos amenizar o processo de degradação ambiental (por meio do uso racional de recursos), propondo, por sua vez, uma melhor qualidade de vida para todos, o faz, por outro lado, nos moldes da economia neoliberal dentro de um esquema combinado e globalizado – a exemplo, as tecnologias limpas. (GONÇALVES, 2004)

Assim sendo, sob um ponto de vista mais crítico, pode-se compreender a sustentabilidade – aquela apresentada pelo discurso oficial-hegemônico – enquanto ideológica e manipuladora, já que submete os sujeitos sociais à lógica competitiva e individualista da economia, utilizando-se do discurso da colaboração em prol da harmonia planetária. Portanto,

[15]A exemplo, os assassinatos que ocorrem, principalmente no Norte do Brasil, entre donos de grandes madeireiras e os povos que lá habitam.

uma essência do modelo de desenvolvimento vigente que é definitivamente conflitante com as propostas de sociedades sustentáveis.

1.3 Crise ambiental e movimento ambientalista

Com o advento da Revolução Industrial – a partir da segunda metade do século XVIII – dá-se início a uma expressiva ampliação nos conhecimentos sobre as ciências, por conseguinte na industrialização e tecnologias modernas. Percebendo, então, que apesar dos vários benefícios que o avanço das ciências e suas tecnologias promovem, notou-se também que esse mesmo avanço pode provocar desastres socioambientais, transformando[16] o meio ambiente e por consequência interferindo, direta e indiretamente, na qualidade de vida da humanidade.

Desta forma, a partir da década de 50 do século XX, surge uma série de movimentos sociais criticando não somente o nosso atual modo de produção, mas também o nosso modo de vida. Nascem, então, os movimentos dos negros, feministas, homossexuais, pacifistas, ecologistas, entre outros.

Um ponto a se destacar, no que diz respeito aos movimentos sociais, é que os mesmos podem ser considerados como duais, já que seguem uma política pública defensiva e ofensiva ao mesmo tempo. Defensiva porque busca concretizar identidades coletivas, conservar estruturas associativas, preservar a esfera pública, entre outros; enquanto que, por outro lado, na ofensiva, são organizações que buscam trabalhar questões significativas para a sociedade, reinterpretando valores e se mobilizando em torno de causas. Isso sem falar na pressão que essas organizações desempenham sobre os governos em benefício de determinadas políticas.

Um movimento social pode ser caracterizado por seu caráter contrário a um modelo de sociedade, criando reflexões, debates e conflitos de natureza permanente, através de atos coletivos e solidários. Neste sentido diz Tarrow (1996) *apud* Loureiro (2006, p. 102):

> (...) costuma ir além da luta pela superação das contradições, para se constituir em uma rede de relações tensionadas, de finalidades definidas e resultados incertos, em um corpo dinâmico solidário, um espaço de crenças compartilhadas de afinidade ética e de socialização.

[16]Apenas o fato de habitar e utilizar o ambiente já o torna alterado. No entanto, neste caso, utilizamos a expressão *transformação* em seu sentido de alterar o ambiente para algo pouco viável para a grande maioria.

A colaboração estratégica, atuação coletiva, comunicação, objetivos em comum, o almejo por mudanças sociais – às vezes até radicais – são todos elementos fundamentais de um movimento social.

É, portanto, esse modo de atuar que diferencia os movimentos sociais de grupos que manifestam brevemente suas reivindicações, a partir de tensões conjunturais e revoltas particulares. Cabe ressaltar que, no caso dos movimentos sociais, não fazem parte das discussões dos mesmos, assuntos que possam ser inteiramente concluídos e agregados ao sistema, o que por sua vez, implica em constantes embates entre a lógica capitalista – individualista – e a lógica social – coletivista. (LOUREIRO, 2006)

Nesta direção, temos também o *movimento ambientalista* que busca carregar uma consciência crítica e solidária em seu escopo. Seu objetivo visa a resistência contra os interesses econômicos de elites dominantes, os quais reforçam políticas excludentes e monopolistas, visando sempre o lucro imediato, passando, até mesmo, por cima de valores e culturas. (GONÇALVES, 1993)

A principal forma de atuação desses movimentos ambientalistas, a princípio, era a denúncia, relatando fatos que esses movimentos não consideravam como apropriados para interesses de um coletivo de forma ampla. Hoje, no entanto, essas ações variam desde a denúncia, até campanhas e manifestações em prol da causa defendida.

No Brasil, embora as primeiras lutas ecológicas datem dos anos 1970, é principalmente nos anos 1980 que entram em cena esses novos movimentos sociais. Foi nessa mesma época que esses movimentos passaram pelo trauma da censura e da repressão política, sendo talvez, o melhor exemplo de luta social que o nosso país já teve (e que adquiriu dimensões ecológicas e se transformou em causa apoiada internacionalmente) o dos seringueiros da Amazônia, sob a liderança de Chico Mendes.

Devemos destacar, também, que a cada dia que passa, torna-se cada vez mais banal associar a prática ambientalista – de forma bem limitada e nem sempre adequada – à conservação de áreas naturais, como se a natureza fosse algo externo à humanidade e da qual não fizesse parte e nem tão pouco mantivesse uma relação. E, para além disto, tratar as tecnologias limpas[17] – aquelas que aparecem enquanto solução para os problemas de poluição e manutenção dos recursos naturais – como a "salvação do planeta" como se fosse possível

[17]Não queremos dizer que as tecnologias limpas não sejam eficazes, no entanto, deve-se ater ao fato de que nem todos os Estados têm condições de obtê-las e mantê-las devido ao seu elevado custo econômico. Sem contar a inquietação que nos ronda: não seriam essas tecnologias limpas apenas uma maneira de retardar as conseqências (estas que certamente virão) que o nosso modo de produção acarreta para o nosso planeta?

tratar da gestão dos recursos naturais fora de um dado contexto histórico e sócio-político. (TAVOLARO, 2001)

Vale ressaltar que essa compreensão generalizada sobre o meio ambiente é oriunda do discurso oficial hegemônico que, com a ajuda dos meios de comunicação em massa, apresentam o ambiente como um fato isolado e que deve ser conservado para que assim haja a perpetuação da humanidade. Uma visão um tanto quanto reducionista de uma realidade complexa e que vive em constante variação[18].

Percebe-se, portanto, que a princípio, o que existia era um perfil preservacionista em relação a algo mais específico, como a preservação de florestas, pássaros, monumentos, prédios antigos, enfim, a espaços comuns. No entanto, esse mesmo perfil passa a se transformar, ao longo do tempo, adotando aspectos mais centrados na proteção generalizada do meio ambiente, já que, para muitos, a degradação humana sobre o meio ambiente avançou tanto ao ponto de poder considerá-la como uma situação "limite".

No entanto, não parece ser antiquado o fato de organizações ambientalistas se edificarem a procura da reconciliação do homem moderno e da natureza justamente num momento em que o processo de racionalização passou a ditar a estrutura e o funcionamento fundamental de nossa sociedade? Assim diz Tavolaro (2001, p. 131):

> Árvores centenárias são o centro de campanhas em torno de sua proteção; animais, a princípio sem qualquer importância, são o motivo da arregimentação de números surpreendentes de indivíduos em defesa de seu direito à vida; protestos são organizados para salvaguardar a qualidade de rios e oceanos. Num momento em que nossos deuses há muito já saíram das florestas e mares, o que estaria movendo esse aparente reencantamento da natureza? (...)

São justamente esses aparentes equívocos e várias acepções em torno da questão ambiental que despertam curiosidade, promovendo uma inquietação sociológica ao movimento ambientalista.

A exemplo dessas várias acepções pode-se observar o ambientalismo visto sob três pontos de vista, de acordo com Leis & D´Amato (1995) apud Pignatti (2005):

- *Grupo de interesse*: quando um dado número de pessoas se une para contestar dificuldades locais/específicas deixando de lado aspectos estruturais da sociedade e o seu atual modo de produção, além de não darem continuidade – depois que a solução é tomada –

[18]Seus conceitos e finalidades variam de acordo com o lugar, o período e os interesses de cada sociedade, conforme já mencionamos anteriormente.

ao plano desenvolvido. A exemplo, a poluição de córregos que com seus resíduos e dejetos promovem diversas implicações como alagamentos, mau cheiro, aparição de animais transmissores de doenças, entre outras[19].

- *Novo movimento social*: neste caso, o meio ambiente é tratado de maneira mais crítica se comparado à visão anterior, contextualizando questões estruturais, defendendo modificações de valores num sentido mais qualitativo e complexo, almejando, deste modo, um ambientalismo que promova de fato a cidadania.

- *Movimento histórico internacional*: entende que o atual modo de produção é insustentável tanto em médio como em longo prazo já que questões como o exacerbado crescimento populacional, exploração intensa e extensa de recursos naturais, tecnologias poluentes e um modelo de desenvolvimento baseado na produção, consumo e desperdício sem limites.

Sendo assim, pode-se verificar que o ambientalismo acolhe, como um grande "leque", diversas teorias, posturas ideológicas e de distintos formatos organizacionais lutando, assim, pela causa almejada.

Contudo, é necessário compreender que acabam não acontecendo mudanças na atual dinâmica da sociedade capitalista, mas sim uma busca por meios de compensação aos prejuízos gerados ao mesmo, representando, assim, o seu caráter reformista. Assim diz Viola (1996) apud Pignatti (2005, p. 65):

> (...) as transformações necessárias supõem a existência de um movimento multissetorial e global, capaz de mudar os principais eixos civilizatórios da

[19]Identificamos e discutimos este viés em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, o qual objetivou levantar e analisar os projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelo poder público municipal em Dourados (MS). Com base neste levantamento, identificou-se e refletiu-se sobre o Programa Municipal de Educação Ambiental (PREA) procurando analisar as concepções e práticas de Educação Ambiental que permeiam tal projeto. Nele pudemos verificar que mesmo já se tendo um conhecimento sobre a seriedade da atual "problemática ambiental", a mesma ainda é tratada de forma superficial e simplista. O que há, na verdade, é uma relevante teorização e delicada argumentação em defesa da prática, como se o problema principal da educação fosse o "como fazer?" e não o "por que fazer?" Portanto, uma abordagem reducionista, desconsiderando a complexidade da realidade e o significado transformador que a educação traz em seu projeto de sociedade que é o de não reproduzir o tecnicismo tão criticado por educadores há décadas, por dificultar o processo educativo. Sendo assim, e de acordo com a pesquisa realizada, pudemos observar ações de caráter simplista e reducionista que fazem parte cada vez mais do nosso cotidiano e, que são basicamente as mesmas, com os mesmos objetivos, finalidades e consequências. A despeito disso temos nessas gincanas promovidas uma vez por ano, por exemplo, a competição da turma que obtiver mais garrafas *Pet*. É a partir daí que entra a questão fundamental: essas garrafas acumuladas pela turma vencedora foram recolhidas realmente das ruas, rios e córregos? Ou será que houve um maior consumo das mesmas por parte da turma vencedora? E se tiver acontecido um maior consumo, então o que foi feito pelo meio ambiente? Questões estas, realmente de valores significativos para o que vem a ser uma Educação Ambiental crítica que, bem mais que ações isoladas e reducionistas, procura compreender o nosso atual modelo de desenvolvimento com suas características e consequências.

> sociedade contemporânea. Pressupõe a participação do Estado e da sociedade civil em torno de um objetivo comum.

Não menos importante é saber que, ao mesmo tempo em que a humanidade se encontra num mesmo ambiente – isto é, num mesmo "barco" – e que por isso deve ser considerado, é fato também que, por outro lado, esse mesmo "barco" é constituído na sua estrutura por profundas e inadmissíveis desigualdades socioeconômicas.

Vale ressaltar que o anseio por riqueza material é, sem dúvida, o maior responsável pelo desejo de consumo, consequentemente pela transformação/deterioração ambiental, pela quebra de vínculos sociais e pela perda de referência ética.

Neste contexto, o movimento ambientalista emerge indo contra esses fatores da sociabilidade moderna. Portanto, o que há por trás desse movimento é a aspiração de reconciliar o homem com a natureza, harmonizando, assim, os homens entre si, buscando refazer aquilo que implicou em déficit de integração social.

Outro ponto importante neste contexto é a distinção entre discurso político-ideológico (sem embasamentos para sustentação) e a reflexão crítica (que deve ser entendida como elemento fundamental para o ser humano compreender seu movimento de transformação histórica), pontos estes que devem estar claros em nossas análises.

Sendo assim, as organizações ambientalistas não podem "brincar" com a casualidade, como se determinados acontecimentos fossem algo externo à sociedade, mas sim, permitir um olhar crítico às dúvidas da incerteza baseados na reflexão e positividade, vendo, portanto, que são nas decisões tomadas o seu fundamento.

É necessário, portanto, que não apenas os ambientalistas, mas os cidadãos como um todo, enfrentem as contradições existentes e características da nossa sociedade – com o seu o atual modo de produção – deixando para trás essa fragilidade reflexiva que compromete e danifica o entendimento no que diz respeito à natureza.

Deve-se considerar que há, de fato, muitas incertezas quanto ao futuro do movimento ambientalista, devido a diversos fatores, dentre eles a forte e rápida fragmentação social, isto é, vida individual cada vez mais acentuada, causada principalmente pela busca de sobrevivência econômica. Entretanto, há de se reconhecer que o movimento ambientalista teve um papel muito importante na promoção de discussões por parte de amplas esferas sociais, debates estes que antes eram marginalizados e ignorados.

1.4 Educação Ambiental: a necessidade de uma reflexão contextualizada

Após analisarmos a problemática que envolve o meio ambiente[20] bem como a chamada *crise ambiental* e o *desenvolvimento sustentável* dentro deste contexto – questões estas carregadas de claro caráter ideológico e paradigmático – é que se torna imprescindível uma maior reflexão sobre esse modelo de desenvolvimento vigente que é definitivamente incompatível com as propostas pregadas pelo discurso do *desenvolvimento sustentável.*

Bem mais do que analisar essa *crise ambiental* e as práticas (nem sempre realizadas ou até mesmo funcionais)[21] do chamado *desenvolvimento sustentável* devemos nos ater à raiz de toda essa problemática, ou seja, refletir sobre as causas desses problemas, e não somente às consequências.

Entendemos a importância que os movimentos ambientalistas representaram nesse contexto, buscando, através de uma consciência solidária, resistir contra os interesses econômicos das classes dominantes – estes com suas políticas excludentes e concentradoras – reivindicando e lutando contra fatos que esses movimentos entendiam como inapropriados para a grande maioria. No entanto, não basta apenas reconhecer o problema causado, mas também, e principalmente, a origem do que levou o surgimento do problema.

Deste modo, o objetivo aqui é continuarmos abordando a questão ambiental, mas buscando compreender o que de fato poderia contribuir para amenizar essa crise socioambiental pela qual passamos com base numa racionalidade mais crítica e solidária, enxergando, assim, a complexidade na qual o meio ambiente está inserido. É neste sentido que discutiremos sobre o papel da Educação Ambiental nesse contexto.

É notório que o século XX iniciou-se com o embate ideológico entre capitalismo e socialismo, enquanto que o início do século XXI se deu com a necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre os humanos e a natureza, apontando a Educação Ambiental como responsável por se tratar não apenas de estabelecer uma nova relação entre os humanos e a natureza, mas dos humanos entre si. Assim, "Só é possível se instaurar uma

---

[20] Neste caso nos referimos à transformação da natureza em mercadoria, processo este que deixa claro a expressiva deterioração ambiental bem como a intensa crise societária pela qual passamos, haja vista o caráter excludente e concentrador deste processo que atende somente aos interesses de uma minoria.

[21] Muitas das ideias pregadas pelo *desenvolvimento sustentável* nem sempre saem do papel sendo o maior obstáculo delas a questão financeira. A prática das tecnologias limpas, por exemplo, nem sempre (para não falar na maioria das vezes) condizem com o orçamento disponível de muitos países, inclusive os emergentes, o que acaba por dificultar o processo de implantação dessas tecnologias. Outro ponto é a funcionalidade dessas práticas: será mesmo que retardar esse intenso processo de deterioração socioambiental pode acabar com essa crise societária que já está acontecendo?

nova ética, (a ecológica) se ao mesmo tempo se instaurar uma nova relação social que não seja mediada (exclusivamente pelo menos) pelo capital." (LAYRARGUES, 2006, p. 90)

Cabe destacar que a Educação Ambiental é parte do movimento ecológico e surgiu da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Ela apareceu na legislação brasileira desde 1973, como atribuição da SEMA (primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente), crescendo principalmente na década de 1980 (que foi o período no qual a consciência ambiental estava em alta, como já foi citado anteriormente), passando a fazer parte também do campo educacional, bem como das preocupações de políticas públicas (voltadas para os bens de uso comum; conservação do meio ambiente; qualidade de vida e sua sustentabilidade).

No entanto, quando falamos de Educação Ambiental esse tema se amplia, uma vez que, o maior desafio da mesma é fazer com que todos entendam a importância do meio ambiente para a preservação da própria vida humana, através de uma educação ambiental que se pretenda coletiva, solidária, crítica e permanente, aliadas à especificidade do momento em que vivemos.

No entanto, modificar essa sociedade que se caracteriza pela racionalidade posta pela modernidade e que gosta dos confortos que esse modo de produção proporciona - até mesmo quando esses confortos estão inacessíveis, na maioria dos casos, continuam sendo a nossa grande ambição - é um dos maiores desafios da Educação Ambiental, pois:

> A maioria de nós aprendeu a viver **de** e **para** o supérfluo. Quando não o consumimos ou produzimos vemos nele o nosso grande alvo. Entre *ter* e o *ser*, nos confundimos e, muitas das vezes, ficamos com o primeiro, trocando nossa cidadania pelos sinais aparentes de um *status* que nos é impingido como ideal. (LEROY e PACHECO, 2006, p.41)

Portanto, uma racionalidade imposta pela sociedade moderna com seus paradigmas que procura simplificar e reduzir a compreensão da realidade, limitando o entendimento de meio ambiente na sua complexidade.

Outra questão é que apesar da grande difusão que há, atualmente, sobre Educação Ambiental, a sociedade moderna destrói hoje o meio ambiente mais do que há 30 anos atrás. Então, o que isso pode significar? Será que os educadores de hoje não estão sensíveis para a seriedade da questão ambiental que nos envolve atualmente? Ou será que a Educação Ambiental não é capaz de contribuir para uma maior reflexão sobre o nosso atual modo de produção?

Apesar de bem intencionados, os educadores, ao desenvolverem atividades reconhecidas como Educação Ambiental[22], apresentam, na maioria das vezes, uma visão fragmentada, simplista e reduzida da realidade, se apegando, por sua vez, aos paradigmas da sociedade moderna. O problema consiste, então, no fato dessa visão simplista ser repassada não só na educação formal, mas na informal também. Isso ocorre pelo simples fato de que, os professores, ao não perceberem que os problemas ambientais decorrem dos conflitos entre os interesses privados e o bem coletivo, bem como, da sociedade entre a natureza, não questionam as causas profundas da crise ambiental, difundindo-se nas esferas educacionais, e particularmente nas escolas. Assim diz Guimarães (2006, p. 22):

> Nos dias de hoje, dificilmente deixamos de encontrar em escolas alguma atividade que não seja reconhecida pela comunidade escolar como sendo uma atividade que denominem de educação ambiental. As famosas atividades com lixo, coleta seletiva, reutilização de materiais descartados, entre tantas outras.

É nesse sentido que o autor aponta que um dos processos para mudar essa realidade em crise seria a difusão de uma Educação Ambiental que se pretenda crítica, não deixando de enxergar as complexidades, dificuldades e crises do mundo, o amplo meio ambiente à sua volta. Uma Educação Ambiental que tenha como preocupação proteger não só a flora, a fauna, a água e o ar, mas também os homens e as mulheres.

O fato é que estamos acostumados a ver as coisas fragmentadas, separadas, divididas e hierarquizadas – modo este que convém ao nosso atual modo de produção haja vista o seu objetivo fundamental: produzir em larga em escala num menor período possível, visando o lucro imediato. Assim sendo, por mais que busquemos mudar essa visão dualista homem-natureza, as relações sociais no marco do capitalismo permanecem baseadas em valores competitivos e individualistas, o que acaba se tornando um entrave a ser superado pela Educação Ambiental, a qual deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, quer seja no seu modo formal, quer seja no modo não-formal ou até mesmo informal.

Pensamos, desta maneira, numa Educação Ambiental cujos objetivos consistam em promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográfica, histórica, biológica e social contribuindo, por sua vez, para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais.

---

[22]Ações como jardinagem, reciclagem, hortas, entre outros.

É necessário compreendermos que jardinagens, hortas, separação de lixo para reciclagem, entre outros, são ações importantes, mas não suficientes para uma Educação Ambiental que se pretenda reflexiva. Fundamental seria, na verdade, analisarmos o nosso atual modelo de produção, compreendendo, portanto, as causas dos ditos problemas ambientais, e não somente as suas consequências. Somente desta forma, podemos ir para além de medidas reformistas, baseadas em ações comportamentais, individuais e pontuais. É nesse sentido que podemos ver os entraves que a Educação Ambiental enfrenta, ou seja, entraves que carecem de reflexões mais críticas visando a superação desses obstáculos.

A Educação Ambiental trata-se, portanto, de uma educação que não é neutra, mas sim ideológica, um ato político baseado em valores para a transformação social, que deve enfocar a relação entre o ser humano e a natureza de forma interdisciplinar. Ela deve estimular também a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, ajudando a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos neste planeta, respeitando seus ciclos vitais e impondo limites à exploração dessas formas de vida praticadas pelos seres humanos.

A Educação Ambiental deve promover a conscientização que envolve capacidade crítica, diálogo e a assimilação de saberes distintos que possam compreender a nossa realidade e melhorar as nossas condições de vida. É necessário compreender que há níveis de responsabilidade que vão muito além da esfera pessoal e de situações particulares. Daí a importância de se atuar em esferas coletivas, políticas e problematizadoras da realidade.

Sabemos que já há um reconhecimento generalizado no mundo sobre a seriedade dos chamados “problemas ambientais” [23]. Entretanto, apenas reconhecer a gravidade deles pouco avança para uma Educação Ambiental que se pretenda crítica.

Acreditamos que conhecer as origens causadoras dos problemas ambientais é um primeiro passo para percebermos que esses problemas não são frutos de uma evolução natural do meio ambiente, mas sim, consequência de uma intervenção antrópica que degrada o meio no qual vive, proveniente do nosso atual modelo de produção (o capitalismo), que se baseia na superprodução e no superconsumo por uma pequena parcela da humanidade. Assim, cada vez mais a natureza é vista como recurso natural para alimentar um modelo de desenvolvimento econômico, concentrador de riquezas e que se expande a cada dia que passa.

[23]A partir do momento em que se esgotam os recursos naturais de uma dada área devido à exploração humana, há então uma crise social e não uma crise ambiental, no sentido de que, aquele ambiente explorado, depois de anos, vai se recuperar sem pressa e por si só, logo, não há nenhuma crise para esse ambiente. Entretanto, para o homem, há sim um problema, uma vez que, tal esgotamento implica na redução da produção de grandes lucros num menor período de tempo possível, pois sem matéria-prima não há produtos.

Outra dificuldade a se destacar é o fato de que por causa dessa visão simplista sobre meio ambiente e natureza, que define os mesmos como somente elementos naturais é que aumentam as dificuldades de se enxergar a profundidade da problemática em questão. Superar essas dificuldades[24] é realmente muito importante para o que vem a ser uma Educação Ambiental crítica que, bem mais que ações isoladas e reducionistas, procura compreender o nosso atual modelo de desenvolvimento com suas características e consequências.

A questão é que mesmo diante de tantas dificuldades, a Educação Ambiental não deve ser deixada de lado, pois ela deve ser entendida como uma grande contribuição filosófica e metodológica à educação em geral, que possibilita a ampliação da participação política dos cidadãos. Ela busca também a consolidação da democracia, bem como a solução dos problemas ambientais e uma melhor qualidade de vida para todos, buscando, por sua vez, estabelecer um novo elo entre a humanidade e a natureza, desenvolvendo uma razão que não se baseie numa autodestruição. Desta forma, a Educação Ambiental não só no Brasil, mas como no mundo todo, visa construir novas maneiras dos grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente.

Assim, a questão central é refletirmos sobre fundamentos e conceitos de Educação Ambiental que não busquem um modelo padrão a ser seguido por todos, pois isso se trataria não só de um reducionismo de uma complexa realidade, mas também da negação do educar como processo dinâmico.

Não se trata, portanto, de estabelecer um caminho único para a "salvação" do meio ambiente, mas sim a possibilidade de construirmos, através de uma Educação Ambiental crítica, uma sociedade que vise romper com a perpetuação das relações de poder e interesses globais colocados, nas quais as nossas necessidades vitais se encontram cada vez mais submissas à necessidade do lucro imediato e nem mesmo o meio físico se encontra protegido dessas "necessidades". Esse é um dos pilares da Educação Ambiental que não se contenta com o senso comum.

O fato é que homem e natureza são conceitos que necessitam de uma reflexão mais lúcida, levando em consideração que o homem não é externo à natureza, muito pelo contrário, ambos implicam em condicionamento e reciprocidade. Desta forma, é essencial deixarmos

[24]Embora saibamos que uma das maiores dificuldades para superar essa visão reducionista sobre meio ambiente e natureza nos dias de hoje é o fato de que o nosso sistema de produção não é compatível com as possíveis soluções à crise ambiental e que nossa cultura e realidade muitas vezes possa ser diferenciada daquilo que a Educação Ambiental procura nos ensinar.

para trás essa fragilidade reflexiva que afeta e prejudica o entendimento no que se refere à natureza.

É necessário, ainda, atentar-se diante do discurso oficial-hegemônico, ideológico e manipulador que acaba por promover o individualismo e a competitividade econômica entre os homens, através do discurso do progresso e cidadania planetária. No entanto, é nítido que as propostas defendidas por esse discurso oficial-hegemônico são absolutamente opostas ao ideário proposto pelas sociedades sustentáveis. Cabe aqui deixar claro que não estamos "transferindo" o ideário que propõe o desenvolvimento sustentável para o escopo da Educação Ambiental, mas sim compreendemos que basear-se em um discurso utópico pouco contribui para soluções que possam reverter esse quadro de crise social.

Não menos importante é destacar que o movimento ambientalista teve sim um desempenho extraordinário nesse contexto que envolve a chamada *crise ambiental*, promovendo importantes discussões e lutando por causas imprescindíveis que antes eram marginalizadas e ignoradas.

Deste modo é que surge a Educação Ambiental esta enquanto uma "parte" do todo que envolve essa problemática e enquanto possibilidade de refletir sobre esses problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões, enxergando o amplo meio ambiente, com todas as suas complexidades, dificuldades e crises do mundo, visando, assim, o respeito aos seus ciclos vitais bem como impor limites à exploração indiscriminada dos recursos naturais pela humanidade.

É a partir daí, com o propósito de criar um novo elo entre a natureza e a humanidade, esta última respeitando as relações entre si e para com o meio no qual vivem, bem como criar uma nova relação entre os interesses públicos e os privados é que surge o chamado *Terceiro Setor*, entendido como organizações e/ou ações da sociedade civil não pertencentes nem ao Estado, nem ao mercado. Partindo desse pressuposto, trabalharemos no próximo capítulo com esses dois pontos: o *terceiro setor* e as Organizações Não-Governamentais destacando, neste caso, as ambientalistas.

CAPÍTULO 2 – AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) E SUA ATUAÇÃO AMBIENTAL

2.1 A emergência do chamado "Terceiro setor" e suas contradições conceituais

Antes de tratarmos especificamente sobre o que são as Organizações Não-Governamentais – em específico as ambientalistas – destacando seus aspectos e características, funções, os seus objetivos, as motivações que as regem, bem como o caráter ideológico de muitas dessas organizações, faz-se necessária, primeiramente, uma reflexão sobre a origem dessas organizações, em outras palavras, compreender onde essas ONGs se inserem e com que funcionalidade. É neste sentido que iniciaremos este capítulo analisando o *Terceiro Setor.*

Com o objetivo de solucionar a dicotomia entre o público e o privado é que surge o chamado "terceiro setor", de concepção nitidamente neoliberal, aparece, enquanto a articulação entre ambos os setores. Se o Estado (primeiro setor) está em crise e o mercado (segundo setor) permanece com sua lógica lucrativa, ambos não podem dar resposta às demandas sociais – o Estado que já não pode dar e o mercado que não procura dar. (MONTAÑO, 2002)

É neste sentido que, a partir dos anos 1980 e 1990, o conceito de "terceiro setor" ganha mais espaço, a partir da suposta necessidade de superação dessa dualidade público/privado.

Entretanto, ao trabalhar com traços superficiais e ilusórios do fenômeno, o senso comum acaba por mistificar e dar um caráter ideológico ao chamado *terceiro setor.* Este, de acordo com a concepção hegemônica, nada mais é do que organizações e/ou ações da sociedade civil (não-estatais e não-mercantis). Assim, no que diz respeito a essa lógica, essa visão setorialista propõe uma discussão sobre o social caracterizando de forma desarticulada o Estado, o mercado e a sociedade civil, mistificando, portanto, a realidade.

Desta forma, o termo constitui-se a partir de um recorte do social em esferas, sendo estas o Estado, o mercado e a sociedade civil (primeiro, segundo e terceiro setor respectivamente). Cabe destacar que esta fragmentação do social é visivelmente estruturalista, já que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, o que acaba por desistoricizar a realidade social – como se o político pertencesse ao domínio estatal, o econômico ao campo

do mercado e o social correspondesse apenas à sociedade civil – num conceito reducionista. (MONTAÑO, 2002)

Ainda no que diz respeito ao chamado "terceiro setor" este não se trata de um termo neutro, já que possui clara nacionalidade, sendo esta de procedência norte-americana, portanto, possui características[25] peculiares à mesma. Outro ponto importante é que esse termo tem bem mais do que apenas nacionalidade, mas também origem de classe, bem como funcionalidade de acordo com os interesses da mesma, ou seja, a expressão *terceiro setor*, criada por intelectuais orgânicos do capital, mostra, claramente, o elo existente entre este *setor* e os interesses de classe – transformações necessárias à alta burguesia. (MONTAÑO, 2002)

No entanto, o *terceiro setor* constituído por Organizações Não Governamentais (ONGs), fundações, associações, movimentos sociais, entre outros, deve ser analisado sob uma nova perspectiva, contrária à compreensão do senso comum, haja vista seu caráter mais crítico.

Essa nova perspectiva de análise parte do pressuposto de que a totalidade social é a base de tudo. Ela procura partir da análise, não de um fenômeno isolado[26], mas da crise e reestruturação do capital, principalmente no último trimestre do século XX, junta à ofensiva neoliberal. Esta nova perspectiva leva em consideração as lutas de classes (desde as mais ocultas até as mais evidentes), que são determinadas a partir dos interesses visivelmente opostos, entre o grande capital e o trabalho. (MONTAÑO, 2002)

Outro ponto importante é que, inicialmente, não se deve descartar a concepção hegemônica, assim como também não a aceitar tal como é tratada pelos seus autores – ou seja, não partir de um conceito isolado, mas, ao contrário, partir da análise do real, tendo como base a totalidade histórica, para assim compreender essa categoria.

Nesta direção, a visão dominante que se tem sob o chamado de "terceiro setor", tomado por ela fenomenicamente, precisa ser analisado sob um ponto de vista mais crítico e ontológico, indo, portanto, para além dessas "construções ideais" oriundas dessa visão hegemônica mistificada e ideologizada. Concepção esta – hegemônica – que apresenta clara falta de rigor teórico bem como distância ideológica da realidade social. Como exemplo de tal falta de rigor teórico têm-se as debilidades conceituais que serão mencionadas a seguir.

---

[25] Aqui o chamado Terceiro Setor tem como parâmetro o voluntariado e o associativismo, contexto que faz parte de uma cultura política e cívica fundamentada no individualismo liberal. (MONTAÑO, 2002)

[26] Não os anseios setorialmente isolado, como a auto-ajuda, a ajuda mútua e a solidariedade individual e local, bem como muitas organizações com sua suposta sensibilidade do empresariado, organização cidadã, entre outros.

Ao identificar o Estado, o mercado e a sociedade civil, respectivamente como primeiro, segundo e terceiro setores, devemos nos atentar que, na verdade, o “terceiro setor” é o “primeiro setor” já que como é a sociedade civil que produz suas instituições, ou seja, se é ela quem cria o Estado, o mercado, enfim, fica clara a precedência histórica da sociedade civil sobre as demais esferas, portanto, o “terceiro setor” seria na realidade o “primeiro”.

Assim, tem-se a primeira grande debilidade conceitual do chamado “terceiro setor”. Associar esta expressão enquanto uma esfera que visa superar a dicotomia público/privado, aí sim este seria “terceiro setor”, já que se encontra após o Estado e o mercado, portanto um “novo setor” nascendo para dar respostas a esse embate. Essa falta de rigor só não é importante para quem não tiver a história como parâmetro da teoria. (MONTAÑO, 2002)

Deste modo, o que o senso comum entende por Terceiro Setor, não é “terceiro” menos ainda “setor” (numa tentativa de segmentar o social em três esferas: o Estado, o mercado e a sociedade civil). Na realidade, no lugar deste conceito ideológico, é o fenômeno real que deve ser interpretado, enquanto ações que expressam funções a partir de valores, em outras palavras, as ações (antes de inteira responsabilidade do Estado) desenvolvidas por organizações da sociedade civil que se responsabilizam em assumir as funções de resposta às demandas sociais, a partir de valores solidários.

A questão central é perceber que há, portanto, uma desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local.

Outra debilidade a ser destacada é que este conceito mais confunde do que esclarece. Se o chamado “terceiro setor” abrange ONGs, organizações sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, associações de moradores ou comunitárias, clubes, instituições religiosas, associações profissionais ou categorias, entre outros – ou seja, se este conceito acaba reunindo no mesmo espaço tanto as organizações formais, quanto atividades informais, voluntárias e/ou individuais, e ainda entidades de interesses políticos, econômicos – este conceito antes de esclarecer sobre um “setor” da sociedade, acaba por misturar diversos sujeitos com interesses, espaços e significados sociais distintos e até contraditórios.

Outro ponto débil do chamado “terceiro setor” é o seu caráter não-governamental, autogovernado e não-lucrativo em questão. Muitas ONGs quando passam a receber financiamento de entidades – muitas destas de caráter governamental – por meio de parcerias, ou quando são contratadas pelo Estado, quer seja ele Federal, Estadual ou Municipal – para exercer, de forma terceirizada, as funções ao Estado delegadas – não parecem tão fiéis a seu dito caráter não-governamental e à sua condição de autogovernada, uma vez que, o Estado, ao

formar parceria com dada ONG e não com outra, ao financiar uma e não outra, está, claramente, selecionando-as, dentro e a partir da política governamental, o que implica na presença e permanência de certas ONGs e não de outras nessas parcerias. Assim sendo, a dita não-governamentabilidade dessas organizações acabam por apresentar um caráter duvidoso haja vista encobrirem a sua ligação à política de governo. O fato é que estas ONGs "selecionadas" (ou seja, sua sobrevivência, seus projetos e seus recursos) estão sim, fortemente condicionadas pela política governamental, logo, não possuem a autonomia que dizem ter, nem na prática, menos ainda financeira.

Outra debilidade da expressão "terceiro setor" é o seu caráter de não lucratividade. Muitas fundações não podem negar seu claro interesse econômico, seja através da isenção de impostos, função propagandística ou até mesmo ao melhorar a imagem de seus produtos, o que implica no aumento das vendas ou dos preços (ver Parmalat, Bradesco, Telefônica, entre outros). Fundações estas com nítido fim lucrativo, mesmo que indireto.

Percebe-se, portanto, que o termo Terceiro Setor não abarca um mínimo consenso sobre sua origem, nem tão pouco sobre sua composição ou suas características, fragmentando o social em esferas isoladas e autônomas[27], como se não fossem distintas e nem relacionadas.

> Tal dissenso é a clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes. (MONTAÑO, 2002, p. 58)

No entanto, a dúvida: Por que o Estado, que muito vem se mostrando omisso em sua responsabilidade de intervenção social, busca repassar recursos públicos – mediante parcerias – para as entidades do chamado terceiro setor? A resposta é simples e pode ser vista por dois vieses, sendo um deles o fato de que se fundamenta na redução relativa de gastos sociais, ou seja, as ONGs ao prestarem serviços precários e pontuais/locais os custos são menores do que se fosse o Estado realizando. Já por outro viés, o objetivo da parceria é nitidamente ideológico já que visa mostrar não a falta de responsabilidade do Estado nas respostas aos problemas da questão social, mas ao contrário, quer dar a entender que este é apenas um processo de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficaz, burocrática e

[27]No pensamento neoliberal entende-se as questões econômicas enquanto *despolitizadas* no interior do mercado, assim como no campo estatal os processos políticos aparecem enquanto *deseconomizados*, bem como as atividades sociais *deseconomizadas e despolitizadas.* (MONTAÑO, 2002)

não especializada – o Estado – para outra supostamente mais popular e eficiente – o terceiro setor.

Assim sendo, a funcionalidade do terceiro setor para com o projeto neoliberal incide em torná-lo meio para: a) desresponsabilizar o Estado na intervenção social – no entanto, essa desresponsabilização do Estado não significa necessariamente que o Estado não faça parte deste movimento de transformação da modalidade de intervenção na questão social. Muito pelo contrário, o Estado se afasta parcialmente da intervenção social, entretanto subsidia e promove todo esse processo ideológico de transferência da ação social para o terceiro setor.

Deste modo, percebe-se que o Estado tem um papel fundamental nas transformações operadas pelos governos e pelo capital sob a égide neoliberal; b) Desoneração do capital, pois assim sua intervenção na ação social assume a forma voluntária de doação – isso de acordo com sua "consciência cidadã" e sua "responsabilidade social" – não de obrigação; c) e a despolitização dos conflitos sociais transformando essas lutas contra a reforma do Estado em parceria com o Estado.

Assim, percebe-se claramente que o Estado mais do que parceiro é um verdadeiro subsidiador e promotor do desenvolvimento dessas organizações e ações do terceiro setor, sendo a parceria e a legislação um caminho para tal propósito.

Em suma, embora o chamado *Terceiro Setor* venha carregado de várias debilidades, é importante compreender que foi a partir dele que houve o favorecimento para o desenvolvimento e a profissionalização das ONGs[28], questão esta de extrema importância dado o nítido dualismo público/privado que acaba por afetar direta e indiretamente a grande maioria.

Já no que diz respeito à questão ambiental – foco desse trabalho e que será discutido mais profundamente a seguir – a emergência do chamado *Terceiro Setor* que traz consigo as ações de ONGs ambientalistas, por exemplo, passou a significar um anseio em busca de um novo ideário, que consiga enxergar o amplo meio ambiente à sua volta, compreendendo que o homem não é externo a natureza, muito pelo contrário, que faz parte e depende dela para a sua sobrevivência, mantendo uma relação de reciprocidade, na ótica uma visão socioambiental. Sendo assim, afirmar que todas as organizações ambientalistas são focalistas e negligentes em suas práticas e que estão, na realidade, passando a ocupar o lugar do Estado no planejamento

[28]Relevante, também, ter em mente que para o desenvolvimento dessas organizações é necessário, antes de mais nada, compreender as mudanças no papel do Estado e, por conseguinte, o que isso passou a representar dentro dessas organizações.

e execução de políticas públicas é ter uma visão generalista, posição esta que pode impedir de se entender o que de bom há nas ações das organizações.

2.2 As Organizações Não-Governamentais (ONGs): características gerais e atuação na problemática ambiental

Por se declararem não pertencentes ao Estado, sem fins lucrativos e se constituindo enquanto representação legítima da sociedade é que, a partir da década de 60 do século XX surgem as chamadas Organizações Não-Governamentais. Estas passaram, principalmente nos últimos anos, a ganhar uma variedade de definições, dados seus objetivos múltiplos como cidadania, desenvolvimento local, ambiente, ações assistenciais, entre outros.

Determinada na Organização das Nações Unidas (ONU) e derivada da expressão inglesa *Non-governmental Organization* (NOG), o termo ONG foi empregado, pela primeira vez, na década de 1950, sendo caracterizadas como entidades que não foram fundadas por acordos governamentais.

Representando um segmento importante da vida coletiva é que, a partir da década de 1980, a terminação ONG teve seu *boom,* se estabelecendo na principal forma organizacional na área do ambientalismo tanto nacional quanto internacional.

Tendo em vista nosso objetivo central neste trabalho, daremos maior atenção à discussão das ONGs ambientalistas.

As ONGs ambientalistas podem ser caracterizadas como entidades independentes, privadas, sem ligações formais com o governo[29], sem fins lucrativos e que visam atender às necessidades da população – dado seu caráter socioambiental - através de uma ação direta em comunidades específicas.

Assim diz Menescal (1996) apud Pignatti (2005, p. 38):

> As ONGs podem ser atualmente definidas como grupos de pressão sociais. Ou seja, como grupos de pressão que buscam, por um lado, influenciar e democratizar políticas governamentais para que essas supram de maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo e, por outro, movimentar a sociedade em que

[29]Embora de uns anos para cá muitas ONGs passaram a se tornar parceiras do Estado – pois partilham de decisões políticas públicas e muitas vezes são mantidas com recursos dos governos – relação esta que põe em dúvida a sua representatividade para muitos.

> estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política.

Voltadas à promoção e realização de projetos de desenvolvimento, as ONGs podem dizer respeito a vários segmentos como, por exemplo, organizações sindicais, partidos, igrejas, universidades, setores populares, entre outros. Trata-se de mecanismos que fornecem à sociedade bens coletivos públicos – já que estão à disposição de toda a população – e bens sociais – já que visam atender às necessidades da população e colaborar para a construção da cidadania, através de interações sociais como o altruísmo, confiabilidade e vínculos comunitários - elementos estes que o Estado, nem tão pouco o mercado oferecem. Para Scherer-Warren (1998) apud Pignatti (2005, p. 38):

> As ONGs são organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global).

Outra característica fundamental das ONGs ambientalistas é a sua natureza em querer proteger e preservar um determinado ecossistema, umas mantendo um caráter generalista no seu discurso e sem tomar lado de nenhum partido político ou ideológico, e; outras acabam por tomar posições que as aproximam de determinados grupos políticos e, então, embora não queiram tomar lados, adotam, indiretamente, algumas posturas desses grupos.

Quanto à sua estrutura de funcionamento interno, observa-se alguns casos de entidades com um número limitado de membros e a existência, até mesmo, de líderes vitalícios ou honrados. Os sujeitos, depois de unidos e articulados e diante de interesses em comum, passam a pensar na criação do estatuto, enquanto elemento fundamental para a instituição de uma entidade.

De acordo com a lei que rege os registros públicos, a mesma determina que façam parte dos estatutos a qualificação da sociedade, fins pretendidos, sede e foro, administração e representação referente à sociedade, deveres dos membros, período de permanência, possíveis mudanças no estatuto, identificação dos fundadores e membros da diretoria.

Normalmente, os objetivos e atribuições dos seus membros são decididos em uma assembléia geral que faz parte da ata de instituição. Há, geralmente, eleição de um conselho diretor – presidente, tesoureiro e secretário – conselho fiscal e conselho consultivo. Cabe destacar que o mandato da diretoria, habitualmente, varia de um a cinco anos.

Há três elementos que, de acordo com Pignatti (2005), são fundamentais para um bom funcionamento de uma ONG: *o uso da informação* podendo ser utilizada enquanto ferramenta contra a impunidade e opressão (novas tecnologias que modificaram a relação tempo-espaço), isto é, as informações e mercadorias passaram a se difundir em tempo real, eliminando fronteiras e obstáculos; *o agir no campo simbólico* – lutas ecológicas, democráticas e que buscam a justiça social e, se utilizar da *articulação sob forma de rede* – a não centralidade organizacional e a não hierarquização do poder. As relações sociais não são singulares nem tampouco verticais, mas sim horizontais e se complementam respeitando a diversidade cultural.

Outro ponto a se destacar é o principal modo de ação das ONGs ambientalistas que se dá através de duas maneiras, sendo a primeira delas a ação voluntária de seus membros que destinam parte do seu tempo para realizarem atividades em prol das metas almejadas pela entidade, ou; num segundo caso, através da obtenção de recursos financeiros para a efetivação das ações propostas. Neste caso, costuma-se haver a contratação de profissionais aperfeiçoados com as metas da organização, que acabam por compor a estrutura organizacional e política da entidade.

Neste sentido, muitas são as ações propostas pelas ONGs ambientalistas que vão desde as denúncias, campanhas, estudos técnico-científicos e fiscalização até a criação de unidades de conservação, gerenciamento e realização de projetos, geralmente em parceria com entidades públicas e privadas.

De acordo com Ferreira (2000) apud Pignatti (2005, p.70):

> As ONGs ambientalistas com atuação no território nacional têm levado a cabo inúmeros tipos de projetos. Dentre eles merecem destaque projetos de diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam, popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas, alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno, incluídos os cursos de capacitação, técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, mutirões para reposição florestal, além de projetos de co-gestão de áreas protegidas em parceria com órgãos governamentais.

O público-alvo dessas entidades é formado por índios, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, ex-sem-terra assentados, moradores de unidades de conservação, entre outros.

Dentre os objetivos das ONGs está a mudança de interesses privados de uma minoria em um interesse público comum, o que representa e demonstra a entidade como sendo verdadeiramente em prol de uma maioria em torno de uma mesma causa.

É importante destacar que o papel da sociedade civil não se restringe a apenas votar, participar de partidos políticos e grupos de interesse, mas também expandir os seus ideários e ações participativas, buscando cada vez mais os seus direitos, utilizando-se até mesmo de formas não institucionais/convencionais como protestos, manifestações e greves.

Em síntese, são entidades instituídas voluntariamente, com relevante grau de independência na sua gestão e funcionamento, e que não visam a obtenção de lucros materiais. São, ainda, organizações voltadas para atividades vinculadas a questões sociais, ambicionando a institucionalização, a qualificação do trabalho e a profissionalização de seus administradores. Tratam-se, portanto, de entidades que visam a cidadania plena, isto é, uma melhor qualidade de vida para todos, permeando e politizando diferentes atividades neste sentido.

É neste sentido que muitos ambientalistas percebem que promover o social, ou seja, lutar em nome de objetivos e causas – o que implica em maior articulação e mobilidade social – muito contribui para a concretização de organismos democráticos aptos a criarem condições para as necessárias modificações estruturais da sociedade.

Desta forma, inserir e formar novos atores sociais são características que fazem parte, atualmente, da tradição dessas organizações e que lhes conferem a certeza de que as atuações localizadas podem se multiplicar, o que aumenta o seu poder de efeito. Outra característica dessas organizações é que elas podem exercer influências sobre a opinião pública, o que acaba por potencializar as suas ações.

As organizações não-governamentais, ao mesmo tempo em que se assemelham em alguns aspectos – podem ser consideradas como agentes de aprendizado social, já que elegem um campo de luta e mobilizam não só pessoas, mas recursos e instituições também em prol de uma causa em comum – também se distinguem em outros, a exemplo o seu tamanho, a sua estrutura organizacional, recursos financeiros obtidos, ideologias, alcances de atuação, entre outros.

Um ponto muito forte das ONGs ambientalistas é o seu interesse em vincular ciência (conhecimento) com a ética (valores morais) e a política, embora este atrelamento não seja realizado de forma homogênea, já que, valores implicam em crenças e utopias.

Vale destacar que as ONGs não surgem para substituir as ações do Estado, mas sim como entidades que podem contribuir na elaboração e execução de propostas, colaborando assim, de forma positiva nas políticas de governo, buscando mudanças sociais significativas.

Relevante, ainda, destacar que essas organizações, quando se proliferaram no Brasil, tiveram como membros originários indivíduos de elites intelectuais – provenientes de universidades, igrejas, partidos e até mesmo de organizações de militância de esquerda. A princípio, preferiram ignorar o Estado se voltando a interesses difusos – sempre um bem coletivo, isto é, em prol de um indeterminado número de pessoas.

No entanto, com as sucessivas mudanças ocorridas no Brasil, no final da década de 1980 e início de 1990, as organizações não-governamentais passam a se aproximar do Estado, partilhando das ações e validando programas governamentais[30].

No Brasil, pode-se classificar as ONGs em dois grandes grupos: aquelas que participam de movimentos populares exercendo um papel de intermediárias entre a minoria que elas representam e a gestão pública, atuando em processos educativos e organizacionais. Tratam-se, portanto, de entidades a serviço do movimento popular, como centros populares que trabalham com crianças e adolescentes, por exemplo.

Já num segundo grupo estão aquelas ONGs que agem em nome de uma causa em comum, como é o caso das ecologistas, feministas, pacifistas, entre outras, que lutam contra a desigualdade, discriminação, deterioração do meio ambiente e outros similares.

No que se refere ao aspecto econômico das ONGs, muitos a consideram enquanto pertencentes ao Terceiro Setor, conforme já discutimos anteriormente neste capítulo. Nesta direção têm-se o Estado, como Primeiro Setor, regido por critérios de justiça social; o Mercado, sendo o Segundo Setor, baseado na lógica de ampliação da riqueza, e; o Terceiro Setor que seria a combinação dos princípios públicos e privados, o que, por consequência, implica numa distinta forma de redistribuição de riquezas.

---

[30]A forte política do modelo de desenvolvimento norte-americano bem como a influência da sua moeda sobre a economia brasileira trouxeram à tona novas questões relacionadas ao crescimento industrial, entre elas a problemática ambiental. É neste sentido que, a partir dos anos 1980, alguns países passaram a regulamentar, através de leis, a atividade industrial no que diz respeito à poluição – é quando também passam a formalizar os Estudos e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente, quando as ONGs ambientalistas têm o seu *boom*, e quando acontece a ECO 92. Desde então, o Estado "preocupado" com a degradação ambiental adere à idéia do desenvolvimento sustentável – As ONGs precisando de verba/patrocínio acabam se aproximando do Estado, por isso a sua relação mais achegada com o mesmo.

Já no que diz respeito ao seu aspecto legal, as ONGs são registradas, de acordo com Pignatti (2005, p. 50), como:

> (...) sociedades civis sem fins lucrativos ou fundações e reconhecidas juridicamente no Código Civil Brasileiro (lei nº 3.107, de 1/1/1916) como pessoas jurídicas de direito privado, as quais incluem: as sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações com fins não econômicos.

As ONGs além de estabelecerem clareza nas suas determinações, buscam, também, estreitar suas relações e parcerias entre os níveis locais e globais, visando, por sua vez, uma crescente mobilização e o compromisso individual e coletivo com o poder de democratizar as relações na sociedade.

Desta forma, percebemos que as ONGs assumem relativa importância como grupos de pressão, o que implica na sua forte atuação em nível político. Elas podem, ainda, ser avaliadas em relação ao seu caráter público, pois oferecem serviços sociais e assistencialistas, principalmente aos carentes e marginalizados.

Assim sendo, torna-se clara a importância do olhar crítico e sério que essas organizações ambientalistas devem carregar consigo, visão reflexiva e consciente que são nas decisões tomadas a sua solidez. Deste modo, mais do que importante, é fundamental a retomada daquela militância e força contestadora das décadas de 1970 e 1980, período que tinha o amadorismo e as lutas populares em seu escopo, ao contrário de muitas ONGs atuais que se deixam guiar pelo profissionalismo tão pregado pelo discurso oficial hegemônico com seu caráter fragmentador, individualista e competitivo em busca da sobrevivência econômica. A questão aqui é, portanto, compreender de que forma as organizações ambientalistas possam promover a constituição de uma sociedade mais democrática e não enquanto um modelo padrão fundamentado na lógica mercadológica. Na sequência procuraremos discutir esta questão.

2.3 Problematizando o papel e formas de atuação das ONGs

Por ser apresentada de forma superficial e até mesmo ideológica para a maior parte da população, a chamada *crise ambiental* se caracteriza como algo sem muita importância, num primeiro momento, pela sua definição dada – opiniões pessoais expressadas através da mídia, por exemplo – e num segundo momento, já que a maioria da população por não ter

condições materiais mínimas e básicas de sobrevivência não consegue enxergar aí a seriedade da problemática.

Há, ainda, extrema insuficiência de interação entre os movimentos ambientalistas e os movimentos populares, o que favorece um perfil de ambientalismo fragmentado de iniciativas e desunido de lutas sociais mais amplas. O que há, portanto, são ONGs ambientalistas umas a favor da comunidade, buscando mudanças de valores e outras que acabam incorporando o discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável.

Outro ponto é a baixa participação do cidadão nessas entidades, ocasionada pela própria dinâmica de funcionamento das mesmas, o que consolida um perfil mais característico baseado na representação de toda uma comunidade por apenas um ou mais líderes – que sustentam posições não necessariamente coletivas, mas sim pessoais. Sendo assim, é justamente a partir dessas ações de caráter pessoal que reproduzem a baixa institucionalidade das ONGs, bem como a disputa de poder pessoal.

Quando se fala em *baixa institucionalidade* entram em questão alguns elementos como escasso material – o que implica no impedimento de abranger o espaço físico da entidade – e o pouco interesse dos atores em organizar a parte documental, elementos estes importantes visto que, o principal objetivo destas entidades é a conquista de legitimidade e amplos espaços políticos, quer sejam eles pessoais ou coletivos. A exemplo têm-se o grande número de ONGs com sede improvisada geralmente na casa de um dos líderes, ou seja, ONGs sem sede, sem arquivos confiáveis e nem tampouco infraestrutura adequada para uma convivência dos membros em um espaço próprio.

Deste modo, além de não serem muito comuns e acontecerem poucas vezes, as atividades desempenhadas em promover o efetivo auxílio na busca de soluções e da gestão democrática, acabam, por vezes, tratando-se de um discurso solidário que disfarça disposições autocráticas de grupos empresariais ou até mesmo do poder público com seus interesses econômicos ou mercadológicos. Outra questão é a pouca articulação entre os distintos órgãos públicos, sindicatos, ONGs e afins na promoção do pensamento ambientalista que acabam por gerar atividades executadas no plano da ação informal.

Assim sendo, apesar da questão ambiental ser reconhecida pela sociedade como de significativa importância, principalmente nos dias atuais, ainda assim, nota-se o pouco envolvimento que há por grande parte da população à causa ambiental dado seu perfil característico (toda uma comunidade representada por apenas um ou mais líderes), seu caráter seletivo, realidade distante e sua baixa institucionalidade.

Exceto em circunstâncias concretas e peculiares, poucos são os cidadãos que se envolvem com entidades ambientalistas de base, procurando manter vínculos com as mesmas. Talvez isso decorra do fato de que, geralmente, essas entidades se apresentam distantes da realidade de muitos, de caráter internacional e até mesmo por estarem ligadas a setores econômicos referentes à classe alta da sociedade, como é o caso do GREENPEACE (órgão que inclusive aparece com grande visibilidade nos meios de comunicação, mas que mesmo assim, não possui a participação de uma grande maioria da sociedade, dada a sua política mais voltada à elite).

Outro exemplo são ONGs como a Fundação SOS Mata Atlântica e a Fundação O Boticário, entidades privadas sem fins lucrativos. Suas ações incluem proteção de áreas naturais, apoio a projetos de outras organizações, sensibilização e mobilização da sociedade para a conservação da natureza. Portanto, ações voltadas para o chamado desenvolvimento sustentável.

O GREENPEACE, por exemplo, caracteriza-se como *"(...) uma organização global e independente que atua para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos*[31]*."* No entanto, essas mesmas organizações sem fins lucrativos e em prol da natureza não mencionam as grandes empresas[32] que estão por trás delas, o que acaba por colocar em dúvida o seu caráter "independente", bem como a sua lógica que se diz não ser baseada nos moldes neoliberais da nossa economia.

Assim sendo, são cada vez mais comuns discursos ideológicos em prol de uma sociedade mais justa igualitariamente conforme verificamos no discurso do GREENPACE:

> Investigando, expondo e confrontando crimes ambientais, desafiamos os tomadores de decisão a rever suas posições e adotar novos conceitos. Também defendemos soluções economicamente viáveis e socialmente justas, que ofereçam esperança para esta e para as futuras gerações. (Disponível em http://www.greenpeace.org/. Acessado em 22/11/11).

No entanto, sabemos que esse discurso não passa de uma ideologia da classe dominante, haja vista não ser interessante para o capitalismo como seus objetivos mercadológicos baseados na obtenção do lucro imediato.

---

[31] Informação disponível em http://www.greenpeace.org/. Acessado em 22/11/11.

[32] Dentre as empresas em questão podemos citar: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., Grupo Pão de Açúcar, Wal-Mart Supermercados, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Bradesco Capitalização, Coca-Cola Foundation, entre outras.

Outro ponto importante nesses discursos é a sua visão reducionista e que simplifica a imensa complexidade que envolve o meio ambiente, acarretando em posições individualistas e comportamentais:

> Nós acreditamos que a mudança de atitudes individuais pode fazer uma grande diferença para o futuro do planeta. Juntos, nós podemos enfrentar os problemas e promover soluções. (Disponível em http://www.greenpeace.org/. Acessado em 22/11/11).

Cabe deixar claro que não estamos aqui criticando o modo como atuam essas organizações, apenas, destacamos o seu caráter reducionista e simplista que pouco contribui na solução para essa intricada questão que envolve o meio ambiente.

Assim sendo, percebe-se a defesa acrítica das ações de algumas ONGs enquanto realizadoras de serviços sociais, ações estas que competiriam ao governo, mas, que para garantir agilidade operacional, transparência nos gastos e inclusão da sociedade[33] se utilizam das organizações para suas ações.

Outro ponto importante a se destacar é a necessidade de se perceber que, apenas reconhecer a gravidade da problemática, idealizar e ansiar por justiça social – num contexto de iniciativas fragmentadas e onde uma minoria quer falar em nome de muitos – é muito pouco para que se possa instituir novas políticas públicas que possam transformar a base estrutural da sociedade. E ainda assim, mesmo que todos consigam enxergar a importância de se conservar o ambiente, sabe-se também que os benefícios da proteção e os pesos da destruição não são distribuídos homogeneamente. Desta forma, o ambiente acaba por expressar projetos de determinados blocos, sem dúvida os hegemônicos com seus valores e interesses.

É próprio do pensamento contemporâneo que a natureza é apenas o meio para atender às necessidades humanas. Deste modo, a conduta e a ética são definidos por valores inerentes ao indivíduo, favorecendo, por sua vez, o egoísmo, a futilidade e a cultura do descartável.

Nesta direção, outra grande crítica feita por ambientalistas diz respeito à sociedade industrial que com seu alto poder tecnológico, domina e explora a natureza numa velocidade extraordinária, transformando o ambiente e o deixando com sequelas imprevisíveis. Na verdade, o que acontece é que após a Revolução Industrial há uma maior intensificação e

[33]Conforme já expusemos, por trás desse discurso há, com essas parcerias, uma redução de gastos públicos na execução de programas sociais, o que implica em resultados despolitizados, minimizados e localizados, perante a seriedade do problema.

velocidade da ação humana, bem como a confirmação de um sistema político-econômico competitivo e individualista, que se baseia na reprodução do capital e que, consequentemente, precisa de matéria e energia em larga escala.

De acordo com o discurso hegemônico ambientalista, visando desqualificar a militância ambientalista de *combate* costuma usar o clichê de que é necessário apresentar projetos que possam ser consolidados, portanto, é necessário que os membros de uma ONG sejam profissionais. No entanto, tal consideração acaba por simplificar a questão, ajustando-a num perfil empresarial e competitivo no interior das próprias organizações.

Não obstante a isso, ao exigir qualificação profissional para fazer parte da militância de uma ONG ambientalista retira-se a função de cidadã das organizações, abrindo espaço para aqueles que têm o conhecimento técnico visto como essencial.

Percebe-se, a cada dia que passa, nos discursos hegemônicos das ONGs a questão do profissionalismo e competência e, cada vez menos, militância, amadorismo e contestação. Deste modo, fica claro que as ONGs de hoje não se encontram mais do mesmo lado daquelas dos anos 1970 e 1980.

É nesse sentido que se pode notar a mudança de caráter das organizações e movimentos sociais dos anos 1960-80 para os anos 1990, em outras palavras, dos movimentos contra o Estado para as parcerias com o Estado.

Até finais dos anos 1980 o que existia eram estratégias de negação/combate/pressão contra ou dirigida ao Estado no intuito de reivindicar os direitos políticos, civis, econômicos e sociais, ou seja, reivindicar a democracia.

No entanto, a partir da década de 1990, surge um novo contexto e tanto os movimentos sociais quanto as organizações passam a adotar um comportamento de parceria/articulação com o Estado. Se nas décadas de 1960-80 as ONGs recebiam financiamento menos condicionado, atualmente, o que ocorre é o processo contrário, ou seja, muitas organizações – com a mudança de prioridades das instituições de apoio financeiro – estão recorrendo a fontes de financiamento nacional (Estado e/ou da chamada “empresa cidadã”), ou de autofinanciamento (incorporando uma lógica gerencial e empresarial).

Desta forma, alguns resultados deste novo contexto passam a aparecer como a despolitização de conflitos; há um rompimento da relação direta dos movimentos sociais com o Estado, já que agora essa relação é intermediada pelas ONGs; entre outros.

É nesse sentido que devemos refletir: O que e a quem se quer atingir ao se produzir um projeto? Para Montaño (2002) *apud* Loureiro (2006, p. 126):

> As chamadas organizações não-governamentais (ONGs), quando hoje passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental, por meio das parcerias, ou quando são contratadas pelo Estado (federal, estadual ou municipal), para desempenhar, de forma terceirizada, as funções a ele atribuídas, não parecem tão fiéis a seu dito caráter "não-governamental" e à sua condição de "auto-governada". Efetivamente, o Estado, ao estabelecer "parceria"com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não de outras, e determinados projetos e não outros – aqueles selecionado(s) pelo(s) governo(s). [...] Desta forma, sua denominação para enganosa; a dita "não governabilidade" e a "autogovernabilidade" dessas organizações encobrem o fato de estarem integradas tendencialmente à política de governo. Querendo ou não (e sabendo ou não) estão fortemente condicionadas – sua sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – pela política governamental. Não têm autonomia que pretendem – nem prática, nem ideológica e muito menos financeira – dos governos.

Em suma, a colaboração que procederia de pressões populares visando solucionar problemas, acaba por ser uma solução apresentada por governos oportunos e funcionais ao sistema.

Deste modo, é necessário reavaliar os discursos que apontam as organizações ambientalistas enquanto responsáveis por uma melhor qualidade de vida[34], tanto para a geração atual quanto para as futuras.

O discurso, de acordo com Loureiro (2006, p. 21), "(...) não estou a favor ou contra ninguém, estou ao lado do meio ambiente" só mostra que essas organizações têm que romper com essa estrutura utópica de que elas são as salvadoras do mundo, como se elas não tivessem contradições internas tanto quanto qualquer outra força social. Elas não são formadas de anjos! (LOUREIRO, 2006)

Por fim é válido destacar que reconhecemos que os trabalhos realizados em termos técnicos são praticados com extrema clareza e seriedade, com definição cidadã em busca de soluções para questões urgentes. Portanto, não há aqui o desmerecimento ao mesmo, nem tão pouco se trata em denunciar entidades com ações ilícitas. O foco aqui é entender como agir de maneira para que as organizações não sejam padrões a um modelo societário excludente e concentrador de riqueza e poder, viabilizando, assim, a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

[34] Aqui estamos nos referindo às melhores condições de saúde, alimentação, educação, transporte e moradia.

É neste sentindo, portanto, que decorrente do trabalho gradual, porém intenso, que muitas ONGs vêm apresentando soluções significativas à crise da modernidade. A exemplo, temos a ONG Ecologia e Ação – ECOA – da qual entende-se, a priori, que a mesma desenvolve ações que mostram preocupação e compromisso com as questões sociais e não meramente voltadas para uma "natureza em si" na medida em que a maioria dos projetos envolve discussões e articulação com as comunidades que vivem e se relacionam diretamente com esses ambientes naturais, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3
A ECOA E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MATO GROSSO DO SUL

3.1 Breve histórico e caracterização da ONG Ecologia e Ação (ECOA)

Após estabelecermos os referenciais teóricos, bem como o contexto que entendermos ser importante para discutirmos a atuação de uma ONG em relação à Educação Ambiental, passaremos neste momento a focar mais especificamente a ONG Ecologia e Ação (ECOA), nosso principal objeto neste trabalho.

No dia 03 de junho de 1989, um grupo de pesquisadores de diversas áreas profissionais, dentre elas as de Biologia, Comunicação, Arquitetura, Ciências Sociais, Engenharia, Geografia e Educação, preocupados com os problemas socioambientais que o estado de Mato Grosso do Sul já vinha enfrentando[35], se uniram para estabelecer um espaço de reflexão, debates e formulações e também desenvolver projetos e políticas públicas para a conservação ambiental e a sustentabilidade tanto no meio urbano quanto no rural.

Foi a partir daí que surgiu a ideia de se criar, através de uma Ata de Fundação, uma organização não-governamental ambientalista, democrática, independente, autônoma e sem fins lucrativos, a então Ecologia e Ação – ECOA.

É do conhecimento de todos que o Pantanal se trata da maior área úmida continental de água doce do Planeta, compreendendo cerca de 210 mil km² (Brasil, Bolívia e Paraguai). Muito rico no que diz respeito à sua biodiversidade – cultural, fauna e flora, paisagem que reúne vastas extensões pouco habitadas, grandes fazendas de pecuária extensiva e cidades – esta mesma área vem passando, principalmente nas últimas décadas, por algumas

[35]Nessa época a ECOA desenvolveu campanhas e denunciou uma série de problemas ambientais que estavam acontecendo no Mato Grosso do Sul como a implantação de uma fábrica de cimento no coração da Serra da Bodoquena que continha algumas "falhas" no seu EIA/RIMA visto que não acusava a existência de algumas grutas na região na qual atuara, bem como buscava *(...) mostrar, através de audiências, que o impacto ambiental não seria tão grande e que inclusive os benefícios sociais seriam bem maiores, mas aí a gente estava presente, e falamos que não era bem assim, que a cidade era pequena, não tinha infraestrutura para isso, e de fato, logo a cidade se favelizou*. (Entrevista realizada com o Prof. Álvaro Banducci Junior no dia 11/11/11)

transformações – decorrentes da instalação de indústrias altamente poluidoras, bem como a implementação de projetos de infraestrutura para transporte e energia, além de do extenso desmatamento e substituição de paisagens naturais por monoculturas – que vem implicando em graves repercussões no modo de vida e sustento de populações ribeirinhas que se encontram à margem dos processos de desenvolvimento, e que lutam para conservar suas relações com o meio ambiente em que vivem isso através de suas crenças, tradições e formas de produção.

Nesta perspectiva o Pantanal e a bacia hidrográfica do rio da Prata foram identificados como as regiões prioritárias, sendo que no caso Pantanal concentraram-se as ações de base comunitária, o que indicava, também, uma das razões para a criação da organização.

A ECOA, com sede em Campo Grande (MS), tem atuação local, nacional e internacional. Do ponto de vista territorial sua prioridade é a América do Sul. As unidades ambientais onde atua diretamente são a bacia do rio da Prata, o Sistema Paraguai – Paraná de Áreas Úmidas, o Cerrado e o Pantanal. As principais áreas de trabalho são desenvolvimento integral de comunidades, energia, infraestrutura e biocombustíveis.

Desde sua criação, a ECOA promove e apoia campanhas para proteção de áreas naturais e criação de unidades de conservação. De modo articulado em rede com entidades brasileiras e de outros países[36] busca questionar e conquistar medidas e políticas de compensação para os grupos atingidos por megaprojetos com forte impacto ambiental e social, como hidrelétricas, hidrovias e projetos de industrialização.

A ECOA associa investigação científica e ação política no sentido amplo do termo, envolvendo comunidades, instituições de ensino e pesquisa[37], instituições governamentais e outras organizações não governamentais, com o intuito de promover campanhas e processos

[36] Aqui uma lista dos Conselhos, Fóruns e Redes municipais, estaduais, nacionais e internacionais dos quais a entidade faz parte atualmente: 1. Abong - Associação Brasileira de organizações não-governamentais; 2. Aguapé - Rede Pantanal de Educação Ambiental; 3. Rede de Sementes do Pantanal; 4. Rede Agroflorestadores do Cerrado; 5. Aliança Rio Paraguai; 6. Conselho da Reserva da Biosfera do Pantanal; 7. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA; 8. Conselho do Global Greengrants Fund (GGF-Brasil) 9. Conselho Estadual de Pesca do Mato Grosso do Sul; 10. Conselho Municipal de Meio Ambiente; 11. Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul; 12. Rede Brasil de ONGs; 13. Membro da coordenação da Rede Cerrado de ONGs; 14. Membro da coordenação da Rede de Ong's Mata Atlântica; 15. Rede Brasileira de Justiça Ambiental; 16. Secretaria executiva e membro da coordenação da Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Sociais; 17. Secretaria executiva e membro da coordenação da Coalizão Rios Vivos.

[37]Destaca-se, neste caso, a parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O convênio trata-se de um intercâmbio para a realização de pesquisas, ensino, troca de informações, atividades culturais e científicas.

de diálogos multissetoriais criando, assim, espaços de reflexão, negociação e decisão frente a questões prioritárias para a conservação ambiental e a sustentabilidade.

Uma das principais características da instituição é o permanente suporte para o surgimento e desenvolvimento de redes, fóruns, articulações e organizações locais no Brasil e em outros países[38]. Importante salientar que a ECOA busca, ao máximo, não se vincular ao Governo já que, justamente por se tratar de uma organização não-governamental, a mesma, nesses 21 anos de existência, procura fazer jus ao nome, até porque se a ONG obtiver qualquer tipo de ajuda financeira do Governo, isso pode comprometê-la no que diz respeito à sua atuação. Assim diz o jornalista e técnico ambiental da ECOA, Jean Fernandes: *"(...) a gente não quer ter nenhum vínculo com o governo (financeiro), isso pra gente não ser barrado de algumas coisas. Porque assim, a gente tem muita autoridade e muito respeito em cima dessa área do Pantanal e do Cerrado"*. (Em entrevista realizada no dia 31/03/11)

Entretanto, o Governo pode entrar com outros tipos de parcerias. Um exemplo é promover a criação de organismos – como postos de saúde com uma estrutura minimamente básica para se atender na região – que possam condicionar uma melhor qualidade de vida para aquelas populações ribeirinhas. É nesse sentido que a ECOA fala em uma parceria com o Estado, a ONG articulando essa condição – já que por falta de recurso ela não tem como montar, financiar e manter esse tipo de estrutura – e o Estado a consolidando.

Ainda de acordo com o jornalista e técnico ambiental da ONG, a ECOA é uma organização que, assim como várias outras no mundo, recebe ajuda financeira externa. A exemplo podemos citar o Comitê Holandês[39] que através da abertura de editais para a preservação e conservação de áreas naturais em todo o mundo, fornece financiamentos aos projetos solicitantes. Somente quando essas grandes empresas passam por fortes crises (quer sejam elas particulares ou quando se trata de uma crise mundial) é que o repasse dessas verbas para as demais ONGs são afetadas.

Em junho de 2009 a Ecoa realizou sua Assembleia Geral, quando foi aprovado o novo estatuto, organograma e o corpo diretivo. A Assembleia Geral é o órgão máximo da

---

[38] A ONG é membro da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Ponto Focal do Comitê Holandês da IUCN para a bacia do rio da Prata. É, ainda, a Secretaria Executiva da Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Sociais. É membro da coordenação da Articulação Frente a Infraestrutura e Energia na América do Sul, da Aliança Sistema Paraná Paraguai de Áreas Úmidas, da RedeBio e da Rede de Conhecimento sobre Bicombustíveis. Faz parte também do Conselho do Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e outras redes nacionais e internacionais.

[39]De acordo com Jean Fernandes este Comitê se assemelha a uma grande ONG que recebe dinheiro de várias empresas de grande porte como a Microsoft e a Apple, por exemplo. A cada "x" por cento ao ano que essas empresas lucram, "y" por cento devem ser doados. Neste caso é o Comitê Holandês que recebe o financiamento, o repassando, então, às demais ONGs.

Instituição. Realizada a cada três anos, elege o Conselho Deliberativo e a Diretoria, a qual é constituída pela Diretoria Geral, Diretoria Executiva, Diretoria Institucional e Diretoria de Políticas Públicas.

Vale destacar que a ECOA participou da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, e se fortalece participando de várias discussões que iniciaram a criação de algumas redes nacionais e internacionais como a Coalizão Rios Vivos e a Rede Cerrado de ONGs. É ainda nesta direção que a ECOA tornou-se membro da coordenação e secretaria executiva da Coalizão Rios Vivos[40], que tem cerca de 300 organizações não-governamentais, comunidades tradicionais e povos indígenas da Europa, Estados Unidos, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai e Brasil.

Assim sendo, a ONG em questão foi fundada com a finalidade de desenvolver programas de proteção ambiental no meio urbano e rural, visando integrar a participação das comunidades na formulação de políticas públicas para o meio ambiente promovendo capacitações e a produção de informações sobre a sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social das localidades e seus povos.

A ECOA busca promover, ainda, a utilização racional dos recursos naturais e lutar pela manutenção da qualidade de vida em um ambiente ecologicamente planejado e equilibrado; participar e promover eventos sobre questões ambientais; emitir pareceres técnicos, quando julgar necessário ou quando solicitado; divulgar e registrar as ações e posicionamentos da entidade e, ainda, questionar qualquer ação que seja considerada uma agressão socioambiental.

Não menos importante é destacar que a Ecologia e Ação se trata de uma organização ambientalista que visa trabalhar de forma mais local, regional – ao contrário de outras ONGs mais radicais como é o caso do GREENPEACE que através de protestos mais contundentes e manifestações expansivas, trabalham com um cenário mais abrangente, em outras palavras, atuam internacionalmente – procurando manter contato diretamente com o ribeirinho, com o morador. Assim diz Jean Fernandes: *"(...) Então a gente é totalmente diferente, bem distinto uma da outra, ECOA e GREENPEACE. A gente trabalha muito mais próxima da comunidade tradicional."* (Em entrevista realizada no dia 31/03/11)

Desta forma, percebe-se o nítido caráter regional que a organização possui, atuando junto às comunidades ribeirinhas. Relevante, também, destacar como acontece esse contato

[40]A Rios Vivos nasceu com a finalidade de barrar o megaprojeto Hidrovia Paraguai-Paraná, que na época era a principal ameaça para o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai.

direto com o ribeirinho: no projeto Criança das Águas, por exemplo, existe uma comunidade com cerca de 250 ribeirinhos, e que de acordo com a ONG, tratam-se de pessoas "(...) totalmente desacorçoadas, que não acreditam muito nas coisas [41](...)" e que justamente por isso, a organização chega nessas comunidades com o objetivo de ajudá-las a melhorar esse quadro. A princípio, a organização faz um diagnóstico da situação vivida por eles, isso através de reuniões com esses ribeirinhos, na qual acontecem conversas simples, ponto este de extrema relevância já que desta forma essas famílias acabam se sentindo mais "à vontade" com a ONG, processo este que garante à organização a confiança dessas pessoas. Assim diz Jean Fernandes: *"A gente ganha a confiança deles. Então é assim: O Jean é coordenador da ONG, então ele é tratado mais ou menos assim, como alguém que vai ajudar a melhorar a gente aqui. Então a ECOA está por trás disso, para dar esse apoio."* (Em entrevista realizada no dia 31/03/11)

Mas como esse apoio é realizado? A ECOA, através dos seus membros responsáveis por cada projeto, busca orientar o pessoal das associações de cada comunidade, no intuito delas liderarem uma postura no sentido de irem atrás dos seus direitos. Podemos citar como exemplo a questão da falta de assistência médica para essas populações: nesse caso, as associações dessas comunidades vão até a Prefeitura local e apresentam o problema existente, visando a solução para ele. Assim sendo, a ECOA se mostra enquanto uma ponte entre o poder público e essas comunidades.

Portanto, a ECOA trabalha com essa metodologia, ou seja, em *loco,* com o objetivo de levar políticas públicas para a região, promover para essas comunidades a possibilidade de organização associativa, geração de renda e conservação dos recursos naturais. Desta forma, a organização acaba por proporcionar várias saídas para o desenvolvimento de políticas públicas para conservação da região e a busca de uma melhor qualidade de vida para os pantaneiros.

Então, é nesse sentido que, diferente de algumas outras organizações que utilizam modelos importados dos EUA – estes, claramente, não compatíveis com os moldes brasileiros[42] – que a ECOA trabalha, compreendendo as particularidades da região abrangida

[41] De acordo com a ECOA essas pessoas se vêem assim, desacreditadas das coisas, dada as suas dificuldades em sobreviver "(...) eu tenho estudo, você tem estudo, a sua orientadora tem estudo, sua amiga de sala tem estudo. Agora você imagina aquelas pessoas ali, ganhando, supondo, R$ 0,50 ou R$ 1,00 por dia. Pessoas que são desacreditadas, então eles oscilam muito nessa questão. (Entrevista realizada com Jean Fernandes no dia 31/03/11)

[42]Modelo distinto do norte-americano já que implica em um dos maiores e mais biodiverso ecossistema do mundo, abrigando não somente a fauna e flora, mas também homens e mulheres que nessas áreas habitam, com culturas peculiares e singulares.

e ali buscando a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento integral dessas comunidades.

A ECOA acredita que não é possível falar em Meio Ambiente, conservação de recursos naturais e biodiversidade sem trazer junto elementos como educação, saúde e renda. *"(...) não dá para você falar isso se tem pessoas passando fome, com índice alto de analfabetos. Então é por isso que a gente faz esse tipo de trabalho."* (Entrevista realizada com André Siqueira no dia 11/11/11). Daí a importância que a ONG destaca em organizá-los associativamente e transformá-los em categoria, firmando, assim, o fortalecimento e desenvolvimento dessas populações, bem como a conservação do meio ambiente, portanto, uma atuação mais integral.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela organização em questão podemos destacar alguns com claro caráter socioambiental já que a maioria das suas ações lidam não apenas com o meio ambiente em si só, mas, também, com as populações ribeirinhas que ali vivem e por consequência sentem os danos causados por essa problemática que envolve o meio ambiente.

A princípio, podemos começar falando sobre o projeto chamado **Ponto Focal** que foi executado desde 1 janeiro de 2007 e perdurou até 31 de dezembro de 2010. O projeto foi coordenado por Rafaela Nicola, diretora de projetos da ECOA, 2007-2012, e teve financiamento do Comitê Holandês da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN NL). Cabe destacar que a longa parceria entre a Ecoa e a IUCN NL resultou na nomeação da instituição como o primeiro Ponto Focal dos projetos financiados pelo Comitê na Região Focal da Bacia do Prata.

O Ponto Focal trata-se, na verdade, do elo entre as ONGs apoiadas e o financiador, visando facilitar os processos técnicos, a integração e a sinergia entre os trabalhos. O projeto em questão compreende como Região Focal a Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Essa região corresponde ao maior sistema de áreas úmidas de água doce do mundo, bem como algumas das áreas de maior biodiversidade e relevância para o planeta. O Ponto Focal busca proporcionar, além dessa conscientização de conservar essa área, serviços imensuráveis às populações humanas, comunidades locais extremamente vulneráveis.

Dentre os principais objetivos desse projeto podemos destacar: o auxílio na concepção de editais de convocação; monitoração dos projetos a campo praticados pelas ONGs financiadas na região focal; facilitamento a assistência técnica e implementação de

projetos; a identificação de demandas de capacitação e; implementação de processos de aprendizagens a equipe dos trabalhos aprovados.

Desta forma, o enfoque regional aplicado nesta área – com o apoio da ECOA – favoreceu o fortalecimento de organizações não governamentais permitindo o desenvolvimento de uma diversidade de esforços para a proteção de ecossistemas e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Outro projeto desenvolvido pela ECOA é **"O Pantanal e os riscos da Contaminação",** coordenado pela jornalista e coordenadora de comunicação da ECOA, Patrícia Zerlotti. O projeto, que foi implementado em julho de 2007 e desenvolveu-se até 2008 foi financiado pelo New World Foundation e procurou levantar e divulgar informações sobre os reais riscos de contaminação no Pantanal ocasionados com a instalação de indústrias siderúrgicas, o pólo mínerossiderúrgico e a possibilidade do pólo gás químico na região. Como principal ferramenta de divulgação foi elaborado o informativo eletrônico Repensar.[43]

Um dos destaques desse projeto é o trabalho e a articulação com redes e Organizações da América Latina. **"O Pantanal e os Riscos da Contaminação"** também participa da Plataforma de Diálogo[44] entre o Segundo e Terceiro Setor, na qual indústrias instaladas ou em processo de instalação na região de Corumbá discutem com ONGs e instituições de pesquisas, meios para atenuar os danos sociais e ambientais causados pelos empreendimentos e ir além do que a legislação ambiental exige.

[43]Para visualização desse informativo, no anexo II desta dissertação consta o exemplar de número 53 – última edição disponível no link (http://www.riosvivos.org.br/canal/jornal+repensar/307)

[44]A ECOA participa da Plataforma de Diálogos entre o Segundo e o Terceiro Setores que tem como objetivo dar transparência ao processo de industrialização no Pantanal, que já foi iniciado, e informar a sociedade suas causas e consequências. Participam da Plataforma de Diálogos empresas da área de mineração e energia que atuam em Corumbá e as ONGs Conservação Internacional (CI), ECOA-Ecologia e Ação, Ecotropica, WWF-Brasil, Organização de Cultura, Cidadania e Ambiente, OCCA, Instituto Homem Pantaneiro e as Fundações Neotrópica, Fundação O Boticário, entre outras. (http://www.riosvivos.org.br/)

Foto 1 – Plataformas de Diálogos
Fonte: Site ECOA

A ECOA desenvolveu, ainda, o projeto "**Pantanal: Proteção da Serra do Amolar",** cujo período de implementação se deu entre 2008 a 2009, sob a coordenação do diretor de políticas públicas André Siqueira e financiado pelo Blue Moon Fund. Este projeto teve como objetivo a conservação da região da Amolar em sinergia com órgãos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal. O projeto também promoveu o diálogo entre comunidades locais e as unidades de conservação através da abordagem do desenvolvimento Integral das Comunidades como fomento ao associativismo, empoderamento - para inserção e melhor aproveitamento de políticas públicas - e o uso racional dos recursos naturais - como meio de aliar proteção ao meio ambiente e geração de renda aos ribeirinhos.

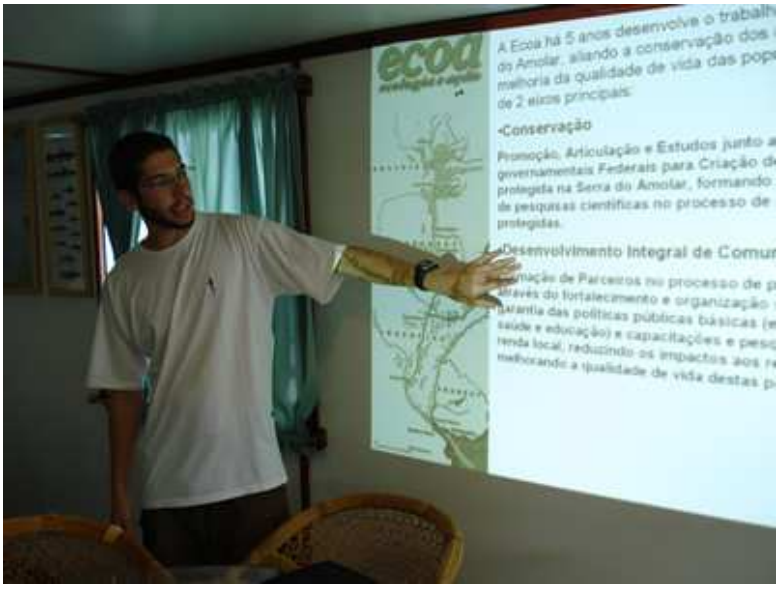


Foto 2 – Apresentação do Projeto pelo coordenador de políticas públicas da ECOA, André Siqueira.
Foto: site ECOA

Outro projeto desenvolvido pela ECOA é o "**Bocaiúva e outras espécies do Cerrado: suporte para uso sustentável em Miranda",** este implementado em 2009, coordenado pelo jornalista Jean Fernandes Júnior e financiado pelo Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP Ecos). Este projeto encontra no extrativismo de frutos nativos do cerrado meios de aliar a conservação e a geração de renda no município de Miranda – MS (área de transição Cerrado/Pantanal). Entre suas principais metas está o reflorestamento na região do Córrego Agachi, que corta o Assentamento Bandeirantes, e a geração de renda através do beneficiamento e comercialização de produtos da Bocaiuva, fruto típico local. Os trabalhos são voltados às mulheres do Assentamento e mulheres da Associação de Coletores de Iscas de Miranda. As ações visam a organização social, preservação e investigação de novos produtos.

Importante ressaltar, ainda, o projeto "Valorização da produção de alimentos de origem vegetal para o desenvolvimento de três comunidades do Pantanal e Cerrado", coordenado pelo biólogo e um dos fundadores da ECOA, Geraldo Alves Damasceno Junior, que a ONG desenvolve em parceria com a UFMS. Este trata-se de um catálogo que tem como conteúdo diversas plantas e frutas – principalmente as mais exóticas e típicas da região Sul-Pantaneira – enquanto ervas medicinais e alimentos saudáveis que podem ser feitos em casa. O ponto central desse projeto é, na verdade, *"(...) o uso do empoderamento das classes menos favorecidas baseadas no uso dos recursos naturais dentro da Educação Ambiental."* (Geraldo Damasceno em entrevista realizada no dia 31/03/11)

Assim sendo, esse catálogo tem a Educação Ambiental enquanto ferramenta fundamental para conferir às classes menos favorecidas o poder, a liberdade e a informação que as permitem utilizar os recursos naturais – de forma equilibrada – que estão a sua volta e que muito podem contribuir na sua dieta e vida salutar. Este catálogo mostra, através de uma didática bem clara – com ilustrações nítidas, informações precisas e linguagem de fácil compreensão – a contribuição saudável e prática[45] que esses alimentos tão típicos da região podem proporcionar à população.

[45]Dada a sua fartura na região sul-pantaneira bem como a possibilidade de produzir medicamentos (através das chamadas *ervas medicinais*) e pratos para uma dieta saudável.

Foto 3 – Oficina de aproveitamento de frutos regionais como alternativa de renda
Fonte: Site ECOA

Também desenvolvido pela Ecologia e a Ação, o projeto "**Criança das Águas – Pantanal: identidade e cidadania",** cujo período de implementação é 2009, coordenado pela jornalista e coordenadora de comunicação da ONG, Patrícia Zerlotti e financiado pelo Criança Esperança, visa melhorar as condições de vida de cerca de 230 crianças moradores de comunidades ao longo do Rio Paraguai (Porto da Manga, Baía do Castelo, Paraguai Mirim e Barra do São Lourenço).

A afirmação da identidade pantaneira são instrumentos-chave deste projeto. A escola atua como ponto estratégico e unificador das comunidades e os educadores replicantes da cidadania e educação ambiental - elementos firmadores da identidade das águas. Como reforço e incentivo às crianças, ferramentas que promovem a cooperação, extensão e comunicação, já foram instaladas e postas em uso, como rádio escolas e internet interativa. O próximo passo será a criação de blogs, chats e grupos de discussão, visando, assim, um maior relacionamento dessas populações entre si e com o restante do mundo. A ECOA prevê esse próximo passo para abril de 2012. Também são desenvolvidas ações nas áreas de saúde, educação e meio ambiente, em parceria estreita com gestores públicos, entidades de ensino e pesquisa e ribeirinhos.

Foto 4 – Crianças das Águas – Comunidade Porto da Manga
Fonte: Site ECOA

O projeto "**Comunicação socioambiental"** referência em comunicação socioambiental no Pantanal e Cerrado – de acordo com a ECOA – também é um dos projetos que a ONG desenvolve, o que muito contribui com profissionais da mídia, estes que estão em busca de informações e contatos sobre a região.

O projeto, que elaborou conteúdos dos sites www.riosvivos.org.br/pantanal e http://ecoa.phlnet.com.br/ produz notícias, bem como organiza o conteúdo editorial desses sites. O acervo de documentos, livros, periódicos e materiais audiovisuais acumulados ao longo de sua trajetória foi organizado e também está sendo, gradativamente, incorporado ao banco de dados do Centro de Referências de Áreas Úmidas – Pantanal

Outro importante projeto que a ECOA desenvolve em parceria à Rede Pantanal e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é o apoio e incentivo às comunidades ribeirinhas. O projeto partiu do pressuposto de que muitos pescadores estavam envolvidos com o Turismo da pesca, e que dentro do turismo de pesca estava nascendo uma nova categoria de pescadores, estes conhecidos como *catadores de iscas*. Havia, então, o pescador profissional que comprava iscas com os pescadores de iscas. Cabe destacar que esse projeto tinha o propósito de dar visibilidade a essa nova categoria haja vista que esses isqueiros, como eles mesmos se reconheciam, são justamente aqueles que não conseguem mais obter lucro, utilizando-se da pesca, para a sua sobrevivência e de sua família, já que, competir com a pesca esportiva e a pesca industrial não era mais viável. Portanto, mais do que importante, era

necessário o reconhecimento e o apoio à essa nova categoria de pescadores que tinham sim suas necessidades, especificações e demandas diferentes.

O objetivo principal desse projeto era, a priori, apenas conhecer o que os isqueiros faziam e ensinar a eles técnicas[46] que eram necessárias – sobretudo de instrumentos de trabalho – para uma melhor condição de trabalho, mais lucro e menor impacto ambiental[47], até porque eles estavam começando ainda. Segundo o Prof. Álvaro Banducci Junior: "(...) *Eles faziam tudo muito improvisado. Para fazer a coleta de iscas eles usavam aquelas telas finas, daí quando eles passam na lagoa e bate nas plantas e levanta, vem de tudo, né, aguapé, peixes, então o impacto ambiental é maior.*(Entrevista realizada em 11/11/11)

Neste sentido é que a ECOA – visando a promoção da inclusão social, bem como o resgate da cidadania e a conservação dos recursos naturais – se dispôs, no final dos anos 1990 e início de 2000, a fazer um projeto que instrumentalizasse esses pescadores de iscas e que trouxesse também alguns esclarecimentos acerca de conservação ambiental, já que a existência dessa nova categoria merece atenção, dado o fato de que se tratam de famílias de pescadores que enfrentam extrema pobreza, além de dependerem, fundamentalmente, da venda de espécies da fauna aquática para o turismo de pesca. Assim diz Álvaro Banducci: *"(...) a nossa presença naquele momento foi importante porque a gente começou a trabalhar com os caras e dar visibilidade pra eles. Olha, tem uma categoria nova de pescadores aqui que ninguém está atendendo. (Em entrevista realizada no dia 11/11/11).*

Desta forma, dada as condições precárias além de perigosas – já que os isqueiros ficam no mínimo oito horas por dia, geralmente a noite, dentro da água, sem qualquer tipo de equipamentos de segurança, expostos ao frio e ao ataque de animais como cobras, arraias, jacarés e onças, além de várias doenças como as pulmonares e dermatites – é que a ECOA realizou um estudo sobre essas comunidades ribeirinhas, no qual foi observado que estas se tratam do grupo mais vulnerável do Pantanal, desamparados por órgãos e políticas públicas, bem como marginalizados por pescadores profissionais (com sua pesca esportiva) e por proprietários rurais que impediam o acesso aos recursos naturais dos quais dependem.

---

[46]Como a construção de tanques e reservatórios mais apropriados para guardar e manter vivas as iscas, substituindo, portanto, os tanques normais – aqueles comuns que se tem em casa – até então utilizados pelos catadores de iscas, o que implicava num maior impacto ambiental, sem contar as precárias condições de trabalho dos pescadores de iscas.

[47]Os pescadores de iscas eram acusados de impactar demais o meio ambiente, principalmente com suas telas "verdinhas" e de malha fina, que traziam à superfície muito sedimento. Era necessária uma rede maior, pois assim a triagem era menor e a pesca de iscas era melhor feita.

Tendo em vista a seriedade e urgência da problemática é que a Ecologia e Ação iniciou um trabalho local com esses isqueiros, intervenções estas que significaram importantes transformações benéficas nessas comunidades.

É notório que a partir dos anos setenta o Pantanal começa a ser divulgado, tanto nacional quanto internacionalmente, enquanto uma importante região turística, dada à sua rica biodiversidade. Inclusive, foi justamente essa riqueza que atraiu para a região o chamado *turismo de pesca*, e com ele essa nova categoria de pescadores, os coletores de iscas vivas[48].

Foto 5: Caranguejo *(Dilocarcinus pagei)* **Tuviras *(Gymnotus carapo)***
Fonte: Site ECOA

E assim cresceram as vilas de trabalhadores ao longo da planície pantaneira. Hoje, as maiores comunidades se encontram situadas margem aos rios Paraguai e Miranda, mais especificamente na cidade de Miranda, Porto da Manga e Passo da Lontra.

Cabe destacar que a renda gerada com a coleta de iscas vivas é responsável por, aproximadamente, 80% da renda familiar dos isqueiros. Sendo assim, a pesca, para essas comunidades, é uma atividade tradicional e responsável pela subsistência dessas famílias.

No entanto, a intervenção dos coletores de iscas nesses ambientes, sem o auxílio de técnicas e equipamentos adequados para o manejo, pode provocar impactos negativos tanto para o ambiente quanto para os próprios coletores. Como já foi citado anteriormente, além dos vários riscos que o isqueiro corre – em se tratando de doenças e ataques de animais – outro ponto importante a se destacar é que o manejo inadequado das iscas vivas, indo desde a sua captura, passando pelo transporte e culminando no seu armazenamento, se não forem feitas de maneiras apropriadas podem acabar gerando uma alta mortalidade de iscas vivas o que, por consequência, interfere diretamente nos ganhos econômicos dos isqueiros. Outra questão são

[48] Geralmente peixes, como Tuvira, e caranguejos, que são alimentos para peixes de alto valor comercial.

as alterações prejudiciais que essas intervenções dos isqueiros, se feitas de maneira imprópria, podem causar ao meio ambiente já que o material usado na captura de iscas costuma ser telas de nylon (tipo mosquiteiro) que acabam revirando a vegetação aquática, impactando, assim, o ecossistema das lagoas e rios da região.

Cabe destacar que na coleta de iscas trabalham jovens, adultos, homens e mulheres, geralmente pessoas com baixo ou sem nenhum grau de escolaridade, o que demonstra ser a coleta de iscas vivas uma das únicas formas ali oferecidas para se obter renda.

Em 2000 a Ecologia e Ação começou a desenvolver, em Porto da Manga, um trabalho que utilizasse as iscas enquanto uma linguagem para aproximar a conservação ambiental juntamente com a realidade social desses isqueiros: distantes dos centros urbanos, essas famílias se encontravam desprovidas de energia elétrica, água tratada, meios de transportes e até mesmo assistência médica. Assim diz André Siqueira: *"(...) Então a gente faz todo um trabalho de levar as políticas públicas pra região, organização associativa, geração de renda e conservação dos recursos naturais. Então a gente oferece várias saídas de desenvolvimento de políticas públicas para conservar a região."* (Em entrevista realizada no dia 11/11/11).

Foi a partir daí que, em 2001, ECOA iniciou o Projeto Diretrizes para o manejo sustentável da atividade de coletas de iscas vivas. Este projeto consiste em pesquisas referentes a equipamentos e técnicas alternativas[49] que proporcionem melhores condições de trabalho para os isqueiros, aumentando, por sua vez, a segurança do trabalho.

Foto 6: Equipamentos e técnicas alternativas que asseguram melhores condições de trabalho aos isqueiros.

[49]Equipamentos que vão desde as vestimentas – que ao invés de bermudas passam a ser macacões impermeáveis, mais duráveis e confortáveis – até o uso de reservatórios mais apropriados para a reserva de iscas vivas, bem como a troca das redes de nylon para redes do tipo Sannet, que permitem a fuga dos organismos dos demais grupos, ou seja, o uso de uma malha mais apropriada para as coletas reduzindo, assim, os impactos ambientais da atividade. (www.riosvivos.org.br)

Fonte: Site ECOA

Desta forma, esses isqueiros passaram a ser alertados sobre os riscos da atividade para o meio ambiente, assim como para sua própria vida. Nesta direção é que, em 2005, foi fundada a Associação dos Moradores de Porto da Manga, ou seja, trabalhadores organizados para reivindicarem seus direitos. Importante salientar que com o desenvolvimento desse projeto, que busca fugir do tradicional roteiro turístico do Pantanal, e levando em conta a seriedade da sua proposta que a ECOA, junto com seus parceiros conseguiu promover uma importante visibilidade para essa nova categoria de pescadores, inclusive conseguindo espaço dentro do Fórum Permanente para Pesca Sustentável no Pantanal.

Diante do exposto, pudemos observar que, o anseio ou impulso de ascensão social – ambição comum a todos os homens – permitiu a essas comunidades uma visão mais abrangente, se dispondo a enfrentar desafios na busca de alternativas para a geração de renda e assim a conquista de uma melhor qualidade de vida.

Desta forma, fica evidente que a Ecologia e Ação entende ser muito importante a parte social dos trabalhos desenvolvidos pela ONG ambientalista já que, como já foi discutido anteriormente, o meio ambiente não se resume somente aos recursos naturais. Assim fala o jornalista e membro da coordenadoria da ECOA, Jean Fernandes: *"(...) a parte social é muito importante. (...) estar conversando diretamente com o ribeirinho, diretamente com o morador. A gente não está preocupado com uma árvore cortada no canteiro central, mas sim com algo maior, que a gente acha que vale a pena. Então a gente entende a Educação Ambiental como algo mais geral."*

Sendo assim, a organização em destaque, busca ir além daquelas ações simplistas que reduzem o meio ambiente a uma árvore, um rio, um animal, como se dele não fizesse parte o homem, a mulher. Portanto, uma visão socioambiental que busca observar o contexto de toda essa problemática que envolve o meio ambiente, e isso enxergando na Educação Ambiental uma possibilidade da nossa não autodestruição. Inclusive é nesse sentido que destacamos um projeto em específico da Ecologia e Ação, que consideramos mais voltado à utilização da educação enquanto ferramenta essencial para a possibilidade da promoção de uma melhor qualidade de vida para as próximas gerações, como veremos a seguir.

3.2 A ECOA e a sua atuação no contexto da Educação Ambiental: Projeto Criança das Águas – Identidade e Cidadania

Levantado o histórico da ECOA, bem como sua caracterização e análise de seus projetos e ações voltadas à problemática que envolve o meio ambiente, práticas estas que, como pudemos observar, são realizadas através do ponto de vista socioambiental já que a maioria delas envolve a população local das áreas trabalhadas, buscaremos neste item apresentar os dados e informações obtidas nas entrevistas realizadas, bem como na análise de outras fontes consultadas, visando uma maior reflexão sobre a atuação da ECOA no que diz respeito à Educação Ambiental. Para isso teremos como foco, neste momento do trabalho, o projeto **Criança das Águas – Identidade e Cidadania**. Este é um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2000/2001 e cujo objetivo principal é o desenvolvimento integral de comunidades.

De acordo com a metodologia desse projeto, a ECOA trabalha em *loco,* ou seja, existe uma equipe específica da ONG que vai até as comunidades mais vulneráveis – neste caso os pescadores e caçadores de iscas – que se encontram estrategicamente situadas no território sul do Pantanal, mais especificamente, e a grande maioria, em Corumbá (maior município da Bacia), para então levarem políticas públicas e organização associativa para aquela população no intuito de geração de renda e conservação dos recursos naturais da região.

A ECOA partilha de uma visão contrária de muitas outras ONGs e da própria Ciência Biológica que compreende e trabalha a preservação e conservação dos recursos naturais baseados num modelo importado[50] das nações hegemônicas, modelo este que não se encaixa nos padrões brasileiros haja vista sua distinta e diversa biodiversidade – fauna e flora – bem como culturas, conhecimentos e experiências das populações mais ligadas a esses ambientes naturais que, certamente é bem diferente da cultura norte-americana, no que diz respeito à sua ligação com o meio natural.

Neste sentido, o coordenador de políticas públicas da ECOA, André Siqueira afirmou: *"(...) não dá para você falar de meio ambiente (...) com populações que conhecem muito mais do que você de meio ambiente."* (Entrevista realizada no dia 11/11/11).

A ECOA busca, portanto, através de seus projetos, inclusive com o **"Criança das Águas"**, não impor um método de conservação, como se houvesse um modelo a ser seguido, mas sim, falar sobre o meio ambiente, a conservação de recursos naturais e da biodiversidade, educação, saúde, renda e até mesmo mediar conflitos, e assim organizar essas comunidades associativamente. A ONG mais do que trabalhar com a problemática que envolve a questão

[50]Baseado no lucro imediato e em larga escala, utilizando-se do avanço da ciência e da tecnologia para a transformação dos recursos naturais em mercadoria.

ambiental, se preocupa e atua, também, no sentido social, buscando transformar as populações mais vulneráveis em líderes, em categoria.

São, especificamente, três as comunidades que o "Criança das Águas" trabalha, sendo elas: Porto da Manga, Paraguai-Mirim e São Lourenço. No que diz respeito a primeira comunidade, esta, com cerca de 230 a 240 habitantes, trata-se de uma comunidade extremamente tradicional[51] e a maior comunidade da Estrada-Parque no Pantanal. Já a Paraguai-Mirim (também com aproximadamente 230 a 240 pessoas) e São Lourenço (com cerca de 111 habitantes) são as comunidades mais isoladas hoje, dentro do Pantanal-Sul. São Lourenço é, especificamente, a mais isolada e a Paraguai-Mirim vem em segundo. *"(...) não tem outro acesso se não for por água, e é por horas e horas de barco."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

O projeto "Criança das Águas" contém quatro vieses que o traduzem: o **meio ambiente[52], comunicação, saúde** e **educação.** No que diz respeito à comunicação, de acordo com o coordenador de políticas públicas da ECOA, é a chave de todo o projeto, já que ao trabalhar com capacitações[53] – tanto de crianças quanto de adolescentes como modificadores sociais – o resultado acaba sendo bem amplo, uma vez que o envolvimento desses atores é bastante intenso com o meio no qual vivem. *"(...) A gente quer que a criança e o adolescente reconheçam isso, reconheçam a importância dessas Unidades de conservação e que essa comunidade reconheça a importância dessas populações. Faça essa troca então. E aí hoje a gente tem esse trabalho sinérgico, né, é muito interessante."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Quanto ao segundo elemento, que corresponde à saúde, o projeto visa um Banco de Dados Integrados entre a Marinha, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Saúde do Município de Corumbá. Este Banco de Dados Integrados facilitaria a vida dos ribeirinhos dessas comunidades visto que, quando a Marinha fosse realizar os seus atendimentos periódicos, conteria nesse Banco a ficha de cada ribeirinho que ali já tivesse consultado, diagnosticado alguma doença – como diabetes, hipertensão, câncer, AVC, chagas, hepatite, verminoses, toxoplasmose, entre outras – e se já foi iniciado o tratamento, bem como

[51] Tradicional aqui no sentido de ser muito antiga e bem conhecida por todos na região. (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

[52] Este elemento, ao contrário dos demais, não será explicado de forma mais ampla, já que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho. A ideia aqui é associar os elementos *comunicação, saúde e educação* dentro do contexto de meio ambiente, este último referente ao Pantanal-Sul.

[53] Essas capacitações não seguem um calendário muito exato já que tudo depende da disponibilidade de todos os parceiros, pois a maioria deles não são remunerados, ou seja, trata-se de trabalhos voluntários, portanto a ONG tem que oferecer no mínimo para esses parceiros boas condições de trabalho – aí entra a logística: hospedagem e, claro, calendário flexível a isso.

acompanhamento do mesmo e análise do quadro no sentido de verificar possíveis estagnações, pioras e melhoras da saúde de cada pessoa dessas comunidades. Sem contar os problemas relacionados à medicação, uma vez que, sem esse Banco de Dados controlando tal situação, um ribeirinho que começa um tratamento, muitas vezes só é atendido novamente 6 meses depois, o que compromete todo o tratamento da sua doença pela falta de reabastecimento do remédio necessário; isso quando ele não recomeça esse mesmo tratamento toda vez que se consulta. Enfim, uma série de obstáculos que poderiam ser, certamente, sanados com a criação desse Banco de Dados Integrados. Cabe destacar que esses atendimentos não se restringem somente às crianças e aos adolescentes dessas três comunidades trabalhadas, mas também toda a sua família.

É desta forma, portanto, juntamente com seus parceiros que a ECOA leva um clínico geral para essas três comunidades, no intuito de fazer um levantamento inicial, um diagnóstico sobre a atual situação da saúde dos ribeirinhos dessas comunidades. Para a realização desse atendimento clínico nas comunidades de Porto da Manga, Paraguai-Mirim e São Lourenço, a ONG se utilizou de um calendário programado durante dois anos, sendo o primeiro ano somente um levantamento sobre a situação salutar daquelas comunidades, e aí então, no segundo ano é que os tratamentos tiveram início, e junto com eles a proposta da criação desse Banco de Dados Integrados.

Uma observação importante é o fato de que além de todos esses trabalhos, a proposta em questão envolve também um trabalho básico de profilaxia, ou seja, todo aquele cuidado de prevenção dentária feito, nesse caso, pelas escolas. Professores e agentes de saúde comunitários são capacitados e formados para que acompanhem todo esse trabalho buscando, assim, que essas boas práticas em saúde sejam mais do que um hábito no cotidiano dessas crianças e adolescentes, mas também exemplo aos pais e mais velhos de toda a sua família.

Entretanto, esse trabalho macro do projeto, ou seja, a proposta de criação desse Banco de Dados Integrados – e de acordo com a ECOA, o resultado que seria mais significativo para a ONG – embora tenha alcançado alguns dos seus objetivos, como, por exemplo, o cadastramento de todos os ribeirinhos no Sistema Único de Saúde (SUS)[54],

[54] Vale ressaltar que a ECOA lutou para que todos esses ribeirinhos tivessem atendimento prioritário dentro do sistema de atendimento, uma vez que, além de levarem horas para chegarem até os postos de saúde (cerca de trinta horas alguns deles), deve-se levar em consideração, também, os gastos envolvidos nesse deslocamento, indo desde o combustível para os barcos, até hospedagem e alimentação, já que dificilmente uma consulta é realizada no mesmo dia em que é feito o pedido. No entanto, esse pedido por atendimento prioritário não foi concedido dado à burocratização da legislação. (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

acabou não se consolidando por inteiro, talvez pelos empecilhos hierárquicos e burocráticos de todos esses atores.

A Marinha, por exemplo, por ser um órgão militar, não pode ter nenhum Banco de Dados Integrados com civis, assim como a Secretaria de Educação não poderia ter um Banco de Dados abastecidos pela Marinha e vice-versa. Quanto à Secretaria de Saúde de Corumbá, esta não possuía estrutura e nem aparato (tanto de recursos humanos quanto financeiros) capaz de dar suporte e monitorar toda a região em questão.

No entanto, a ECOA tem, ainda, a UFMS como parceira nesse projeto, inclusive uma das partes mais interessadas nessa causa. Porém, de acordo com o coordenador de políticas públicas da ONG, André Siqueira, esse Banco de Dados Integrados acabou não dando certo, já que sozinha a universidade não daria conta. A ECOA, também, enquanto uma das partes mais interessadas nessa causa, do mesmo modo pouco poderia contribuir sozinha, pois a equipe envolvida nesse trabalho também desenvolve muitos outros projetos simultaneamente, o que implica na falta de tempo para a execução dessa causa. Nas palavras de André Siqueira: "(...) *a pessoa tem que trabalhar na área de saúde, de educação, de meio ambiente, né, de ter essa relação com o local, de comunicação. Então é muito complicado. As vezes a gente não tem perna para algumas coisas."* (Entrevista realizada no dia 11/11/11)

É importante destacar a metodologia sinérgica que a ECOA desenvolve em seus projetos, sendo a maior característica dela a complementaridade, ou seja, um projeto se liga ao outro, isso dado às várias temáticas que os trabalhos da ONG envolvem, com o objetivo de promover o desenvolvimento dessas populações, o fortalecimento delas e a conservação do meio ambiente.

No que diz respeito ao terceiro elemento, **educação,** são trabalhadas novas dinâmicas pedagógicas, nas quais entram o uso de novas ferramentas com oficinas e a utilização de materiais didáticos confeccionados pela ECOA com a ajuda das crianças ribeirinhas.[55]

O projeto Criança das Águas – identidade e cidadania tem como objetivo explicar de forma simples como funciona a dinâmica das águas e da vida na planície pantaneira. Para isso foi confeccionado um material didático para essas crianças ribeirinhas compreenderem o rico e complexo ecossistema que as cercam. Neste material aparecem questões como a importância da água, indo desde a constatação que existe três vezes mais água do que terra no nosso planeta, o seu ciclo – precipitações, absorção pelas planícies e planaltos, formação de

[55] Nas oficinas realizadas nas comunidades, com professores e alunos, sugestões e ideias – além dos ricos desenhos dessas crianças que expressam a sua visão sobre o ambiente no qual vivem – foram cedidas à ECOA para auxiliar a composição deste material didático. Para mais detalhes ver anexo III.

lagos, lagoas e lençóis freáticos, escoação até rios e mares, evaporação, formação de nuvens, e assim sucessivamente – o fato do nosso corpo ser constituído por 70% de água, enfim, a importância que a água tem para toda a fauna e flora do nosso planeta. Outro ponto trabalhado por este material, ainda no que diz respeito à água, é a questão da poluição da mesma. Embora a Terra seja constituída três vezes mais de água do que terra, apenas uma diminuta parte é própria para o consumo. Sendo assim, as cartilhas trabalhadas com esses ribeirinhos procuram mostrar que antes de consumida, a água deve receber alguns tratamentos para evitar doenças e até óbitos.

Alterações no clima, relevo – explicando o que são planaltos e planícies – hidrografia, detalhando o que são as Bacias Hidrográficas, a importância da mata ciliar, o Pantanal com seu terreno bem plano, enchentes e escoamentos bem lentos, a localização dessa planície pantaneira, enfim, a caracterização geofísica da região também são discutidos neste material didático.

O município de Corumbá também é trabalhado nessa cartilha, destacando pontos como a sua história, sua cultura diversificada – dada as várias influências culturais: famílias paraguaias, bolivianas, paulistas, mineiras, mato-grossenses, nordestinas, gaúchas, etc. – e sua economia baseada no boi, turismo e pesca.

Por fim, esse material didático discute a ação antrópica neste meio destacando a sua capacidade em criar e usar ferramentas que acabam se tornando perigosas para nós mesmos. Técnicas utilizadas para a agricultura – como queimadas que empobrecem o solo além de acabarem com a vegetação e por consequência a fauna ali existente –; o uso de agrotóxicos que contaminam o solo e a água; a troca da vegetação natural por outras espécies; o tráfico de animais silvestres e as indústrias com seus poluentes, também são questões discutidas nessa cartilha no intuito de contribuir com a realidade vivenciada no nosso meio ambiente. A cartilha em questão busca mostrar que há sim, uma noção da seriedade e do quanto essas ações humanas vêm apresentando impactos negativos nos nossos recursos naturais. No entanto, ela destaca que pequenas ações educativas como não jogar lixo em lugares impróprios, fazer dejetos pessoais perto dos rios, estudar bastante e ir para além disso, repassando o seu conhecimento para os outros, inclusive para os mais velhos (que já têm seus hábitos e manias). Assim diz um trecho dessa cartilha: “O conhecimento é a nossa única arma, e ela nunca falha!” (Trecho retirado da cartilha Caderno do Aluno, p. 29)

Assim sendo, esse material didático trata-se, na verdade, de um projeto que além das ações de educação, promove também programas para a melhoria da saúde e a promoção da

cidadania nessas comunidades: Porto da Manga, Paraguai-Mirim e São Lourenço, no município de Corumbá-MS.

Outra peculiaridade deste material é que ele proporciona aos leitores atividades que reflitam sobre os temas abordados, como uma espécie de “tarefa para casa”.

Sendo assim e partindo do princípio de que se deve conhecer para conservar é que a ECOA procura levar a essas Escolas das Águas informações que ajudem no reconhecimento da importância dessa região. Desta forma, fica clara a presença da Educação Ambiental nesse princípio já que bem mais do que apenas indicar as maneiras de como se deve conservar, o conhecimento acerca da sua região mostrando desde a sua biodiversidade até os problemas encarados por ela, fazem parte desse princípio.

A ideia deste material didático além de colaborar para a alfabetização das crianças dessas comunidades é também a de minimizar um problema que essas comunidades ribeirinhas enfrentam: a falta de materiais que contextualizem a região na qual vivem. Ou seja, um material que descreva as peculiaridades do amplo ambiente que cerca esses ribeirinhos. Portanto, um material que incentive o olhar dos alunos para o local no qual vivem e indo para além disso, enxergando a importância e a necessidade de se conservar essa região.

A preocupação maior dessas novas dinâmicas pedagógicas é a promoção da valorização dessas Escolas das Águas[56], mostrando, por sua vez, que são justamente elas um meio de transmitir, através do conhecimento, do educar, as características peculiares dessa região – processo este que a ONG entende por *regionalização da educação*.

Outro ponto importante deste terceiro elemento é o fato de que, exatamente por conta dessa singularidade da região em que se encontram essas três comunidades, que a função das Escolas das Águas vai para além do educar pedagógico, ultrapassando para o educar para a vida. Assim diz André Siqueira:

> São escolas que vivem ligadas diretamente aos ciclos de cheias, secas, mosquitos, ou seja, um calendário todo adaptado, onde as crianças vivem em sistema de internato, onde as professoras são mães e professoras, né, porque além de lecionar tem que educar para a vida (...) a criança entra lá na primeira série e sai na oitava, passam por todo aquele problema de puberdade, adolescência, dos hormônios, e elas têm que educar, né, porque os pais só vêm uma vez por bimestre. Então, isso tem que ser valorizado, tem que ser reconhecido. (Entrevista realizada no dia 11/11/11)

A ONG trabalha, portanto, com essas 3 perspectivas dentro desse elemento educação.

[56] Centros educacionais localizados nas margens do rio Paraguai.

Mas por que essa questão de regionalizar a educação? A ECOA entende ser importante esse processo de regionalização no sentido de que ao chegar nessas três escolas – Porto da Manga, Paraguai-Mirim e São Lourenço – o que se pode observar são crianças sendo alfabetizadas soletrando nome de animais que nem mesmo são de origem brasileira – animais como girafa, elefante, leão, canguru, entre outros – o que para a ONG não é interessante já que essas mesmas crianças moram em um ambiente tão rico quanto o Pantanal. Sendo assim, por que não alfabetizar essas crianças dentro do contexto do ambiente na qual elas conhecem tão bem? Por que não aprender a ler e escrever os nomes de animais como sucuri, tuiuiú, jacaré? Enfim, nomes de animais que fazem parte do cotidiano dessas crianças.

Então, a Ecologia e Ação tenta regionalizar o ambiente dessas crianças, isso trabalhando dentro da escola, trazendo materiais didáticos para que assim haja esse processo de regionalização.

Logicamente permitir que essas crianças conheçam outros ambientes com faunas e floras diferentes das que têm na sua região é de suma importância, até porque elas não devem se fechar numa "caixinha" como se o mundo se resumisse somente à sua comunidade. Assim diz André Siqueira: *"Claro que eles conheçam que não existe só aquele Pantanal deles, existe um outro universo, (...) de onze outros pantanais e também qual é o cenário de todo o país."* (Entrevista realizada no dia 11/11/11). No entanto, a ONG considera fundamental reconhecer e valorizar a rica biodiversidade da região.

Desta forma, então, o projeto promove para a realização de todo esse processo, oficinas de rádio, fotografia e de comunicação. A princípio, a utilização dessas ferramentas vem para suprimir a timidez e inibição dessas crianças que, por se encontrarem meio isoladas dos centros urbanos com suas distintas culturas, e longe do contato de outras crianças, passam a serem estimuladas a se tornarem mais extrovertidas e comunicativas. Outro ponto importante do uso dessas ferramentas é o trabalho com textos, ou seja, o conhecimento de um vocabulário mais amplo, ensinando essas crianças irem para além do ensino básico, definindo pautas para serem vinculadas na rádio escola; além de ensinarem a essas crianças como mexer nos equipamentos de trabalho. E por fim, o terceiro ponto fundamental deste trabalho são essas crianças reconhecerem a sua auto-identidade e a valorização do que fazem. Assim diz André Siqueira: *"(...) as pautas dessas escolas é o cotidiano delas. Então, por exemplo, o seu Zé, pai da Fernanda pediu para avisar para ficarem espertos que a cesta básica vai chegar com a freteira amanhã. Então, pessoal, ajudem."* (Em entrevista realizada no dia 11/11/11)

No entanto, cabe ressaltar que esse trabalho de comunicação se restringiu somente às escolas, já que por falta de recursos financeiros o projeto não pôde ser expandir para toda a comunidade.

A ECOA e seus parceiros promovem, também, uma capacitação tanto para os professores quanto para a população dessas três comunidades. Entendendo que os professores precisam estar preparados para lidarem com essas novas dinâmicas pedagógicas, oficinas e qualificações são oferecidas para os professores das Escolas das Águas, no intuito de utilizarem as novas ferramentas em sala de aula.

No entanto, a ONG – de acordo com o coordenador de políticas públicas André Siqueira – destaca que uma grande dificuldade enfrentada pelo projeto é que na norma legal das escolas públicas, em relação às licitações e contratos, os professores devem ser substituídos a cada dois anos. Na verdade, esse tipo de rotatividade nada mais é do que um mecanismo de funcionamento da escola municipal de Corumbá e que, mesmo a Secretaria de Educação sendo parceira da ECOA, é difícil mudar essa forma de funcionamento. Inclusive, isso prejudica muito os trabalhos de base que são desenvolvidos pelo projeto, pois há todo um investimento e tempo para a realização das capacitações dos professores, que acabam ficando pouco tempo nas escolas das comunidades envolvidas e por consequência não dando continuidade aos trabalhos já que os novos professores ainda não foram qualificados – e quando são têm que começar os trabalhos do início. Sobre esta questão, André Siqueira aponta que: *"(...) você demora um ano capacitando um professor para que ele entenda a necessidade de vir com novos projetos para dentro da escola, para fazer algo de diferente, e ele depois de um ano sai."* (Entrevista realizada no dia 11/11/11)

Outro obstáculo enfrentado, ainda nessa direção, é a contratação de professores não qualificados para o ato de educar, pela cidadania, mas sim pelo financeiro. Não que esse lado referente ao salário não seja importante, ao contrário, além de necessário à nossa sobrevivência, também é muito justo, já que todo trabalho prestado deve ser compensado de acordo com a legislação. Entretanto, assim como todo trabalhador tem os seus direitos, ele também tem os seus deveres. Neste caso, o de continuar o trabalho daqueles profissionais que bem mais do que educar pedagogicamente, educam para a vida. *"Eu mesmo já encontrei professores moto-taxistas. O cara era moto-taxista, fez um curso técnico, enfim, na área de ensino, pedagogia e ele entrou."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Desta forma, embora a legislação atual tenha estreitado um pouco mais essa questão – hoje é obrigatório o diploma de pedagogo e áreas afins à educação para a contratação nas

escolas municipais – essa falta de compromisso e qualificação sempre se tratou de um obstáculo para a continuidade dos projetos dentro das Escolas das Águas.

Quanto às comunidades, pode-se destacar que essas três são bem distintas uma das outras, inclusive culturalmente. A comunidade Porto da Manga, que está a 60 km de Corumbá pela Estrada Parque, é a menos isolada de todas. Na verdade, não existe de fato um isolamento, já que esta comunidade pode ser acessada através de carro, ônibus, barco, enfim, Porto da Manga é a única das três comunidades que tem uma ligação com o consumo, convívio, política e cultura da cidade de Corumbá. (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Cabe destacar que em Porto da Manga a escola se mantém de maneira improvisada já que a Secretaria de Educação aluga um espaço – uma pousada, para ser mais específico, que tem toda uma estrutura sob palafitas – para executar o seu trabalho de educação.

Tem-se, ainda, a Paraguai-Mirim. Esta situada entre São Lourenço e Corumbá, está a 140 km do município, subindo o rio Paraguai. Trata-se da população mais adensada – constituída por volta de 38 famílias, cerca de 143 a 145 pessoas.

No Paraguai-Mirim as famílias têm um abrangente território. Lá existem casas que estão uma hora da outra de barco. Os ribeirinhos dessa comunidade utilizam como meio de locomoção apenas o barco quer seja ele a remo, quer seja a motor (aqueles de rabeta, um dos mais lentos que existem).

Até mesmo para ir à escola, as crianças e adolescentes utilizam o chamado "barco escolar"[57]. Estes são aqueles barcos que fazem a função do ônibus escolar recolhendo os estudantes todos os dias seguindo o seguinte roteiro: pega os alunos de manhã em suas casas os trazendo de volta na hora do almoço; e depois buscam logo após o almoço os levando embora a tardezinha, já que todas as escolas funcionam em período integral.

Importante saber que, nessa comunidade, antes dessas crianças terem esse deslocamento rápido, elas ficavam em sistema de internato nas escolas, já que não dava tempo de recolher todos os alunos do Paraguai-Mirim e devolvê-las às suas respectivas casas, menos ainda fazer isso duas vezes ao dia.

Desta forma, as escolas eram preparadas para recebê-los enquanto sistema de internato, ou seja, com toda uma estrutura: alojamentos, cinco refeições diárias, água tratada

[57] O "barco escolar", cedido pela Secretaria de Educação que até então os locava de uma empresa, mas que hoje já possui barcos próprios, ou seja, sem ter que alugar de ninguém, trata-se de um barco específico, veloz, com todas as normas de segurança e moldado para atender os alunos que precisam desse deslocamento. Trata-se, portanto, de um transporte escolar só que este operando em água.

do rio (através de decantação e cloro), geradores de luz (já que a luz tradicional não chega até essas escolas), ventiladores, enfim, condições básicas de sobrevivência conforme informou André Siqueira: *"As crianças ficavam nas escolas o bimestre inteiro, só ao final dele é que elas iam para as suas casas passarem uma semana (que era o tempo que os professores tinham também para descer para Corumbá, visitar suas famílias, serem capacitados e aí, né, voltam de novo e retomam o calendário escolar)."* (Entrevista realizada no dia 11/11/11)

A título de observação, um pouco mais abaixo do Paraguai-Mirim, existe uma escola parceira do projeto Criança das Águas chamada **Jatobazinho**[58]**.** Esta, específica da área da educação é de uma iniciativa de fundo mais privado. Na realidade, uma empresária mantém toda a estrutura da escola, embora seja a prefeitura de Corumbá que pague os salários dos professores, bem como a merenda escolar. No que diz respeito a essa empresária, a mesma trata-se de uma produtora rural que visa dentre as suas prioridades a responsabilidade social. A empresária é responsável pela criação do Instituto Acaia. Trata-se de uma organização social sem fins lucrativos que desenvolve atividades socioeducativas a crianças e adolescentes em seus três núcleos, sendo eles o Ateliê Acaia e Centro de Estudar Acaia Sagarana localizados na Vila Leopoldina (SP) e Acaia Pantanal situado em Corumbá (MS). (http://www.acaia.org.br)

Fundado em abril de 2001, o Instituto veio para institucionalizar as atividades que aconteciam desde 1997 no Ateliê. No ano de 2008, o Instituto Acaia ampliou suas atividades para o município de Corumbá – MS com a filial **Acaia Pantanal** onde desenvolve um programa de educação formal através de escola local para as crianças e adolescentes ribeirinhas do Rio Paraguai, contribuindo, por sua vez, para o desenvolvimento social dessas populações, conciliando tal prática com a conservação do meio ambiente.[59]

Entre tantas vantagens que essa escola Jatobazinho proporciona aos ribeirinhos de Paraguai-Mirim, pode-se destacar que ela conseguiu absorver uma grande demanda de alunos

---

[58] Nessa escola funciona o sistema de internato, uma vez que, por essa comunidade ser um pouco mais distante da cidade, não há possibilidade de fazer o deslocamento diário dentro do Paraguai-Mirim.

[59] A empresária, por ter algumas propriedades em Corumbá – MS resolveu estender o seu trabalho, auxiliando as comunidades ribeirinhas. De acordo com o projeto da empresária, a mesma dividiu uma de suas fazendas em dois lados, divididos por um rio, sendo um deles para a criação de gado e o outro lado ela comprou uma pousada que até então funcionava ali para atender as crianças ribeirinhas. O objetivo deste projeto é especificamente voltado para a educação, inclusive, para a realização do mesmo muito é investido nesse projeto, como a infraestrutura da escola, por exemplo, que além de oferecer educação básica, proporciona, também, cursos profissionalizantes realizados em parceria com o Bradesco. Depois da Escola **Jatobazinho** em funcionamento é que a ECOA entrou enquanto parceira, no sentido de levar até essas crianças o tratamento em saúde, bem como as oficinas que a ONG estava propondo para melhorar a educação nas escolas. (Em entrevista com Jean Fernandes em 31/03/11)

da comunidade. Por ser a mais adensada, com essa divisão, promoveu-se aí uma melhor condição de trabalho para ambas as partes.

Já em São Lourenço, a comunidade mais isolada do Pantanal – que se encontra na fronteira com Mato Grosso e Bolívia – a escola se situa na área central da comunidade. Esta última por ser uma comunidade muito menor se comparada a Porto da Manga e a Paraguai-Mirim, o deslocamento para a escola pode ser feito através de barco ou até a pé mesmo. Nessa comunidade o "barco escolar" também ajuda nesse deslocamento que antes era realizado por remos. *"Os pais traziam ou as crianças mesmo iam de remo, amarravam o seu bote e iam estudar."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Deve-se ressaltar como se dá o ensino nas Escolas das Águas. A princípio, o grau de escolaridade das mesmas se estende somente até a sétima série (oitavo ano). No entanto, a ONG e seus parceiros já conseguiram agilizar, juntamente com a Secretaria de Educação, a execução da oitava série a partir de 2012, não parando por aí, pois conversas com os órgãos responsáveis continuam sendo feitas no intuito de proporcionar a essas escolas até o ensino médio. Depois disso, os alunos tendem a ir para Corumbá tentar cursos técnicos ou profissionalizantes, ou ainda voltam para suas casas para ajudar os seus pais[60].

As aulas funcionam de acordo com um modelo multiseriado, em outras palavras, por se tratarem de prédios cuja infraestrutura não seja a mais adequada possível para tal propósito, o que existe são duas salas de ensino (em uma sala se encontram alunos da primeira a quarta série, e na outra, alunos da quinta a oitava série) e uma de informática. *"(...) é um sistema interessante porque no Pantanal é o que dá para fazer com o que se tem, né?! E assim, de qualquer forma a missão se cumpre, cumpre o objetivo."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Cabe ressaltar que esse sistema integral de ensino funciona da seguinte maneira: as aulas se dão pela manhã (até o meio-dia) sendo que no período vespertino outras didáticas são trabalhadas, como as atividades mais lúdicas, por exemplo. *"Quando se tem festas tradicionais na comunidade ou até mesmo quando tem datas festivas/simbólicas como o Natal, festa junina, a tarde tem (...) por exemplo, uma dança, um teatro que as crianças querem apresentar para os pais, para a comunidade, ou tem um tempo maior de recreação a*

[60] Grande parte das famílias dos alunos das Escolas Crianças das Águas são isqueiros, pescadores. Desta forma, muitos desses alunos quando concluem a escola, acabam voltando para casa no intuito de ajudar os pais, quer seja na pesca ou na catação de iscas, quer seja ajudando a cuidar das fazendas onde seus pais trabalham como peões, capatazes.

tarde, ou o reforço escolar, ou trabalho de informática." (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Outro projeto parceiro ao Criança das Águas é o **Povos das Águas.** Trata-se de uma exposição que retrata através de imagens os bastidores dos projetos. Mostra, na verdade, não só como os projetos são desenvolvidos passo-a-passo, mas retrata, também, a realidade local dessas comunidades, uma realidade que poucas pessoas conhecem.

Ainda no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos pelo Criança das Águas, existe uma oficina, muito interessante, de rádio no Porto da Manga, conhecida como *rádio escola*[61]. A rádio escola tem como objetivo fundamental, a priori, quebrar a timidez e inibição dessas crianças ribeirinhas, uma vez que, muitas delas por ainda não terem contato com outras crianças de fora da comunidade, ou ainda quando tiveram foram pouquíssimas vezes não havido tempo suficiente para a fomentação de um trabalho social, relacionado a elas. Tratam-se, portanto, de crianças introspectivas, tímidas e muito "fechadas". Desta forma, o primeiro passo, de acordo com o rádio escola é "soltar" mais essas crianças, torná-las mais extrovertidas. Outro ponto importante que o rádio escola visa desenvolver é o trabalho com textos e vocabulários, no sentido de estimular as crianças a criarem pautas[62] e aprenderem a mexer nos equipamentos, desenvolvendo, assim, matérias que podem ser vinculadas na rádio escola. E, por fim, e não menos importante, é a autoidentidade delas sendo valorizadas, mostrando o ambiente onde elas moram, ambiente singular e com todas suas peculiaridades.

Por fim, pode-se constatar, de acordo com a perspectiva da ECOA que a qualidade de vida dessas comunidades, falando de modo geral, é muito boa, não sofrem de desnutrição – já que a sua dieta alimentar tem como base protéica alimentos oriundos da caça e da pesca, além da dieta rica em carboidratos como a mandioca. Têm, ainda, algumas frutas bem como verduras e legumes além das cestas básicas que os ribeirinhos recebem frequentemente; o índice de violência é quase nulo e; a educação flui, apesar da pouca infraestrutura disponível.

Assim sendo, são estes os objetivos que a ECOA visa alcançar juntamente com seus parceiros, através dos projetos desenvolvidos nessas três comunidades: melhores condições de

---

[61] Devido à falta de recursos financeiros no projeto para expandir o rádio escola para a comunidade também, esse trabalho ficou somente na escola.

[62] As pautas em questão se referem ao cotidiano da população dessas comunidades ribeirinhas. Assim diz André Siqueira: *"Então, por exemplo, (...) ah, fulana de tal está precisando de plantas de rança-toco para fazer o seu trabalho de escola. (...) a Paty da ECOA está aqui na comunidade, vamos fazer uma entrevista com ela. (...) o cotidiano da vida deles. (...) e isso aí é transmitido na rádio escola."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

trabalho, para uma melhor qualidade de vida, utilizando como base esses quatro elementos chaves – Comunicação, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

Outro ponto positivo que a ONG destaca é a visibilidade que essas três comunidades já alcançaram no cenário nacional. Assim coloca André Siqueira*"(...) hoje eles são reconhecidos, todo mundo sabe o que é a Barra de São Lourenço, todo mundo sabe o que é o Porto da Manga, Paraguai-Mirim, sendo que há seis anos atrás ninguém sabia da existência dessas populações lá.*" (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

Na opinião de André, talvez esse seja o principal resultado do trabalho. Agora esses ribeirinhos vão até Corumbá, fazem reuniões com secretários da Prefeitura, exigem as suas agendas, as suas demandas. Um exemplo desse reconhecimento, recentemente, foi organizado pelo Ministério Público Federal e Embrapa, o primeiro Fórum de Populações Tradicionais do Pantanal de Mato Grosso do Sul, no qual houve uma participação bastante significativa dessas populações ribeirinhas e que acabou por se tornar um marco, fazendo história, no que se refere ao conhecimento dessas populações no Pantanal, tirando aquela visão comum que se tem em relação ao Pantanal, como o próprio André Siqueira diz: *"(...) quando se fala em Pantanal, já se pensa em pecuarista, os gaúchos que se dizem pantaneiros e que deveriam colonizar algumas áreas do Pantanal, criar gado e é o que tem mais força política de determinar, de trazer empresas para o estado." Só que na verdade, o Pantanal são esses ribeirinhos "(...) esses caras são os Pantanais das Águas (...) pessoas que vivem, conservam a região, amam o seu território, amam o que fazem."* (Entrevista realizada com André Siqueira em 11/11/11)

O Criança das Águas vem, portanto, para facilitar a introdução dessas crianças e adolescentes dentro desse processo de mitigação, ou seja, trata-se de um projeto que tem como ponto fundamental uma Educação Ambiental que não restringe o meio ambiente à fauna e flora, e que mais do que isso, enxerga a humanidade como elemento integrante do ecossistema do planeta Terra.

Assim sendo, uma Educação Ambiental que não se preocupa somente com a conservação dos recursos naturais em si só, mas também com o desenvolvimento integral de comunidades, sobretudo aquelas mais vulneráveis. É nesse sentido que entendemos esse projeto – o Criança das Águas – semelhante ao chamado trabalho de *advocacy* conforme discutiremos no próximo item.

3.3 A ECOA e o seu trabalho de advocacy

Como pôde ser observado nos itens anteriores deste trabalho, a ECOA mostrou ter um caráter não meramente voltado para uma natureza entendida enquanto a árvore, o rio, a montanha, enfim. Entendemos que a ONG ambientalista em questão, desenvolve ações que mostram preocupação e compromisso, também, com as questões sociais, já que a maioria dos seus projetos envolve discussões e articulações com as comunidades que vivem e se relacionam diretamente com esses ambientes naturais. Desta forma, acreditamos que a ECOA desenvolve um tipo de trabalho conhecido como *advocacy*.

De acordo com Roche (2002), o termo *advocacy* pode ser definido como a busca de mudanças políticas e práticas visando o benefício de indivíduos ou grupos específicos de pessoas, trabalho este que, principalmente nos últimos anos, vem ganhando grande parte do tempo e dos recursos de muitas ONGs. Ainda de acordo com o autor, os prováveis fatores promotores desse crescimento seriam uma lista de variáveis que se combinam para produzir mudanças no grupo específico trabalhado, variáveis estas que compõem o chamado trabalho de *advocacy*, dentre as quais podemos citar: o contexto nacional e político; a mídia (influenciando a opinião pública e assim desempenhando um papel crucial), as mudanças dentro de uma organização; e as contínuas mudanças dentro da sociedade como um todo.

Variáveis, portanto, que vão além do local, ou seja, observam não somente o cenário trabalhado, mas também todo o contexto e mudanças que ocorrem ao seu redor. Em outras palavras, elementos externos[63] aos grupos trabalhados também são levados em consideração, já que, por mais isolados que eles se encontrem, isso não significa que eles não estão expostos a sofrerem influências, mesmo que sejam pouco significativas.

É neste sentido que entra a ECOA e os seus projetos de caráter *advocacy*. De acordo com a organização, ideal seria poder ajudar todos aqueles que precisam, em busca da almejada democracia. No entanto, os patrocínios e verbas disponíveis para a ONG, permitem somente trabalhos com comunidades mais locais, sobretudo as mais necessitadas. Aí a semelhança com o trabalho de *advocacy*.

No mesmo sentido que esse tipo de trabalho atua, os projetos da Ecologia e Ação também caminham no mesmo patamar, ou seja, a ECOA, ao trabalhar com aquelas populações locais mais carentes – como os ribeirinhos pantaneiros, por exemplo – acaba por desenvolver importantes questões como observar o cenário político-econômico, que influencia, quer seja direta ou indiretamente, esses ribeirinhos já que superávits e déficits

[63] Política, economia, crises, mídia, entre outros.

afetam todo o contexto nacional[64]; se utiliza de meios de comunicação e redes sociais para a sua divulgação – uma vez que o influente papel da mídia muito conta para essa divulgação em massa do que se é pretendido e/ou realizado – e não menos importante, o contexto nacional com toda a sua estrutura, organização e mudanças.

Desta forma, podemos perceber que a maioria dos trabalhos realizados pela ECOA buscam representar uma mudança significativa na vida das pessoas atingidas, já que os mesmos envolvem o exercício de organização associativa, pressão política direta, campanha e educação pública, criação de alianças, conservação do meio ambiente, etc. Portanto, projetos que almejam por uma melhor qualidade de vida para essas populações que vivem em situação de miséria, mas que lutam pela sua cidadania.

Outro ponto que assemelha os projetos da ECOA com o trabalho de *advocacy* é o fato de que a ONG busca avaliar não somente os resultados do trabalho de *advocacy*, ou seja, analisar as mudanças nas políticas ou práticas desenvolvidas, mas ir para além disso, como por exemplo, analisar os impactos finais – as mudanças que realmente foram significativas na vida das pessoas, em outras palavras, se de fato aquelas práticas representaram e representam benefícios àquelas famílias. A exemplo, podemos citar o caso dos isqueiros: depois que passaram a se organizar associativamente, obtiveram os recursos necessários para uma melhor qualidade de trabalho e domínio desses recursos, a ECOA além de ajudar na promoção de todo esse processo, continua mantendo contato e participando constantemente do mesmo, a fim de dar suporte para a continuidade dele, além de verificar os resultados que esse projeto vêm promovendo nas comunidades trabalhadas. Desta forma, bem mais do que apenas organizá-los, fornecer estrutura e treinamentos, a ECOA busca, ainda, verificar os impactos deste projeto nas comunidades ribeirinhas abrangidas.

De acordo com Jean Fernandes, jornalista e membro da diretoria da Ecologia e Ação, até hoje, a maioria dos projetos desenvolvidos pela ECOA foram positivos e ainda o são para as comunidades trabalhadas, no sentido de que esses projetos são de cunho duradouro na medida em que proporcionam a promoção de trabalhos que podem ser executados como outra profissão qualquer[65] e que perdura até os dias atuais.

Como exemplo desses trabalhos idealizados pela ECOA, podemos citar, ainda, o projeto "Valorização da produção de alimentos de origem vegetal para o desenvolvimento de

[64] Em tempos de crise financeira, o capital de giro é menor, o que por consequência, afeta todos os setores da economia, desde as grandes empresas até o pequeno produtor. Nesse caso dos ribeirinhos, em tempos de inflação, crises, entre outros, as grandes empresas por estarem obtendo menos lucro que o de costume, passam a reduzir as suas doações para as ONGs, isso quando não cortam a verba provisoriamente.
[65] Com toda sua estrutura, equipamentos, mão-de-obra, etc.

três comunidades do Pantanal e Cerrado", coordenado pelo biólogo e um dos fundadores da ONG, Geraldo Alves Damasceno Junior, que com o aproveitamento dos frutos nativos da região, podem ser transformados (de forma equilibrada, ou seja, que não seja produzido nos moldes capitalistas com a sua superprodução, superconsumo e superdesperdício) em fonte de renda para essas famílias.

Sendo assim, e de acordo com André Siqueira, diretor de Políticas Públicas da ECOA, o objetivo maior da ONG é poder organizar associativamente essas populações mais vulneráveis, proporcionando, por sua vez, a possibilidade de um emponderamento dessa classe, e assim, com essas comunidades lutando pelos seus direitos podem desenvolver-se e fortalecerem-se cada vez mais. Por isso que a ONG, de forma competente busca proporcionar um trabalho de influência, aproveitando oportunidades e inovando. Tudo isso com a finalidade máxima em conciliar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento integral de comunidades, ponto este que culmina com uma Educação Ambiental que se pretenda crítica, deixando de lado aquela visão na qual a natureza está a serviço do homem, como se ele fosse externo e superior a ela. Em outras palavras, uma Educação Ambiental que enxerga os recursos naturais e o homem numa relação de co-pertença.

Desta forma, fica clara a intencionalidade da ONG Ecologia e Ação em promover condições para uma melhor qualidade de vida para essas populações mais vulneráveis. No entanto, cabe aqui questionarmos: até que ponto as ações, não só da ECOA, mas das organizações não-governamentais em geral, contribuem para o emponderamento dessas populações, já que quem define os projetos desenvolvidos são os financiadores? Neste sentido, qual seria o critério para a escolha de se executar um projeto e não o outro? O que classifica um problema como mais grave que o outro?

Assim sendo, podemos perceber que muitos projetos, também de vieses importantes, são deixados de lado, quer seja por falta de financiamento, quer seja por falta de prioridade. Nesta direção é que devemos compreender o quão a problemática que envolve o meio ambiente é complexa e requer uma profunda reflexão de caráter filosófico buscando entender que a diversidade biológica e cultural deve ser vista como o maior patrimônio da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer, sobretudo das últimas décadas, é nítido o quanto o nosso atual modo de produção vem se desenvolvendo, e trazendo consigo diversos benefícios à humanidade como os importantes avanços na ciência e na tecnologia – dentre os quais podemos destacar as melhorias em relação à saúde, transportes, meios de comunicação, entre outros.

No entanto, efeitos maléficos também fazem parte das consequências geradas por esse desenvolvimento desenfreado do nosso modelo de produção, inclusive, esse é ponto central que nos permite melhor entender tudo o que foi discutido no transcorrer deste trabalho, em outras palavras, compreender o que gera a chamada *crise ambiental*, e com ela as possíveis saídas para contornar essa problemática que envolve o meio ambiente.

Verifica-se, portanto, que ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do capitalismo, com seu claro viés econômico é capaz de promover várias benfeitorias é também o provedor das maiores barbáries contra o homem e o meio no qual vive.

Deste modo é do conhecimento geral o agravamento da qualidade de vida da grande maioria da população, principalmente nos últimos anos, dado o fato não somente do modo

centralizador e excludente da nossa economia neoliberal, mas também à intensa e extensa transformação pela qual nossos recursos naturais vêm passando.

Partindo do pressuposto de que essa transformação nada mais é do que a transformação de matérias-primas em lucros para uma minoria – ou seja, a deterioração do nosso patrimônio natural em nome de poucos, mas atingindo de forma danosa a grande maioria – é que podemos perceber o quanto essas relações que ocorrem dentro do capitalismo, com sua trilogia *superprodução, superconsumo e superdesperdício,* afeta direta e indiretamente não só os recursos naturais, mas aos homens também, especialmente os mais vulneráveis.

É a partir daí, então, que temos a chamada *crise ambiental,* que como já foi discutido anteriormente, nada mais é do que uma crise societária. Foi partindo desse princípio que iniciamos o nosso trabalho discutindo importantes pontos sobre as concepções de natureza e meio ambiente, visando compreender essa problemática que envolve o meio ambiente.

A expressão *natureza* é comumente caracterizada enquanto um conjunto de elementos naturais que se interagem numa relação de interdependência entre si e com o meio no qual vivem. Portanto, uma visão mais relacionada à fauna e flora, como se o homem não fizesse parte da natureza. No entanto, essa percepção é um tanto quanto equivocada já que o homem – mesmo procurando se manter longe dessa realidade, propagando o discurso hegemônico que a natureza está à serviço do homem, ou seja, numa relação de domínio e posse no qual o dominante é o homem – ele faz parte sim da natureza, numa relação não apenas de co-pertença, mas de dependência também.

Já no que diz respeito ao termo *meio ambiente,* há quarenta anos atrás – na Conferência de Estocolmo, em 1972 – este era baseado na relação homem-natureza, atentando à necessidade de se preservar o ambiente, no sentido de que a proteção e melhoria do mesmo é uma questão essencial que afeta o bem-estar das pessoas bem como o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, proporcionando, por sua vez, uma melhor qualidade de vida para a população. No entanto, essa mesma expressão acabou ganhando nova conotação, vinte anos depois, na Conferência do Rio de Janeiro, no ano de 1992. Depois desta conferência, *meio ambiente* passou a significar recurso natural para desenvolver o econômico, ou seja, o conciliamento entre o desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos ecossistemas do nosso planeta.

Desta forma, podemos perceber dois pontos importantes: o primeiro é que tanto o termo *natureza* quanto o termo *meio ambiente* se tratam de expressões que são criadas

socialmente e que podem variar de acordo com o período, o lugar e os interesses sociais de cada época. Portanto, nada mais são do que variáveis que são criadas para atenderem às nossas necessidades.

Outra questão é que o tema *ambiental* se encontra na pauta dos diversos agentes econômicos e sociais, cujo principal objetivo é a busca pelo concílio entre o progresso socioeconômico e a conservação do meio ambiente. É nesse sentido que surge o discurso do desenvolvimento sustentável, visando alcançar esse equilíbrio almejado.

No entanto, é perceptível que esse equilíbrio pretendido não vem sendo realizado, até porque essas duas forças, o desenvolver e o sustentar, são antagônicas. Para que haja um desenvolvimento sustentável, de acordo com as atuais condições, ou seja, de acordo com as regras mercadológicas que fundamentam o nosso atual modo de produção – as quais refletem competitividade acirrada, individualismo, geração de lucro em larga escala num menor período de tempo possível, dentre outros diversos fatores – não se trata de algo facilmente atingível já que fugir dessas metas não interessa ao capital, uma vez que, este último não esconde o seu claro viés economicista.

Assim sendo, por se basear nessa racionalidade mercadológica é que qualquer decisão que possa representar algum risco na possibilidade de acumulação continuada do capital, não pode ser tomada. Isso sem falar que o mercado por si só não costuma absorver nenhum tipo de custo, quer seja ele social ou ambiental, e só o faz caso seja pressionado mediante ação social (leis, por exemplo). Uma empresa ao ter que assumir a responsabilidade de um custo ambiental, acaba se encontrando na condição de ter que reduzir sua escala produtiva, já que os custos para a nova produção (os produtos "ecologicamente corretos", por exemplo) são maiores, logo, os lucros da empresa passam a ser menores. Sem contar que nem toda empresa consegue suportar uma queda estrutural em sua taxa média de lucro, pelo menos não sem criar uma instabilidade estrutural insustentável, o que por consequência, acaba por implicar no aprofundamento de suas contradições internas. Por isso o problema: resistência a assumir custos ambientais ou a diminuição na taxa de lucro. (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Sendo assim, a cada dia que passa torna-se mais evidente o domínio do capital financeiro e comercial – o chamado processo de globalização – em todos os segmentos de produção no qual pode se beneficiar. Portanto, a racionalidade mercadológica aí imposta.

Desta forma, é mais do que essencial compreendermos as relações que ocorrem no nosso atual modelo de produção – com a sua trilogia *superprodução, superconsumo* e *superdesperdício* – além de observar o quanto este modo de produção busca mostrar de forma

mais simples possível os complexos fenômenos da realidade – isso através de ações tecnicistas que tratam somente as suas consequências e não as causas dos problemas – e com isso não alterar a sua forma de produção.

Portanto, torna-se evidente que o princípio básico do capitalismo é a conquista da natureza em prol do chamado progresso, e consequentemente da obtenção de mais lucros com o aumento da produção. Ou em outras palavras, o que vale para o capitalismo é a dominação da natureza a favor do capital.

Quanto aos movimentos ambientalistas, sem dúvida, existem muitas incertezas em relação ao seu futuro, já que inúmeros fatores que os atingem – como a forte e rápida fragmentação social – está cada vez mais acentuada em busca de sobrevivência econômica. Entretanto, é necessário reconhecer o fato de que o movimento ambientalista significou um importante passo na promoção de discussões e ações concretas oriundas de amplas esferas sociais, debates e ações que antes eram deixadas de lado.

Cabe ressaltar que a reflexão aqui apresentada não tem por objetivo desmerecer os esforços tanto teóricos quanto os práticos dos ambientalistas e suas lutas, mas muito pelo contrário, seus esforços são aqui reconhecidos sim. Inclusive, são justamente eles que amenizam os efeitos negativos socioambientais que, com certeza, sem eles poderiam ser bem mais graves.

Direcionamos nossa crítica para o chamado desenvolvimento sustentável, que se torna tão pouco provável já que as regras de funcionamento do capitalismo não condizem com o que propõem as condicionantes sustentáveis. Inclusive Montibeller-Filho (2008) diz sobre o nosso atual modelo de produção: "(...) as leis condicionadoras do funcionamento do capitalismo indica-nos a provável incapacidade de o sistema vir a dar conta da problemática em pauta; pelo contrário, ele tenderia a aprofundar o processo de degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais, solapando, com o tempo, essas suas próprias bases de reprodução." (p. 185)

A exemplo, podemos citar os dualismos capital/trabalho e centro/periferia: ambas são elementos opostos nos quais um é o dominante. Só que neste caso, o que existe é a luta de classes e o conflito de interesses. Já no dualismo economia/natureza, o que existe é o impacto do capitalismo na natureza. (BURKETT, 1995 apud MONTIBELLER-FILHO, 2008)

E é a partir daí que surge, como possibilidade para amenizar esse impacto na natureza, a Educação Ambiental, enquanto um ato político fundamentado em valores promotores de solidariedade, igualdade e cidadania, visando formar cidadãos conscientes de

seus direitos e deveres, respeitando as relações não só entre si, mas também com o meio no qual vivem.

Portanto, uma Educação Ambiental que, como já ressaltamos anteriormente, busque refletir sobre o “por que fazer” ao invés do “como fazer”. Uma Educação Ambiental que não busque um modelo padrão a ser seguido, já que isso além de corresponder a uma simplificação de uma complexa realidade é, também, importar valores que não condizem com a nossa realidade e, que por isso não podem amenizar os problemas que envolvem essa temática.

Desta forma, é essencial uma Educação Ambiental que reflita sobre as complexidades e crises do mundo, ou seja, o amplo meio à nossa volta, capaz de compreender os problemas socioambientais em suas diversas dimensões: social, biológica, geográfica e histórica, colaborando, assim, para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais. A questão central é, portanto, compreendermos não apenas o valor que o meio ambiente representa, mas, principalmente, os riscos que envolvem toda essa problemática para a preservação da própria vida humana.

Daí a importância das ONGs ambientalistas que devem ser sérias e críticas, tendo consciência que são nas decisões tomadas o seu fundamento. É, portanto, nesse sentido, que temos a ECOA que, a princípio, tinha como objetivo apontar o que havia de errado na maneira pela qual alguns agentes interferiam de forma degradante para com o meio ambiente. Justamente por isso é que a organização, no início da sua atuação, foi bastante hostilizada por conta dessa linha de ação mais contundente e, que apesar dessa hostilização a ONG se manteve firme nos seus anseios, conseguiu se institucionalizar, e hoje, pode comemorar várias vitórias conquistadas ao longo dos seus 22 anos de história. Cabe destacar, também, que a ONG entendia que existiam, sim, instituições de pesquisa e ensino superior que pudessem contribuir nessa luta em preservar os nossos recursos naturais, assim também como os próprios políticos, inclusive. (Entrevista realizada com Geraldo Damasceno em 31/03/11)

Já no que diz respeito à atuação da ECOA no contexto da Educação Ambiental, podemos citar o uso de materiais didáticos e atividades como oficinas e cursos referentes ao cooperativismo e associativismo, o aproveitamento de peixes e frutos nativos, entre outras atividades que são trabalhadas pela ECOA no intuito de promover a Educação Ambiental nas comunidades.

O principal exemplo desta atuação da ECOA é o Projeto Criança das Águas que busca, através de uma Educação Ambiental crítica, proporcionar reflexões e ferramentas para

melhores condições de trabalho para os ribeirinhos das comunidades atendidas pela ECOA, e assim oferecer uma melhor qualidade de vida para estas famílias.

Por fim, são estes os objetivos que a ECOA vem buscando alcançar juntamente com seus parceiros: melhores condições de trabalho, para uma melhor qualidade de vida, utilizando como base esses quatro elementos chaves – Comunicação, Saúde, Educação e Meio Ambiente, indo, portanto, para além das belas paisagens que destacam espécies da fauna e da flora encontradas na região. Importante ressaltar que nem mesmo o isolamento dessas comunidades conseguiram ofuscar a esperança de uma melhor qualidade de vida daquela população. Mas pelo contrário, hoje, esses ribeirinhos se encontram mais dispostos do que nunca a enfrentar desafios na busca de alternativas para geração de renda e assim proporcionar mais benefícios às suas famílias. Outro ponto importante é a obstinação, equilíbrio, modéstia e prudência invejáveis dessas famílias que mesmo com tantas dificuldades conseguem unir força, lógica, bom senso e organização em seus trabalhos e suas vidas, quebrando, assim, paradigmas e gerando transformações positivas em suas comunidades. (André Siqueira em entrevista realizada no dia 11/11/11.)

Assim sendo, podemos perceber que os projetos da ECOA ao trabalharem com comunidades, especialmente as mais carentes, tem por objetivo maior o desenvolvimento dessas populações, o fortalecimento delas e a conservação do meio ambiente. Há, portanto, um emponderamento das classes menos favorecidas baseadas no uso dos recursos naturais dentro da Educação Ambiental.

Não menos importante é destacarmos que quando colocamos em dúvida algumas alternativas ambientais propostas pelo avanço científico e tecnológico, como é o caso das tecnologias limpas, por exemplo, não estamos aqui criticando a sua funcionalidade, mas sim destacando que para a instalação e manutenção das mesmas é necessário um alto montante financeiro, haja vista o seu custo elevado e que nem todos os países – para não falar a grande maioria – estão dispostos ou possuem condições de obtê-las.

Outro ponto importante a ser discutido é o fato que de acordo com as entrevistas realizadas com membros da ECOA bem como levantamentos de informações no próprio site da ONG, a maioria dos projetos realizados pela mesma estão voltados para o chamado Desenvolvimento Sustentável. Assim disse Jean Fernandes em entrevista realizada no dia 31/03/11: *"O projeto de iscas que a gente tem é focado diretamente para aquelas famílias que sobrevivem daquilo sem explorar o meio ambiente. Algo voltado para o desenvolvimento sustentado mesmo."*

Entretanto, cabe indagar: como poderiam ser esses projetos voltados ao chamado Desenvolvimento Sustentável, sendo que esse propósito nada mais é do que um discurso ideológico e paradigmático que busca conciliar duas forças não condizentes? As próprias palavras que compõem a expressão já se contradizem: *Desenvolvimento* pressupõe progresso, evoluir, desenvolver; enquanto que *Sustentável* corresponde a estagnação, manter. E aí a questão: como desenvolver e manter ao mesmo tempo? Outro ponto importante é o fato de que não interessa ao capital manter/estagnar a sua produção, já que isso implica em reduzir a taxa de seus lucros.

Assim sendo, fica claro que a intenção em conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente é boa, mas que para o capital não é nada viável. Desta forma, pouco se pode contar com essa possibilidade em esperar que o nosso atual modo de produção estagne suas produções. E se estagnasse, estaríamos nós preparados para estagnar também o nosso consumo? São questões como estas que nos levam a compreender que o chamado Desenvolvimento Sustentável é algo que dificilmente poderia se concretizar, já que o mesmo não é de interesse do capitalismo.

Desta forma, acreditamos que a ECOA desenvolve seus trabalhos voltados à questão socioambiental sim, ou seja, buscando conciliar o fortalecimento e desenvolvimento integral de populações mais vulneráveis e se utilizando em um ou outro de seus projetos de uma Educação Ambiental que parte do princípio que o homem não é externo a natureza, mas que pelo contrário se interagem e formam um só meio. Portanto, uma visão socioambiental e Educação Ambiental que enxerguem o meio ambiente como um todo e não o fragmentando e separando-o.

No entanto, esse mesmo princípio socioambiental trabalhado pela ECOA deve atentar-se às armadilhas que o discurso hegemônico vem pregando em nossa sociedade, este baseado nos princípios mercadológicos – superprodução, superconsumo e superdesperdício – e que não condizem com o que propõem as condicionantes sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. Editora: UNESP, 1995, p. 21-41.

BRASIL DE TODOS – Orientação estratégica. Anexo I (PPA 2004-2007)

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3ª ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRUM, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 24. ed. São Paulo: Vozes, 2005.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930--1995)**. Campinas : Ed. Unicamp, 1998. p.17-46

CARVALHO, I. C. M **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, M. **O que é natureza.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, P. F. **O planejamento na instância política da luta de classes - Análise do plano para a metrópole recifense.** Rio Claro : UNESP, Tese (Doutorado), 1992.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o "desenvolvimento" e a "racionalidade" In: ___. **As encruzilhadas do labirinto/2 - os domínios do homem.** Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 135-158

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografias do turismo de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Rocca, 2007.

ENGELS, F. **A dialética da natureza.** 3ª edição, Paz e Terra, 1979. p. 215-238.

FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. **Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros.** Rio de Janeiro: O Fórum, 1992.

GONÇALVES, C. W P. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

___. O desafio Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

___. **A globalização da natureza a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

___. Da Geografia às Geo-Grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Revista **Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Seção Três Lagoas-MS. Acessado em 08/12/04.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papirus, 2004.

___. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos F. B. Carlos F.B *et al* (Orgs) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo. Cortez, 2006.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 4.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

LAYRARGUES, P.P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B. *et al* (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006, p. 30-101.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 21-107.

LEROY, J.P. & PACHECO, T. Dilemas de uma educação em tempo de crise. In: LOUREIRO, Carlos F. B. *et al* (Orgs) **Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2ª Ed. 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Turismo e Meio Ambiente na mitificação dos lugares.** São Paulo: ECA/USP, 2000.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social - Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MORETTI, E. C., Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. In BANDUCCI JR., MORETTI E. C., **Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável.** 3ª edição, Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

NUNES, F. G.; SILVA, S. R. da; Geografia e Educação Ambiental: reflexões a partir das concepções e práticas dos professores da rede estadual de Dourados (MS). **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.º 36. Porto Alegre: AGB, Maio/2011, p. 11-22.

PIGNATTI, M. G. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso.** São Paulo: AnnaBlume/UFMT. Instituto da Saúde Coletiva, 2005.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

___. **Meio Ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1994.

ROCHE, C. **Avaliação de Impacto dos Trabalhos de Ongs.** São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** Editora: HUCITEC, 1998. p. 13-86.

SÁ, L. **Introdução à teoria do Estado. A importância do Estado. Noção Preliminar.** Lisboa: Caminho, 1986. p. 13-43.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TAMAIO, Irineu. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental.** São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

TAVOLARO, S. B. de F. **Movimento Ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** São Paulo: Editora: AnnaBlume/Fapesp, 2001.

TRISTÃO, Martha. **A Educação Ambiental na formação de professores: redes de saberes.** São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004

URRY, J. **O olhar do turista:** Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Sesc, 1996.

SITES CONSULTADOS

http://www.riosvivos.org.br

http://www.fundacaogrupoboticario.org.br

http://www.greenpeace.org/

http://www.sosmatatlantica.org.br

http://www.mma.gov.br/sitio/

http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,conferencia-da-onu-deve-moldar-a-nova-diplomacia,778510,0.htm 28/09/11

ANEXOS

ANEXO I – PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO

1. Os direitos humanos devem ser defendidos; *apartheid* e o colonialismo devem ser condenados.
2. Os recursos naturais devem ser preservados.
3. A capacidade da Terra de produzir recursos renováveis deve ser mantida.
4. A fauna e a flora silvestres devem ser preservadas.
5. Os recursos não-renováveis devem ser compartilhados, não esgotados.
6. A poluição não deve exceder a capacidade do meio ambiente de neutralizá-la.
7. A poluição danosa aos oceanos deve ser evitada.
8. O desenvolvimento é necessário à melhoria do meio ambiente.
9. Os países em desenvolvimento requerem ajuda.
10. Os países em desenvolvimento necessitam de preços justos para suas exportações, para que realizem a gestão do meio ambiente.
11. As políticas ambientais não devem comprometer o desenvolvimento.
12. Os países em desenvolvimento necessitam de recursos para desenvolver medidas de proteção ambiental.
13. É necessário estabelecer um planejamento integrado para o desenvolvimento.
14. Um planejamento racional deve resolver conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento.
15. Assentamentos humanos devem ser planejados de forma a eliminar problemas ambientais.
16. Os governos devem planejar suas próprias políticas populacionais de maneira adequada.
17. As instituições nacionais devem planejar o desenvolvimento dos recursos naturais dos Estados.
18. A ciência e a tecnologia devem ser usadas para melhorar o meio ambiente.
19. A educação ambiental é essencial.
20. Deve-se promover pesquisas ambientais, principalmente em países em desenvolvimento.
21. Os Estados podem explorar seus recursos como quiserem, desde que não causem danos a outros.

22. Os Estados que sofrerem danos dessa forma devem ser indenizados.
23. Cada país deve estabelecer suas próprias normas.
24. Deve haver cooperação em questões internacionais.
25. Organizações internacionais devem ajudar a melhorar o meio ambiente.
26. Armas de destruição em massa devem ser eliminadas.

ANEXO II - JORNAL REPENSAR

Completando 20 anos de trabalho e dedicação em defesa da vida, a Ecoa - Ecologia e Ação inaugura seu novo Portal de Informações Socioambientais.

Bem Vindo, leitor! Ecoa inaugura novo Portal

André Siqueira, coordenador de ações de campo com os parceiros Rosana e João

Prezado leitor,

Desculpe-nos o transtorno, mas as obras são para o bem de todos. O Portal de Informações da Ecoa ficou 15 dias fora do ar. Foi esse o tempo necessário para afinar alguns detalhes e deixar nosso novo espaço mais agradável e quase pronto. Por favor, entendam nosso "quase". O site da Ecoa, conhecido também como Portal de Informações, tem mais de 10 anos de existência. Além de ser em três idiomas, ter conteúdos específicos de áreas como Pantanal, biodiesel, hidrovia, água, tem mais de 13 mil notícias, 700 imagens, 85 galerias e downloads a perder de conta.

A nossa ausência foi para organizar os detalhes depois de migrar toda essa informação. A mudança do sistema, o aprimoramento da tecnologia, tem seu preço, nem tudo é perfeito e temos que corrigir um a um. Construir ou reformular um site é praticamente um trabalho artesanal.

A mudança de layout e aprimoramento de tecnologia irá proporcionar mais ferramentas para trabalhar a comunicação da Ecoa e a informação socioambiental. Nossa diversidade de informações continua a mesma, porém com organização diferenciada que oferece uma navegação mais rápida e intuitiva.

Nossos leitores foram lembrados durante toda esta renovação. Na construção do mapa do site, pensamos naqueles que procuram informações do Pantanal, entendem de políticas públicas, conservação ambiental, informações técnicas, opiniões e documentos.

A novidade agora é que estamos oferecendo espaços para nossos leitores. Convidamos todos a

enviarem vídeos e fotos para divulgarmos no site e também a participar das enquetes. O objetivo é ser dinâmico e é interagir e intercambiar informações. Pedimos o apoio de todos para finalizar este trabalho artesanal e caso, vocês acessem alguma página ou download que tenha dado erro de página, nos comunique, remeta para nós pelo e-mail webmaster@riosvivos.org.br

Mesmo sem planejar o site volta ao ar no dia 3 de junho. Nesta mesma data a Ecoa completa 20 anos. São anos de trabalho e dedicação de todos que passaram por esta instituição. É com imensa satisfação que lançamos o novo site da Ecoa na internet. Contamos com a participação de todos vocês e Boa navegação. Obrigada,

Equipe de comunicação

Ecoa elege nova diretoria e conselheiros

Inquérito apura barragens na Bacia do Alto Paraguai Conservação da planície pantaneira é comprometida com projetos de instalação de 115 barragens hidrelétricas em rios da Bacia do Alto Paraguai. Carta de Recomendações sugere medidas para evitar impactos negativos dos empreendimentos

Inquérito apura barragens na Bacia do Alto Paraguai

Regime hidrológico da planície pantaneira pode ser comprometido por barragens

Foi publicado no Diário Oficial da União, em cinco de maio de 2009, que o Ministério Público Federal – MPF abriu Inquérito Civil e Ação Civil Pública para conter os impactos socioambientais com a construção do complexo de barragens hidrelétricas na Bacia do Alto

Paraguai – BAP. A ação tem como documento base a Carta de Recomendação elaborada por estudiosos e organização governamentais e não-governamentais durante a VIII Conferência Internacional de Áreas Úmidas, que aconteceu em julho de 2008 em Cuiabá – MT. De acordo com estudo realizado pela Coalizão Rios Vivos, em 2002 existiam apenas nove barragens construídas em toda a Bacia. Em 2008 o número de barragens instaladas, entre Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras de Hidroeletricidade (CGHs) e Usina Hidrelétrica de Grande Porte (UHE), chega a 29, num total de 115 projetos previstos. A conservação da planície pantaneira é comprometida por atividades econômicas desenvolvidas em toda a BAP. Além das atividades agropecuárias o Pantanal é ameaçado por mineradoras, indústrias de siderurgia e extração ilegal de carvão vegetal. Mas sua maior ameaça atualmente é a implantação, sem qualquer planejamento conjunto, das barragens hidrelétricas. De acordo com Débora Calheiros, pesquisadora da Embrapa Pantanal, a soma dos impactos dos 115 projetos pode afetar de forma drástica o ciclo das águas, com cheias e secas periódicas, que é o fenômeno mais importante que rege o funcionamento ecológico do Pantanal.

"Ao se licenciar separadamente cada empreendimento não se pode prever totalmente as consequências ambientais, sociais e econômicas resultantes. Uma vez que o pulso de inundação é a principal característica que rege o funcionamento ecológico da planície pantaneira e que determina a oferta de seus serviços ambientais, como os que sustentam as principais atividades econômicas da região (pesca, pecuária e turismo),qualquer alteração no fluxo das águas tem potencial de afetar tais atividades que dependem da saúde ambiental do sistema", ressalta a pesquisadora.

saiba mais

- Qualidade do Rio Paraguai depende de seus afluentes
- Pantanal é ameaçado por 110 hidrelétricas
- Maior área úmida do planeta ameaçada por hidrelétricas
- Os filhos dos filhos dos filhos dos nossos filhos, verão?

A instalação das barragens pode afetar a conservação do Parque Nacional do Pantanal, localizado no Estado de Mato Grosso e considerado pela Unesco como Reserva da Biosfera. O Parque é abastecido principalmente pelas águas da sub-bacia do Cuiabá, que conta atualmente com quatro grandes hidrelétricas e é a que mais sofre com as ações humanas.

O Rio Manso

Localizado na Sub-bacia do rio Cuiabá, principal tributário do rio Paraguai, é no rio Manso que está instalada a maior Central Hidrelétrica da bacia do Alto Paraguai. Administrada pela Furnas Centrais Hidrelétricas, a barragem do rio Manso entrou em funcionamento no ano 2000, e desde então os pescadores da região notaram uma drástica redução na quantidades de peixes nos rios da região. O fato acontece pela usina servir ao Operador Nacional de Sistemas Elétricos (ONS), que precisa de um controle de vazão da água da barragem dinâmico que atenda as demandas por energia elétrica de todo o País.

As alterações diárias no nível das águas do rio Manso pela abertura das barragens altera a dinâmica dos peixes, que passam a não entender mais o seu ambiente e seu ciclo reprodutivo é comprometido, diminuindo sua população. Além disso, áreas de plantações e de pastagem são frequentemente afetadas pelo fenômeno, gerando perdas econômicas.

"A Carta de Recomendações sugere que seja implantado um regime de funcionamento mais ecológico (vazão ambiental) dos reservatórios, respeitando o fluxo natural das águas, como é feito em outros países como África do Sul e Índia, bem como que a geração de energia na bacia do Alto Paraguai seja desacoplada do ONS, de oferta de energia para todo o país. Fazendo parte do ONS, o regime dos reservatórios deve atender prioritariamente à demanda de energia de qualquer região do país, não respeitando as necessidades hidro-ecológicas do Pantanal", finaliza Débora. A Carta de Recomendações também foi entregue para os seguintes órgãos: CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, MMA – Ministério do Meio Ambiente, CNZU – Conselho Nacional de Zonas Úmidas, Conselho da Reserva da Biosfera, ANA – Agência Nacional das Águas, MME – Ministério de Minas e Energia, EPE – Empresa de Pesquisa Energética; NOS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos (de MS e MT), MPE – Ministério Público Estadual (de MS e MT), SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente (de MS e MT).

AUTOR: Maria Elisa Corrêa

Pesquisa sobre evolução do Pantanal pode ser prejudicada

Com a prisão dos pesquisadores norte-americanos e brasileiros, no dia 17 de junho pela Polícia Federal (PF), em Corumbá, as pesquisas sobre a geomorfologia fluvial e a evolução geológica quaternária do Pantanal podem ser prejudicadas

Pesquisa sobre evolução do Pantanal pode ser prejudicada

Baía Vermelha - Serra do Amolar. Foto: André Siqueira

Com a prisão dos pesquisadores norte-americanos e brasileiros, no dia 17 de junho pela Polícia Federal (PF), em Corumbá, as pesquisas sobre a geomorfologia fluvial e a evolução geológica quaternária do Pantanal podem ser prejudicadas. Em carta sobre o episódio, Mario Luis Assine, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente da Unesp, afirma que as acusações de biopirataria, geopirataria e crime ambiental, divulgadas pela mídia, são infundadas e esclarece que o projeto de pesquisa está regularmente cadastrado no IBAMA (autorização 13237-1) e que, a coleta de sedimentos na Serra do Amolar, embora incluída na solicitação 13237-1, não depende de autorização do Ibama. Por entender que a pesquisa realizada pelo grupo é importante por datar e buscar entender a evolução do Pantanal a partir dos efeitos do clima sobre o ambiente, a Ecoa é parceira neste estudo e oferece apoio logístico para os pesquisadores na região da Serra do Amolar.

saiba mais

- Cientistas americanos continuam presos em MS
- Carta da Abequa sobre prisão de pesquisadores na Serra do Amolar
- Carta de esclarecimento sobre prisão de pesquisadores na Serra do Amolar

De acordo com Alcides Faria, diretor executivo da Ecoa, a pesquisa desenvolvida pelo grupo é complexa e de extrema importância para a conservação do Pantanal. “Há 3 anos estes pesquisadores estão na região e também em outras áreas do Pantanal e é de conhecimento público seu trabalho, dificilmente outra universidade investiria em uma pesquisa desta natureza. Uma vez comprovada a condição de pesquisadores, porque seguem na prisão”? Questiona Alcides. Em nota oficial divulgada para o jornal Folha de São Paulo, no dia 23 de junho, a Unesp afirma existir uma cooperação de pesquisa com a Universidade do Arizona, mas pela falta de um convênio formal entre as duas instituições de ensino, ela é impedida de defender na Justiça os envolvidos no caso. Surpreendido com o fato, Dr. Rodolfo J. Angulo,

presidente da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário (Abequa), redigiu uma carta na qual fala sobre a forma como os pesquisadores norte-americanos estão sendo tratados e como o fato prejudica os esforços que as instituições de ensino e pesquisa têm realizado para contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. "A cooperação internacional entre pesquisadores é uma das melhores formas que os países têm encontrado para manter a ciência e os cientistas atualizados. A cooperação internacional é fortemente incentivada pelo Governo Federal, pelo Ministério da Educação e pelas agências de fomento tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)", relata o Dr. Rodolfo.

O caso

Mark Andrew Tress, Kellu Michael Wendt e Michael Matthew McGlue são doutorandos em Geologia na Universidade do Arizona, nos EUA, que estavam em companhia de dois pesquisadores da UFMS – Campus Pantanal e doutorandos do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho" (Unesp), Aguinaldo Silva e Fabrício Aníbal Corradini, foram surpreendidos pela PF na lagoa Baía Vermelha - Serra do Amolar, e presos sob a alegação de não possuírem permissão de órgãos do governo do Brasil, nem comprovante de intercâmbio ou convênio com entidade de pesquisa, além de possuírem apenas o visto de turistas. Acabaram acusados de usurpação de bem da União e pesquisa sem autorização, crimes cujas penas prevêem até cinco anos de detenção e aplicação de multa. Agnaldo Silva e Fabrício Aníbal Corradino foram soltos após o pagamento de fiança. Os três pesquisadores norte-americanos permanecem presos na delegacia da PF em Corumbá.

A pesquisa

Intitulado "Sistemas deposicionais do Quaternário (Pleistoceno tardio/Holoceno) da Bacia do Pantanal Mato-Grossense, Centro-Oeste do Brasil" o projeto de pesquisa é desenvolvido com o objetivo de avaliar, a partir da coleta de sedimentos, as variações climáticas ocorridas na região nos últimos 30 mil anos e contribuem para a melhor compreensão das mudanças climáticas futuras e seus efeitos sobre os mais diversos aspectos, como produção agrícola, riscos de acidentes naturais provocados por tempestades, enchentes, deslizamentos e erosão costeira, etc. De acordo com Agnaldo Silva, a pesquisa serve também para datar e entender a evolução do Pantanal. Os estudos contribuem para aumentar o nível de conhecimento sobre a região e embasar os argumentos para conservação do Pantanal.

AUTOR: Maria Elisa Corrêa

Cientistas presos no MS têm liberdade provisória Americanos, que faziam estudos geológicos com grupo de SP, estavam presos da delegacia da PF de Corumbá desde o dia 17 de junho

Cientistas presos no MS têm liberdade provisória

Folha de São Paulo

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul atendeu na noite de ontem o pedido de liberdade provisória da defesa dos pesquisadores americanos Mark Andrew Tress, Kellu Michael Wendt e Michael Matthew McGlue, presos na semana passada quando extraíam sedimentos em lagoas no Pantanal. Os três estavam havia oito dias na carceragem da Polícia Federal em Corumbá (440 km de Campo Grande). Após o pagamento de fiança -estipulada em R$ 5.000 para cada um, eles deixaram o local por volta das 21h (horário de Brasília). Segundo o advogado Roberto Lins, que os representa, a Justiça ordenou a retenção dos passaportes dos pesquisadores até o final do inquérito. O despacho determinou ainda que os pesquisadores se façam representar, em todas as fases do inquérito aberto, para apurar possíveis crimes de usurpação ou exploração de matéria-prima da União e execução de pesquisa de recursos minerais sem autorização.

saiba mais

- Pesquisadores há oito dias presos em Corumbá
- Carta da Abequa sobre prisão de pesquisadores na Serra do Amolar
- Pesquisa sobre evolução do Pantanal pode ser prejudicada
- Carta de esclarecimento sobre prisão de pesquisadores na Serra do Amolar

A pesquisa era feita em cooperação com dois pesquisadores brasileiros: Fabrício Aníbal Corradini e Aguinaldo Silva, da Unesp de Rio Claro. Eles também foram detidos pela PF e depois liberados após pagamento de fiança. Em nota, a Unesp descreveu a parceria como

"colaboração científica informal" com a Universidade do Arizona. O estudo pretende medir variações climáticas ocorridas na região nos últimos 30 mil anos.

AUTOR: Rodrigo Vargas

Atividade pesqueira de MS terá informações consolidadas Ecoa faz parte de comissão formada durante a I Oficina Territorial da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul que irá realizar um diagnóstico socioambiental da atividade de pesca na região.

Atividade pesqueira de MS terá informações consolidadas

Maria Elisa Corrêa

I Oficina Territorial da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul. Foto: Jean Fernandes

A política de pesca e aqüicultura em Mato Grosso do Sul têm apresentado avanços significativos. Um desses avanços é a articulação de uma comissão com representantes do Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA), Ecoa, Embrapa Pantanal, Federação de Pesca, Instituto de Meio Ambiente de MS (Imasul) e prefeituras que fazem parte do Território da Pesca e Aquicultura do Pantanal Sul – Aquidauana, Miranda, Bonito, Corumbá, Coxim, Ladário e Porto Murtinho. A articulação foi iniciada no mês de junho durante a I Oficina Territorial da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul. O evento, promovido pelo MPA em parceria com a Fundação Cândido Rondon, faz parte do processo de articulação do Território de Pesca e Aqüicultura do Pantanal Sul. A articulação do Território envolve setor pesqueiro e aquícola (federação, colônias, associações e cooperativas de pescadores e piscicultores),

instituições não-governamentais, governamentais federais, estaduais e municipais e entidades de apoio ao setor. A iniciativa tem como um de seus objetivos é elaborar, de forma participativa, um plano de desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura no Território do Pantanal Sul.

saiba mais

- Carta a Ministro sugere medidas emergenciais para seca no Pantanal
- MS cria Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura
- Lula sanciona lei que cria o Ministério da Pesca e Aquicultura

A comissão, formada durante a oficina, irá realizar um diagnóstico socioambiental da atividade da pesca na região, identificando as necessidades e gargalos sociais enfrentados pelas associações e comunidades pesqueiras, a importância dos pescadores profissionais artesanais para a economia e para o ambiente. De acordo com Jean Fernandes, coordenador de campo da Ecoa, serão os primeiros dados concretos sobre a realidade das atividades de pesca na região, como número de pescadores, quantidade de famílias e comunidades que sobrevivem da atividade aqui no Estado. "Hoje os dados são muito soltos. A Embrapa Pantanal, Ecoa, UFMS e o Ibama tem muito dados sobre a pesca, mas nada catalogado em conjunto. A Embrapa, Ecoa e o MPA estão articulando para elaborar uma proposta para unificar esses dados e buscar novas informações para que se possa trabalhar a captação de recursos", explica Jean, representante da Ecoa neste processo. Adilson Nascimento dos Santos, engenheiro agrônomo do MPA em MS, acredita que a participação da Ecoa na elaboração do diagnóstico é extremamente importante para que a comissão obtenha bons resultados no trabalho. "Nós do MPA consideramos a participação da Ecoa no desenvolvimento desse diagnóstico socioambiental como imprescindível por toda a sua história com as comunidades do Pantanal, como Porto da Manga, Miranda, São Lourenço e Amolar", relata Adilson. Projeto de Lei da Pesca de MS é encaminhado para votação na Assembléia Proposta encaminhada pelo Governo de MS para votação dos deputados estaduais é pautada na preservação dos recursos pesqueiros, no respeito aos pescadores profissionais artesanais e na conservação ambiental

Projeto de Lei da Pesca de MS é encaminhado para votação na Assembléia

Maria Elisa Corrêa

Foto: Jean Fernandes

Informações-chave

- Projeto de lei que regulamenta pesca em MS é entregue para votação na Assembléia Legislativa do Estado.

- Projeto significa um avanço na regulamentação das atividades pequeiras em MS, respeita e está amparada na lei Federal.

- Pescadores profissionais artesanais terão suas atividades asseguradas e sua categoria será reconhecida.
- Nova lei estaria baseada na preservação dos recursos pesqueiros, no respeito aos pescadores profissionais artesanais e na conservação do ambiente

Novo projeto de lei que regulamenta as atividades de pesca e aquicultura no Estado, foi entregue no dia 30 de junho para votação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul. De acordo com Jean Fernandes, representante da Ecoa no processo, o projeto – que gerou polêmica entre os deputados estaduais e alguns setores de pesca no Estado, é positivo e representa um avanço para as atividades de pesca e aquicultura pois resguarda os aspectos culturais, sociais e econômicos da pesca profissional artesanal, além de possuir medidas que aumentam a proteção e a conservação do Pantanal. “O principal foco da nossa participação na elaboração desse projeto de lei é que queremos que a pesca seja ambientalmente correta no Pantanal. O que tem saído na mídia a respeito da nova lei é totalmente inverdade. O pescador artesanal passou por uma série de problemas ao longo dos anos e nós queremos que essa classe seja reconhecida. Está muito claro nessa nova lei o que o pescador pode e o que ele não pode fazer, coisa que para nós, na atual legislação é um pouco confuso e cada um interpreta a

sua maneira". Um dos pontos da proposta que gerou polêmica foi o uso de tarrafas para a pesca em represas de Grandes Centrais Hidrelétricas, na pesca de peixes ornamentais e iscas vivas. Francisca Fernandes de Albuquerque, gerente de recursos pesqueiros do Governo do Estado de MS, esclarece que a nova lei não autoriza o uso de equipamentos que sejam proibidos pela lei Federal, ela apenas regulamenta o uso de equipamentos que já são permitidos.

saiba mais

- Deputados derrubam veto e liberam petrechos
- Atividade pesqueira gera polêmica em Seminário
- Ecoa apresenta resultados do projeto de iscas vivas
- Aumenta prazo para comissão propor regras para a pesca
- Projeto de Lei de Pesca de MS

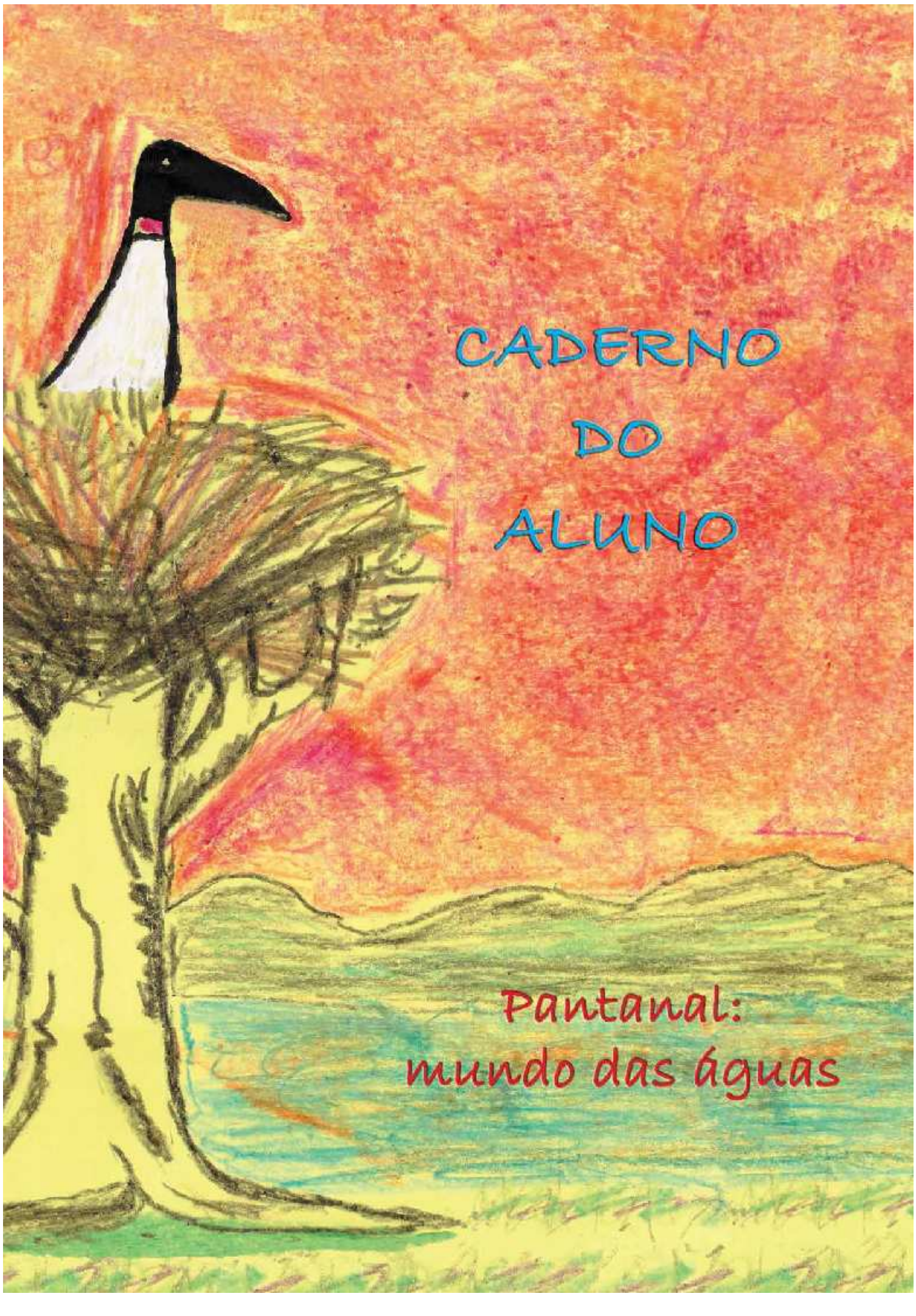
"A captura de peixes ornamentais e iscas vivas com tarrafa sempre foi permitida, sem esse instrumento fica impossível a pesca de determinadas iscas, por exemplo. O uso da tarrafa na pesca é permitido apenas em reservatórios de grandes hidrelétricas, que tem profundidade maior que 20 metros e fica impossível a pesca com linha. Além disso esses reservatórios são repovoados com espécies que não são endêmicas da região, como a tilápia", explica Francisca.

Segundo a gerente de recursos pesqueiros , o projeto de lei atende as demandas dos pescadores profissionais artesanais do Estado. "O documento foi elaborado em cima dos anseios apresentados pelos pescadores durante as cinco audiências públicas realizadas durante o ano de 2007", relata. A Federação de Pesca de MS, apoia a aprovação da nova lei e acredita que ela não deve ser interpretada como um retrocesso na regulamentação das atividades pesqueiras do Estado. "Nós somos favoráveis a esse projeto de lei pois representamos as colônias de pescadores profissionais artesanais de Mato Grosso do Sul, tanto politicamente como juridicamente. Nós precisamos legalizar a pesca dentro do Estado. A nova lei não está liberando nada que não se pode fazer, que não se pode usar", afirma o presidente Armindo Batista dos Santos Filho. A Embrapa Pantanal participou da elaboração da proposta da nova lei dando subsídios técnicos para a construção das normas. A Dra. Emiko K. de Resende, pesquisadora da Instituição, acredita que a polêmica gerada em relação ao documento é infundada.

"O tamanho dos peixes e o período de proibição da pesca, além da Piracema, já é definido em

normas específicas e decretos. Quando você define certos pontos numa lei fica difícil para mudar depois. A oposição está usando de má fé para boicotar a lei. Eles têm conhecimento sobre pesca e sabem como funcionam as leis e os decretos, o que eles alegam estar errado no novo texto é apenas para tumultuar o processo”, desabafa a pesquisadora.

ANEXO III – CADERNO DO ALUNO


CADERNO
DO
ALUNO
Pantanal:
mundo das águas

Caderno do aluno

CADERNO DO ALUNO

Pantanal: mundo das águas

Pantanal: mundo das águas

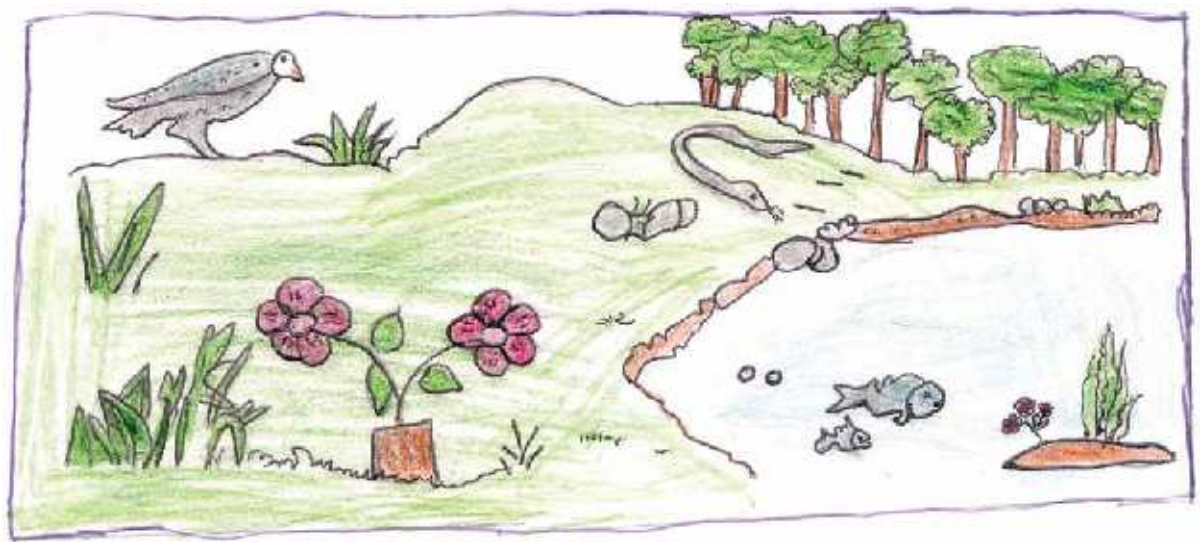
Este é uma publicação da

Endereço
Rua 14 de julho, 3169, Centro
Campo Grande - MS
Telefone: + 55 (67) 3324 3230
E-mail: ecoa@riosvivos.org.br
www.ecoa.org.br

Diretoria
Diretora geral: Rafaela Nicola
Diretor executivo: Alcides Faria
Diretora institucional: Patrícia Zerlotti
Diretor de políticas públicas: André Siqueira

Conselho
Alessandro Menezes
Celso Salatino Schenkel
Eduardo Romero
José Augusto Ferraz de Lima
Liezé Francisco Xavier
Maria Carolina Hazin
Paulo César Boggiani
Pierre Girard
Rosana Aparecida Cândido Pereira

Suplentes
Cássio Thomé de Faria
Felipe Dias
Geraldo Damasceno



Caderno do aluno

CADERNO DO ALUNO

Pantanal: mundo das águas

Pantanal: mundo das águas

Realização

ecoa

Parceria

Prefeitura Municipal de Corumbá
Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Secretaria Executiva de Educação

Apoio

EGP

blue main

criança esperança

© 2010

Projeto Crianças das Águas - Pantanal, identidade e cidadania

Coordenação geral: Patrícia Zerlotti

Coordenação de comunicação: Yara Medeiros

Apoio logístico da Ecoa: André Siqueira, Jean Fernandes, Silvia Santana e Vanessa Spacki

Parceiros:
Associação de Moradores do Porto da Manga
Associação de Pescadores Artesanais de Iscas de Miranda
Associação dos Ribeirinhos da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço
Embrapa Pantanal (Corumbá/MS)
Ibama (Unidade de Corumbá/MS)
Instituto Acaia
Núcleo de Ecomunicadores dos Matos
Parque Nacional do Pantanal (Poconé/MT)
Paz e Natureza - Pantanal
Prefeitura Municipal de Corumbá
Prefeitura Municipal de Miranda
Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania de Corumbá
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Secretaria Executiva de Educação de Corumbá
Secretaria de Saúde de Corumbá
Rede Aguapé de Educação Ambiental
Rede Pantanal
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (unidades de Corumbá e Campo Grande)

Apoio: Criança Esperança, EGP-IUCN NL e Fundação Blue Moon

Caderno do aluno - Pantanal: mundo das águas

Coordenação de produção: Patrícia Zerlotti
Texto e revisão ortográfica : Daniel Santos Amorin
Edição e projeto gráfico: Yara Medeiros
Revisão técnica: Elisabeth Arndt e Paulo Robson de Souza
Produção gráfica: P2 - Multimídia e Assessoria em Comunicação
Capa: desenho da aluna Odete da escola Porto Esperança - extensão Jatobazinho.
Ilustrações: Paulo Moska (pp. 3, 10, 18, 20, 22 e 29). Nas páginas 12, 13, e 14 as ilustrações foram gentilmente cedidas pelo projeto Pé na Água (UFMS/CT-Hidro/CNPq).
Fotos: André Siqueira (p. 16 e 17, ao centro), Jean Fernandes (p. 16, à esquerda e p. 27) e Yara Medeiros (p. 19).
Impressão e acabamento: Gibim Gráfica e Editora

Nota: Os desenhos foram produzidos por alunos das escolas municipais rurais polo Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (extensão Porto da Manga) e Porto Esperança (extensões Paraguai-mirim, Jatobazinho e São Lourenço), em Corumbá, MS. Nem todas as imagens estavam identificadas com os nomes completos dos alunos quando coletadas nas escolas.

Autores dos desenhos: Sem identificação do autor - Porto da Manga (p. 2), Adriana Moura da Silva - Paraguai-mirim (p. 3), Cristiane Bastos de Oliveira Mendes - Paraguai-mirim (p. 5), Luziel Bastos de Moraes - Jatobazinho (p. 7), Odair José Bastos de Oliveira - Jatobazinho (pp. 8 e 9), Paulo - Jatobazinho (pp. 10 e 11), Divino de Oliveira - Jatobazinho (pp. 14 e 15), Alex de Moura - Jatobazinho (pp. 18 e 19), Leandro - Porto da Manga (pp. 20 e 21), Fermino - Jatobazinho (pp. 22 e 23), Renato Ramires - Jatobazinho (p. 26 e 27), arte sob desenhos de Edilaine - Porto da Manga e Érika Maciel da Silva - Jatobazinho (p. 28 e 29), Lauriany Pereira Bastos - Jatobazinho (p. 30).

Esta publicação respeita o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Agradecimentos especiais:
A todos os professores e alunos que participaram das oficinas de educação do projeto Crianças das Águas, aos voluntários, aos parceiros, aos moradores das comunidades de Porto da Manga, Paraguai-mirim e São Lourenço.

apresentação

Ao elaborar este caderno do aluno sobre o Pantanal, o projeto Crianças das Águas - Pantanal, identidade e cidadania encarou o desafio de explicar de forma simples como funciona a dinâmica das águas e da vida na planície pantaneira. Acreditando na máxima "conhecer para conservar", a Ecoa busca levar às escolas do Pantanal informações que ajudem no reconhecimento da importância dessa região.

A ideia de elaborar um material com esse foco também colabora para minimizar um problema que afeta as comunidades escolares do Pantanal: a falta de materiais contextualizados sobre a região, que incentivem o olhar dos alunos para o local em que vivem e, que, consequentemente, promovam a conservação da região.

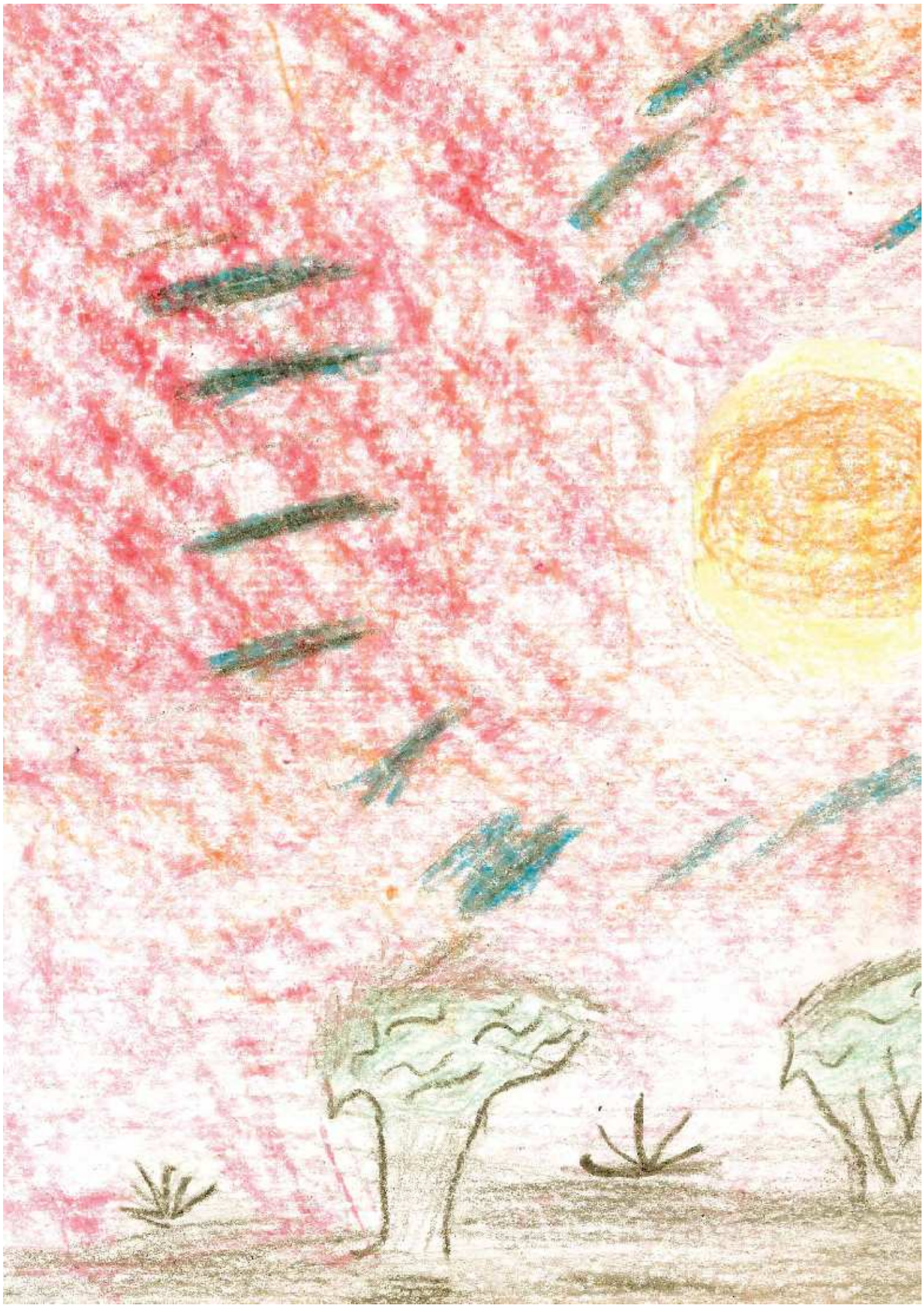
Em oficinas realizadas nas comunidades com professores e alunos foram coletadas sugestões para compor este caderno, além dos preciosos desenhos que demonstram a expressão dos alunos sobre seu território de vivência.

Ao longo da publicação, o narrador vai desvendando os segredos de como acontecem os processos de interação entre seres humanos, animais, plantas, solo, água e tudo mais que faz parte do Pantanal. E convida os jovens leitores a refletirem por meio de atividades sobre os temas abordados.

Este material não poderia chegar aos alunos e professores sem a fiel parceria de todos os envolvidos no projeto, que além das ações de educação, promove atividades para melhoria da saúde e promoção da cidadania nas comunidades Porto da Manga, Paraguai-mirim e São Lourenço, no município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

Esta é uma leitura obrigatória para quem vive no Pantanal e quer entender um pouco mais sobre como é esse mundo das águas tão especial.

Boa viagem!



Sumário

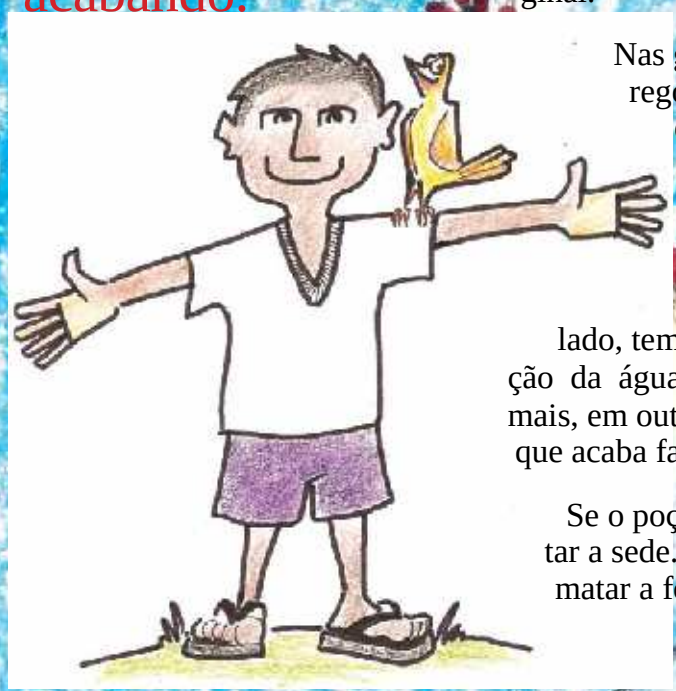
apresentação 07
nosso planeta água 10
Quando a água não é boa 12
Ciclo da vida 13
as águas vão rolar 14
Por que o Pantanal é assim? 16
a bacia pantaneira 17
Corumbá é aqui 18
É uma história longa! 19
Gente de todo lugar 20
economia do boi, turismo e pesca 20
lendas e mitos 21
Palavras e histórias 22
Pra sempre conservado 23
Mas é assim por quê?..... 24
os vários pantanais 24
Fronteiras da vida 25
Bicho pantaneiro 26
Piracema 26
Fartura de plantas..... 27
Conservar no presente um bom futuro 28
onde mora o perigo? 28
a solução é conservar 30
a bacia do alto Paraguai 31

Vapor, nuvem, gota, sereno, neblina, chuva, poça, corixo, córrego, rio, mar...

Nosso planeta tem tanta água que, quando o primeiro astronauta olhou lá do espaço, gritou, surpreso: “A Terra é azul!”

A verdade é que tem muito mais água do que terra no planeta Terra. Três vezes mais. Talvez fosse até melhor chamá-lo de Planeta Água. Ela é a verdadeira fonte da vida. Sem a presença desse recurso nada existiria por aqui. Nem planta, nem bicho, nem gente. Ela está presente no ar, no solo, debaixo do solo e em todos os seres vivos. Aliás, assim como no planeta, é o que mais tem no nosso corpo. De cada dez quilos do seu peso, sete são água.

Você já deve ter ouvido alguém falar que a água do planeta está acabando.



Será que isso é verdade mesmo?

Bem... é e não é. A quantidade que existe hoje é mais ou menos a mesma que existia há milhões de anos, no tempo dos dinossauros, e até antes. O problema é que só uma parte muito pequena é água doce. E, como nem toda água doce é potável – a salobra, além de ruim, faz mal – o que sobra é quase nada. O resto é água salgada do mar, ou então se encontra congelada nas altas montanhas, na forma de grandes geleiras ou está no subsolo profundo. Comparando, é como se a cada litro só uma gotinha fosse próprio para o consumo.

Só que a cada dia tem mais gente vivendo na Terra. Hoje já somos mais de seis bilhões de seres humanos, e toda hora esse número aumenta.

Quanto mais gente, maior o consumo de recursos naturais. Derrubam-se mais árvores, constroem-se mais casas e mais cidades surgem, alterando a paisagem original.

Nas grandes cidades, os rios e córregos estão sujos e poluídos e, em muitos casos, já nem existem mais, estão cobertos pelo asfalto de largas avenidas.

A poluição do ar, por outro lado, tem alterado o clima e a distribuição da água. Em alguns lugares chove demais, em outros chove de menos. É por isso que acaba faltando água para muita gente.

Se o poço secar, não vai dar para matar a sede. Se o rio secar, não vai dar para matar a fome.

Há tanta vida na água quanto na terra. Aliás, os cientistas afirmam que os primeiros seres vivos surgiram no ambiente aquático. Ou seja, ela não é só fonte de vida, mas também casa.

Peixe, caramujo, jacaré, sapo, ariranha... por mais que esses bichos sejam diferentes, todos dependem desse ambiente para sobreviver. Uns mais e outros menos, é verdade.

O que às vezes a gente não imagina é que na água habitam seres que para nós, humanos, são prejudiciais, trazendo doenças sérias. Eles são tão pequenos que não dá nem para ver, tanto que são chamados de microscópicos (micro significa muuuuuuito pequeno), ou micróbios. Eles têm até nomes, como protozoário, bactéria ou vírus e não têm cara de melhores amigos. Embora a maioria dos micróbios seja benéfica aos solos, às plantas e a nós mesmos, alguns nos causam doenças, e por isso têm de ser evitados.

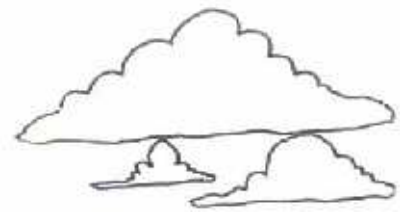
É fácil ter medo de onça porque aquele bicho é enorme, ou mesmo de barata, que é pequena, mas nojenta. Mas o que fazer se "a coisa" é tão pequena, mas tão pequena que a gente nem vê, e ela quer nos atacar? (Detalhe: eles agem por dentro do nosso corpo, e não por fora).

Vamos conhecer mais sobre as nossas águas?

Vou te dar algumas dicas: lave sempre as mãos com sabão, porque eles podem estar ali, tentando entrar no seu corpo. Não beba água diretamente da fonte (poço, rio ou córrego). Peça para sua mãe sempre ferver antes a água que vocês vão beber, porque o calor da fervura mata esses inimigos. Se puder, use filtro, daqueles de barro mesmo.

Existe ainda uma outra estratégia: adicionar um pouquinho de hipoclorito de sódio na água de beber. Antes de você dizer que nunca ouviu falar disso na sua vida, eu explico: esse troço é apenas água sanitária. Talvez você até conheça como quiboa, alvejante, cândida ou cloro.

Importante: não invente de brincar com essa coisa! Esse produto só deve ser usado por um adulto. E devem ser colocadas apenas vinte gotas, ou uma colherinha, a cada litro, deixando agir por meia hora, no mínimo. Essa água deve também ser usada para lavar as frutas e verduras das refeições. Assim você ficará a salvo!



A água, como tudo na natureza, obedece a um ciclo , que você deve conhecer bem.

Observe a roupa no varal: se ela seca, é porque a água que estava ali evaporou, se misturando ao ar e subindo cada vez mais alto, até formar as nuvens. Essas nuvens uma hora ficam carregadas e chovem, trazendo de volta a água para a terra, para os rios, para o mar e o subsolo.

Existe até um meio de provar isso: você já viu sua mãe erguer a tampa de uma panela quente? Viu como ali se formam pequenas gotinhas? É porque a água que evaporou com o cozimento dos alimentos ficou presa ali.

Tudo que vive tem água

Vamos fazer uma experiência? Para essa atividade, use um vaso com uma planta pequena. Você vai precisar apenas de saco plástico transparente. Se não tiver, pode ser daqueles brancos mesmo.

Procedimento:
- Cubra a plantinha com o saco plástico.
- Observe a planta ao longo do dia.

Resultados:
- Que mudança você observou na parte interna do saco?
- O que você encontrou ali?
- O que isso prova?
- Pesquise o significado da palavra transpiração e descubra o que isso tem a ver com o seu experimento.

Escreva as respostas, como faria um cientista em observação.

Ah! Não custa nada lembrar: não jogue o saco em qualquer lugar depois do experimento. Aliás, nunca jogue sacos plásticos de qualquer jeito na natureza, pois eles demoram tanto tempo para se desmanchar que nem seu tataraneto veria isso acontecer.

Você já viu uma bola de futebol subir um terreno sozinha? Aposto que não. Mas acho que já correu atrás da bola na descida muitas vezes. Por conta disso, já deve ter escutado que “pra baixo todo santo ajuda!”

Diz que uma vez caiu uma maçã na cabeça de um inglês chamado Isaac Newton, e ele se perguntou: “Por que a maçã não sobe, ao invés de cair?” Se fosse eu, iam me chamar de besta, e até devem ter feito isso com ele. Mas ele era um cientista. Por isso pensou, pensou e depois ficou famoso por ter descoberto que isso era uma lei da natureza, a Lei da Gravidade.

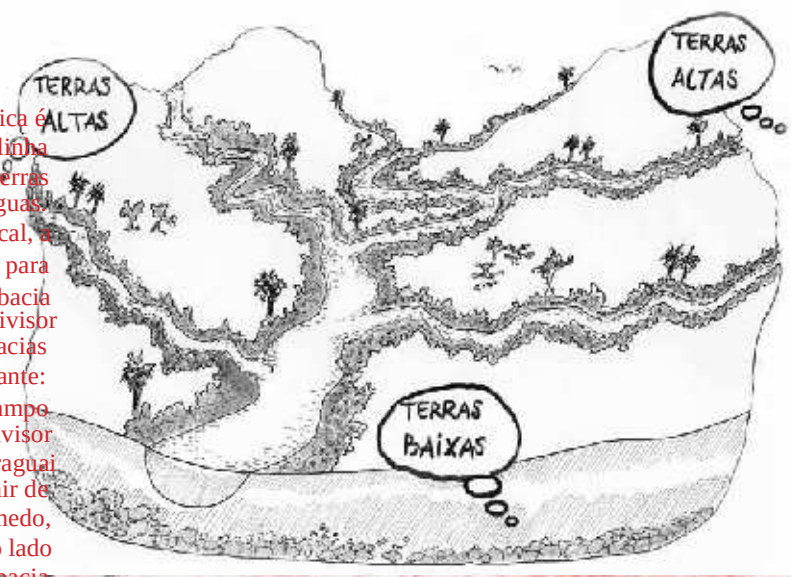
Mas, o que você tem com isso? Tem que o tema aqui é água, e ela também obedece a essa lei. Nenhum rio sobe. As águas sempre seguem um caminho que vai das terras mais altas para as mais baixas. As mais altas são montanhas, serras, morros e planaltos. As mais baixas são as planícies e, os mares e os aquíferos, que são camadas do subsolo que funcionam como se fossem uma esponja onde a água fica armazenada.

Assim, as águas das chuvas, da neblina e das nascentes “descem”, procurando terrenos mais baixos, formando córregos e riachos, que se juntarão, formando pequenos rios. Esses rios se juntam a outros, e a mais outros, em direção a um rio maior, principal. Essa área, desde as terras altas até o rio principal, funciona como se fosse uma bacia.

É por causa disso que chamamos essas terras de bacia hidrográfica (hidro significa “água”, e grafia significa “escrita”). Ou seja, a água que nasce das terras altas “escreve” seus caminhos no terreno, na forma de nascentes, córregos, riachos e rios, numa caligrafia talvez muito pior que a minha e a sua, mas que pode ser representada em um mapa.

Portanto, a bacia hidrográfica é a área de drenagem de um rio principal.

O limite de uma bacia hidrográfica é representado por uma espécie de linha imaginária que passa no topo das terras altas, chamada de divisor de águas. Tem esse nome porque, nesse local, a água escorre ou para um lado ou para o outro, ou seja, vai parar numa bacia ou na bacia vizinha. Por isso, o divisor de águas é o limite entre duas bacias hidrográficas. Olha que interessante: boa parte da rodovia que liga Campo Grande a Rochedo percorre o divisor de águas entre a bacia do Alto Paraguai e do Paraná. Logo depois de sair de Campo Grande em direção a Rochedo, a maior parte das terras vistas do lado esquerdo da estrada faz parte da bacia do Alto Paraguai.



Quanta água sua família consome?

Observe a rotina da sua casa por uma semana e marque na tabela abaixo quantos litros de água vocês consomem em atividades do dia-a-dia.

Aproveite para descobrir se há ou não desperdício. Ou seja, se em algumas atividades não é possível consumir menos.

Quanta água (em litros) é usada para:	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
Beber								
Cozinhar								
Tomar banho								
Regar as plantas								
Dar aos animais								
Lavar roupa								
TOTAL								

Vo cê já tentou construir um riozinho no quintal de sua cas a? Se não, experimente. C ave uma vala pequena num terreno um pouco inclinado e depois despe- je água. Você poderá provar a tal da Lei da Gravidade e verifica como a água se acumula no final da inclinação. Esse é um modelo em mi ni atura do que acontece na região em que vi ve.

Quando as águas correm para um córrego ou rio que não é o principal da região, a área drenada para esse curso d'água menor é chamada de microbacia. Várias microbacias, somadas formam a bacia hidrográfica principal. A microbacia do córrego Band'Alta, nos municípios de Ladário e Corumbá, é um exemplo muito interessante: diferentemente da maioria, ela acaba em uma baía, que por sua vez desemboca no rio principal. De tão pequena, seus limites podem ser observados sem sair do lugar. Nas terras baixas localizam-se a Baía Negra, a Baía do Arroz e a planície inundável do rio Paraguai; as terras altas são o topo da Morraria do Urucum, que nesta área forma um "U" em torno da planície. Um bom local para avistá-la é o final do aterro da Codrasa, em Ladário. Vamos lá?

Mas o experimento não acaba aí. Se você continuar, regularmente, a despejar água nesse riozinho, vai descobrir uma coisa: com o passar dos dias, o leito vai ficando mais raso, até sumir. O que acontece é que as próprias margens vão se desmanchando, se deteriorando, até nivelar o terreno. O nome disso é erosão. Esses sedimentos vão se acumulando ao longo do leito, rio abaixo, num processo chamado de assoreamento.

O que impede que isso aconteça com os grandes rios é a mata em volta, chamada de ciliar, que deixa as margens firmes, protegidas da própria força da água. Ela tem esse nome porque lembra os cílios que protegem os nossos olhos contra sujeiras.

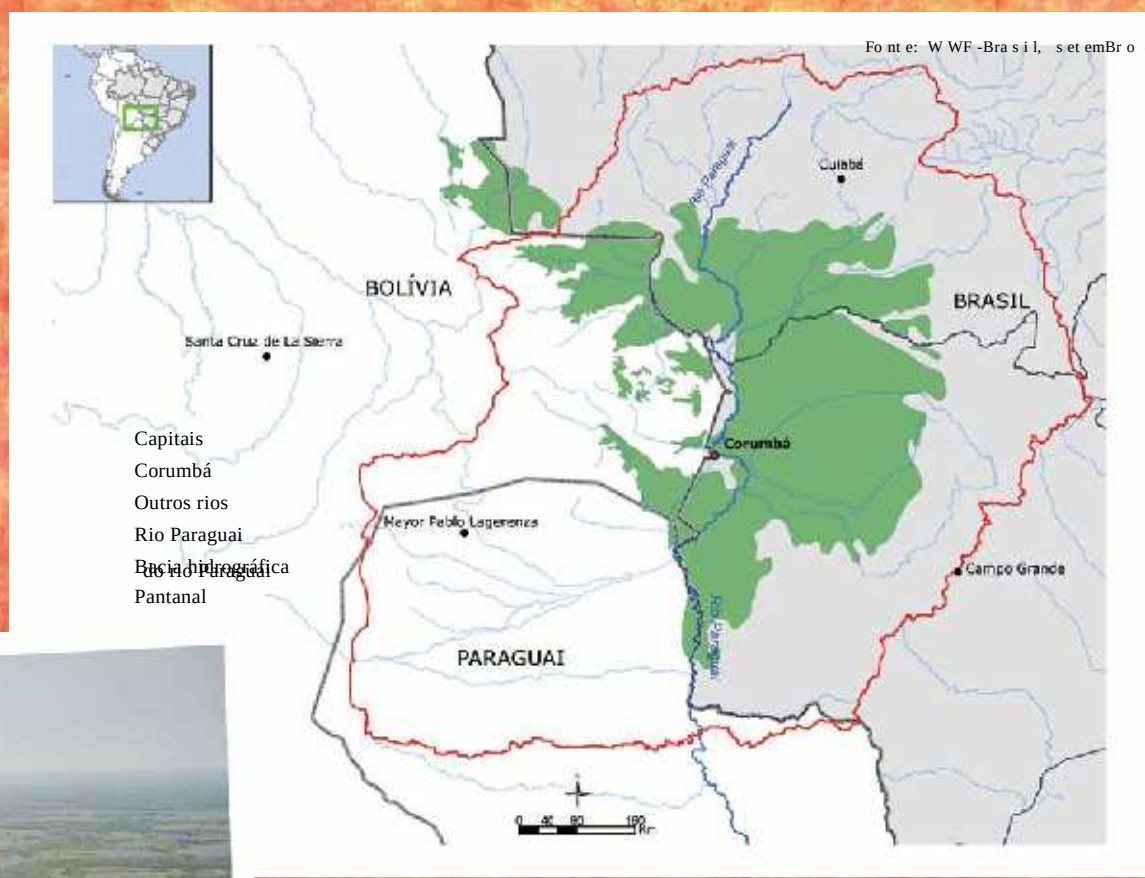
Hoje um dos maiores problemas do Pantanal é esse acúmulo exagerado de sedimentos por conta da erosão. E a erosão ocorre por causa do desmatamento, da eliminação da mata ciliar. Alguns rios estão ficando cada vez mais rasos, atrapalhando o fluxo das águas. Temos como exemplo disso o rio Taquari.

A natureza possui um equilíbrio frágil, e qualquer ação humana que altere o ambiente inicial pode trazer mudanças prejudiciais. O bom é usar dos recursos naturais sem agredir o meio, modificando-o o mínimo possível. Senão daqui a alguns anos podem faltar alguns bens preciosos e até o próprio rio pode desaparecer. Basta pensar assim: se o rio não oferece condições, algumas plantas aquáticas ou da beira do rio podem sumir. Sem as plantas, o peixe fica sem alimento. Do mesmo modo, as ariranhas, os jacarés e algumas aves, que se alimentam de peixes. E algumas aves ajudam árvores a se reproduzir, carregando suas sementes. Se isso não acontece, já era. É como arrebentar a ponta de uma teia de aranha: logo, logo, tudo despenca.

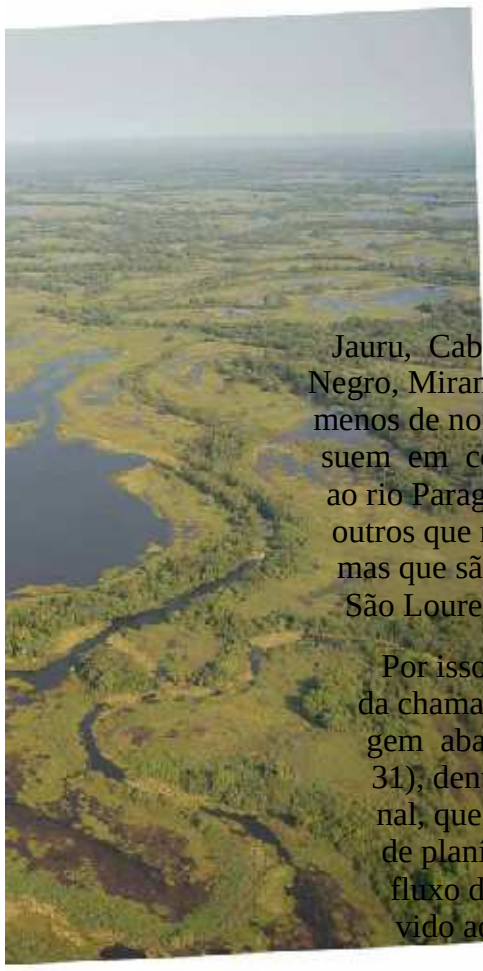
O Pantanal faz parte de uma grande bacia hidrográfica, a bacia do Alto Paraguai (vamos falar mais sobre ela adiante). Isso quer dizer que ele está localizado em uma região que drena suas águas para um trecho do rio Paraguai, desde suas nascentes até uma grande planície, a planície pantaneira.

Esse fenômeno ocorre há milhões de anos, e a cada vez que água desce, traz consigo pequenos pedacinhos de terra, pedregulhos, areia, restos de plantas e animais, os chamados sedimentos, que se acumulam no terreno. Por isso dizemos que o Pantanal é uma planície sedimentar.

Usando linguagem de professor, diríamos que no Pantanal as águas vêm da região de planalto (terras altas) até a região de planície (terras baixas). Como a planície pantaneira é bem baixa em relação ao nível do mar e o terreno é muito plano, vários rios se encontram ali e acabam transbordando. Isso faz com que a água escoe lentamente, acumulando muito na cheia, como numa enorme poça rasa, antes de escoar para terrenos mais baixos ainda. Essa é a explicação para o fato de o Pantanal alagar mesmo não havendo chuvas na planície.



Fonte: WWF-Brasil, setembro de 2009



Jauru, Cabaçal, Sepotuba, Cuiabá, Taquari, Negro, Miranda, Apa. Você deve conhecer pelo menos de nome, esses rios. Mas o que eles possuem em comum? Todos correm em direção ao rio Paraguai, o principal da bacia. Ainda há outros que não desembocam diretamente nele, mas que são parte do mesmo sistema, como o São Lourenço, o Piquiri e o Aquidauana.

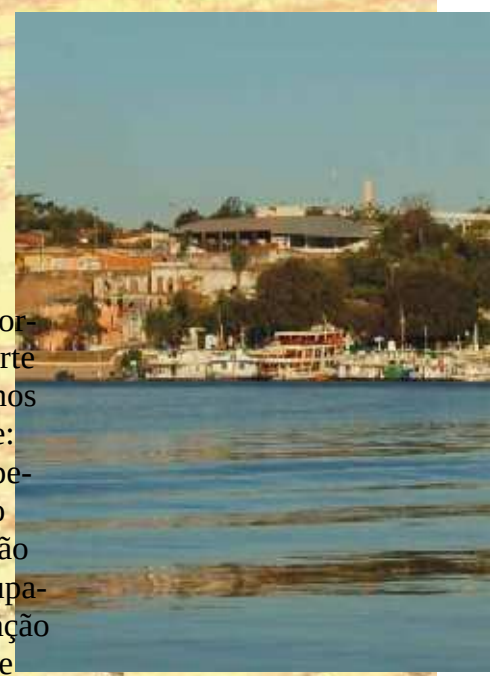
Por isso dizemos que eles fazem parte da chamada bacia do Alto Paraguai (imagem abaixo e confira também a página 31), dentro da qual se localiza o Pantanal, que, como você já sabe, é uma região de planície que alaga devido ao grande fluxo de água correndo lentamente, devido ao terreno ser muito plano.

A bacia do Alto Paraguai (BAP) envolve três países: Brasil, Paraguai e Bolívia. No Brasil, a BAP é a principal referência para as pesquisas sobre o Pantanal. Mas se levarmos em conta todos os rios que influenciam o Pantanal, a área da bacia é ainda maior e envolve mais rios de outros países, veja o mapa acima.

Num sistema complexo como esse, todos os rios têm grande influência no equilíbrio ecológico. Aliás, você sabia que eco significa casa? Nossa casa? Portanto, preservar os rios é preservar nossa moradia, o local onde vivemos.

Nas proximidades das nascentes, os córregos e rios são como crianças. São lugares de equilíbrio mais frágil, em que qualquer alteração pode trazer prejuízos para toda a bacia. Eles aumentam de volume na medida em que recebem as águas, até desembocar em outros, criando uma espécie de teia complexa e garantido a existência de inúmeras espécies vegetais e animais.

Talvez você nem saiba, mas Corumbá é o maior município do Brasil e um dos maiores do mundo. Com a vantagem de não ser, nem de longe, o mais populoso. Isso é uma grande vantagem, ainda mais se a área urbana do município, ou seja, a cidade de Corumbá, for comparada a outras como São Paulo, que é um grande centro urbano, com uma população muito grande. Porque quanto mais gente dividindo o mesmo espaço, mais construções devem ser feitas, e assim sobra menos área natural, preservada, como florestas e rios. Aliás, o principal rio de lá, o Tietê, é um dos mais poluídos do mundo e a sua vegetação natural, a Mata Atlântica, já foi quase inteiramente destruída (não é à toa que a cidade é chamada de "selva de pedra").



Em Corumbá, cidade recortada pelo rio Paraguai de norte a sul, a realidade, pelo menos até agora, é bem diferente: além de a área urbana ser pequena, há muita vegetação nativa. Porém, o território não está a salvo: as ações de ocupação do Pantanal, com criação de indústrias, como as que produzem álcool, e a exploração de minérios podem alterar profundamente a geografia da região. Geografia é uma palavra bonita, significa desenho, escrita da Terra, ou seja, é o estudo das características de regiões, bacias hidrográficas, países e municípios, entre outros.

Falando nisso, você sabe o que significa a palavra Corumbá?

Bem, existem algumas explicações: no dicionário está escrito que o termo significa "lugar distante, esquecido". Mas algumas pessoas falam que o nome vem de "corumbatá", peixe que dá bastante por aí. E ainda tem outros que dizem que os índios já chamavam há muito tempo o local de "curupáh", que significa "região com muita aroeira".

As palavras são mesmo assim: sempre têm histórias a contar, e nem sempre se sabe ao certo qual delas é a verdadeira.

Os índios do Pantanal, principalmente os Guató e os Paiaguá, já usavam o rio Paraguai para navegação e como fonte de alimentos há muito tempo. Na verdade, o registro mais antigo da presença humana na região tem mais de dois mil anos! Foi só por volta de 1524 que começam a aparecer por aqui os povos espanhóis e portugueses, que haviam partido de seus países em busca de novas e mais riquezas.

Eles procuravam por ouro e prata e escravizavam índios paraguaios para trabalhar em outros lugares. Houve inclusive muitas disputas entre os habitantes nativos e os exploradores. Tanto que os Paiaguá foram completamente dizimados.

Se os índios defendiam suas terras e suas gentes da exploração, os estrangeiros atacavam e defendiam-se uns dos outros na tentativa de dominar e proteger as regiões que exploravam. A busca pelos metais preciosos e a defesa dos territórios levou os portugueses a construírem o Forte de Coimbra. Isso foi em 1775. É a partir dessa primeira construção que surgiram as cidades de Ladário e Corumbá, que acabaram atraindo mais pessoas para cá.

Como se não bastasse tudo isso, a nossa região testemunhou uma guerra terrível, em que três países, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, lutaram contra o Paraguai por motivos difíceis de entender para quem é de fora: diz que a briga foi por causa de fronteiras e domínio sobre o rio da Prata. Esse triste evento é chamado de Guerra do Paraguai, e durou de 1864 até 1870.

Durante a guerra, as tropas paraguaias chegaram a invadir Corumbá para poder dominar o porto, que é muito importante para a economia (a economia está relacionada a todo tipo de produção de bens e serviços, ganhos e gastos de dinheiro). Isso significa que por algum tempo a cidade pertenceu a outro país. Imagine como seria se fosse assim até nossos dias!

O que ficou de toda essa história é que o Paraguai perdeu não só a guerra, mas mais da metade da sua população. É realmente muito triste.

Hoje já não há mais guerras, mas a facilidade de transporte pelo rio e o porto podem atrair novos perigos, como indústrias, para a natureza da região. Além disso, a construção de uma hidrovia no rio Paraguai pode trazer enormes impactos para a vegetação e os animais do Pantanal. Hidrovia é uma via de transporte muito grande, uma verdadeira estrada aquática, o que exige mudanças no leito original, como aprofundamento do leito e mudanças no curso para evitar as curvas.

entrevista

Escolha a hora em que seus pais, seus avós ou alguém mais velho não estão ocupados e tente descobrir as origens de sua família, a história de seus antepassados.

Pergunte:

a) Desde quando a família vive na região;
b) De onde vieram;
c) Por que a família resolveu ficar;
d) O que mais gostam do lugar onde vivem;
e) Se gostariam de viver em outro lugar e por quê.

Anote as respostas para comparar com a de seus amigos.

O porto, a guerra, a escravidão, as explorações e a busca por uma vida melhor são coisas que sempre fazem as pessoas mudar de lugar: migrar. E nossa região possui muitos imigrantes. Desde aquele ano de 1524, muita gente passou e ficou por aqui.

Pergunte a seus pais de onde as famílias deles são. Você provavelmente vai ouvir que são de famílias paraguaias, bolivianas, paulistas, mineiras, mato-grossenses, paranaenses, nordestinas ou gaúchas, além das referências às origens indígenas.

É isso que a gente chama de pantaneiro: um povo formado por várias influências culturais que vive e convive com o Pantanal.

Cultura é aquilo que caracteriza um povo: seus hábitos, suas festas, sua comida, suas crenças, seu trabalho, suas histórias, seu jeito de falar e suas relações com o mundo.

O que você acha que é "de verdade" cultura pantaneira? Tomar terere? Saber tocar berrante? Conhecer mais de planta e bicho de cor? Ser um ótimo pescador? Nadar bem? Saber se virar? Comer sopa paraguaia e chipa? Ouvir chamamé, polca, tocar viola? Viver da fartura dos rios?

Pois então. Tudo isso faz parte da cultura pantaneira.

Hoje em dia o que mais atrai pessoas para a região do Pantanal é o turismo. Essa atividade tornou-se muito importante nos últimos anos porque os habitantes dos tais grandes centros urbanos procuram em outros lugares a beleza que não encontram em suas cidades. Existem várias atividades turísticas, como passeio, aventura e pesca.

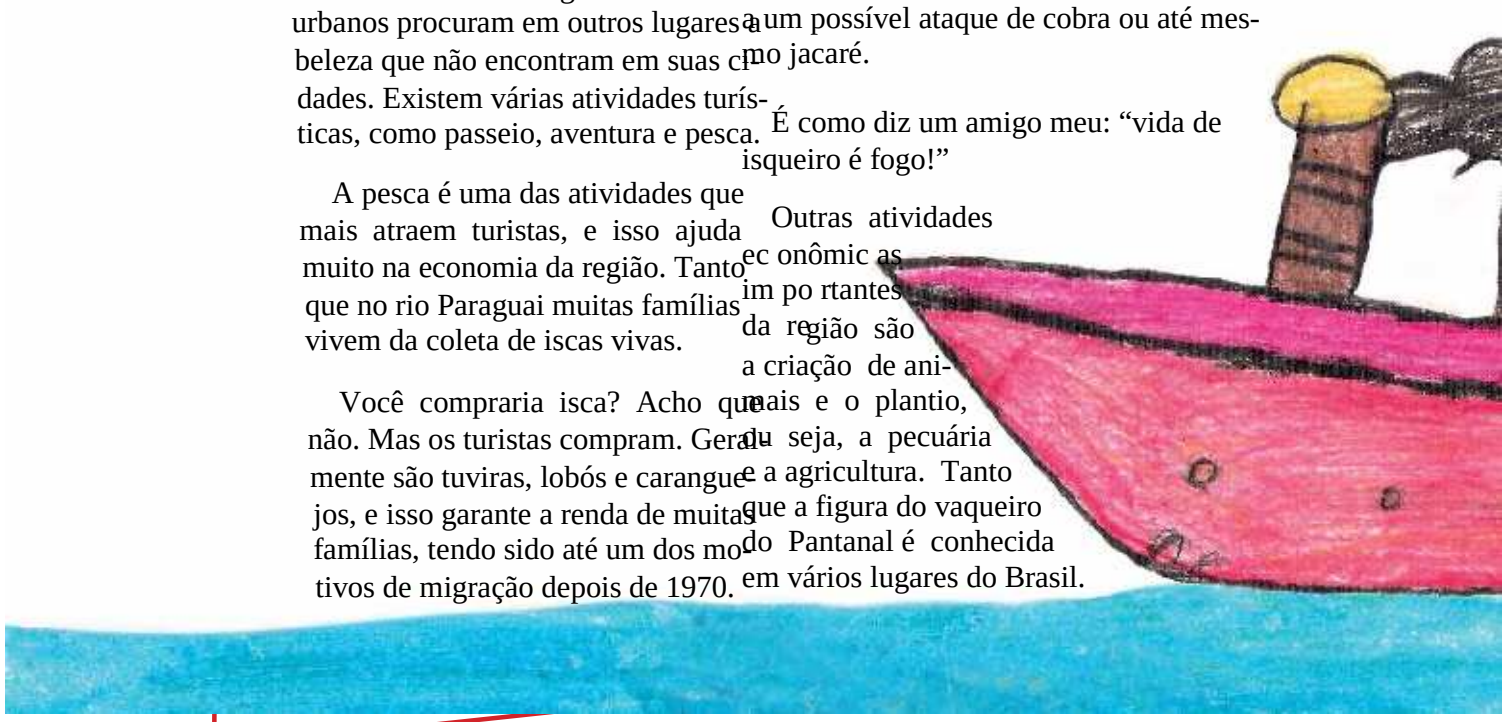
A pesca é uma das atividades que mais atraem turistas, e isso ajuda muito na economia da região. Tanto que no rio Paraguai muitas famílias vivem da coleta de iscas vivas.

Você compraria isca? Acho que não. Mas os turistas compram. Geralmente são tuviras, lobós e carangueijos, e isso garante a renda de muitas famílias, tendo sido até um dos motivos de migração depois de 1970.

Apesar da vantagem de ganhar dinheiro, o trabalho é um pouco arriscado, pois os isqueiros ficam horas e horas no rio, às vezes sofrendo com o frio ou se arriscando a um possível ataque de cobra ou até mesmo jacaré.

É como diz um amigo meu: "vida de isqueiro é fogo!"

Outras atividades econômicas importantes da região são a criação de animais e o plantio, ou seja, a pecuária e a agricultura. Tanto que a figura do vaqueiro do Pantanal é conhecida em vários lugares do Brasil.



Todo mundo adora uma boa contação de histórias. Principalmente aquelas que nos deixam com a pulga atrás da orelha, ou seja, desconfiados.

No Pantanal existem muitas figuras que estão sempre presentes nas histórias e fazem parte da cultura local. Assim como os ditos populares, as cantigas, as anedotas, as lendas e mitos, elas fazem parte do folclore (essa palavra vem do inglês, significa "conhecimento do povo"). São passadas de geração a geração, alimentando a curiosidade e também o medo nos mais novos.

Você já ouviu falar do Saci, não ouviu? Você sabia que no Pantanal ele é diferente do resto do país? Enquanto em muitos lugares é um garotinho negro de uma perna só, no Pantanal ele é loiro. Diz a lenda que é um menino que se perdeu quando procurava um carneiro e nunca mais voltou. Depois disso, se transformou no Saci, um protetor das matas.

Além dessa, muitas outras histórias são contadas pelo povo. Algumas delas são:

Mãe d'água: Linda, loira, é vista às vezes se penteando em alguma pedra do rio. É uma protetora das águas. Tanto que as pessoas dizem que em dia que pescador não pega peixe, a Mãe d'água benzeu o anzol.

Minhocão: Essa serpente longa e cabeluda aparece sempre virando barcos, derrubando pescadores e desmoronando os barrancos. Um senhor me contou que o Minhocão vivia no rio Cuiabá, mas acabou vindo para cá porque não agüentava mais a poluição. Não sei se é verdade, só conto o que me contaram.

Anta bondosa: É uma criatura sobrenatural que protege as crianças pantaneiras que se perdem na floresta, mas que também pode dar sumiço em muita gente.

Mãozão: Cada um descreve o Mãozão de um jeito, mas o que eu mais gosto é da imagem de um sujeito enorme, peludo, sem rosto, com um só olho, que se passar a mão na sua cabeça te deixa doido, sem saber nem como voltar pra casa.

Pé-de-garrafa: Tem esse nome porque quem encontra seu rastro diz que ele tem um só pé redondo, que lembra o fundo de uma garrafa. É um monstro meio humano, coberto de pelos, que devora gente. Atenção: em volta do umbigo não tem pelo, e esse é o seu ponto fraco. Se você quiser atacar, é aí que tem que dar o golpe. Dizem que ele tem cara de cavalo, com apenas um olho no meio da testa, mas alguns também afirmam que tem aparência de cachorro, ou mesmo de gorila.

Dono dos porcos: Quem mata animal sem necessidade vai ter que se ver com esse espírito encantado. E não adianta fugir, porque ele vai te pegar.

Negrinho d'água: Ele se parece com o Saci-Pererê que as pessoas conhecem fora do Pantanal: é um menino que adora dar sustos e aprontar com pescadores, virando barcos e emaranhando linhas e anzóis debaixo d'água. Há vários deles morando numa cidade no fundo do rio, para onde eles levam alguns pescadores para dar umas surras.

Lobisomem: esse todo mundo conhece! Meio lobo, meio homem. Aparece em noite de lua cheia e se te morder já era, você vira lobisomem também. Para se proteger o único jeito é fazer o sinal da cruz.

Cultura: causos e coisas

1) Você já viu algum ser da floresta? Conhece alguém que já viu? E que causos você conhece desses seres misteriosos? Conte uma história bem assustadora, depois desenhe e mostre para seus amigos, para todos saberem como ele é. Capriche na arte!

2) O que é ser pantaneiro? Tente descobrir o que faz de você um autêntico habitante da região. Faça um exercício de observação e depois pergunte a seus amigos e aos mais velhos o que todos têm em comum, ou seja, qual é a cultura que os une. Depois escreva todas essas características e compare com as de seus colegas.

Uma das coisas de que eu mais gosto são as palavras. Acho que a função delas vai muito além de contar histórias, pedir coisas, explicar e expressar o que sentimos. Muito mais. Elas são uma das maiores marcas da nossa cultura. Tinha até um poeta, o Fernando Pessoa, que falava: "Minha pátria é minha língua!" Ele queria dizer com isso que não era português nem brasileiro, mas falante da língua portuguesa. Essa era a sua marca, sua identidade.

Isso sem contar que na nossa língua tem palavra sobrando, quer dizer, eu posso escolher, entre várias, aquela que mais me agrada, aquela que serve melhor em determinada situação. É como roupa: tem umas que a gente acha mais bonitas, outras que são muito arrumadinhas e até aquelas para usar em dia de festa.

Por exemplo: a palavra *mandioca. Eu a considero muito bonita, pois não é só uma palavra, é uma história inteira.*

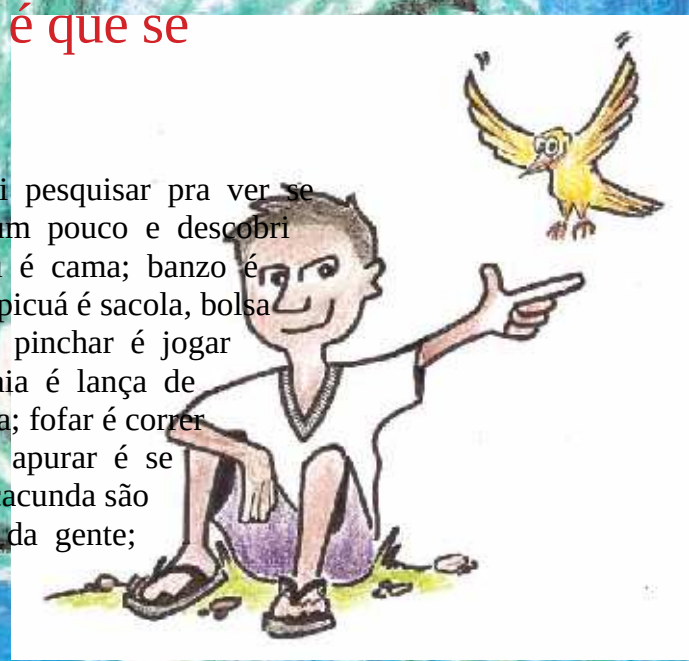
Você conhece? Diz a lenda que havia uma indiazinha muito bonita, chamada Maní. Um dia ela morreu, e do lugar onde foi enterrada, regada pelas lágrimas de sua mãe, surgiu uma planta de raiz saborosa. Era um presente dela para os vivos. Assim surgia a maníoca, ou mandioca, que significa "casa de Maní", essa delícia de nossos pratos.

O Brasil é tão grande que é possível encontrar várias maneiras de falar a mesma coisa, uma para cada região. A mandioca, por exemplo, também é chamada de aipim e de macaxeira. Menino, moleque, guri, piá e bacuri são palavras diferentes usadas em lugares diferentes, mas significam a mesma coisa.

e no Pantanal, como é que se fala?

Eu resolvi pesquisar pra ver se aprendo um pouco e descobri que: Jirau é cama; banzo é preguiça; picuá é sacola, bolsa de couro; pinchar é jogar fora; zagaia é lança de matar onça; fofar é correr de medo; apurar é se arrumar; cacunda são as costas da gente; carapé é baixinho; nhá é senhora; mandado é valente; dar no padre é estar de saco cheio; a hora do pagar do pato (ou do padre) é bem de manhãzinha; fofador de bicho é cavalo corredor; pachola é coisa de boa qualidade, ou indivíduo cheio de si; pé-de-pau é árvore; platudo é rico; gravanha é lugar que ninguém sabe onde fica; furungar é vasculhar; xucro é bicho bravo; sabereta é sabidão; larifo é trapaceiro e estrovenga é coisa esquisita.

Acho que ainda não aprendi nem um pouco de tudo o que você sabe. Mas vou continuar estudando!



Você se lembra quando falamos de equilíbrio na natureza? Vamos tentar aprofundar aquela ideia um pouco mais, porque, afinal, que tipo de equilíbrio é esse?

Vamos lá: imagine se acontecesse de a letra "U" desaparecer, como é que eu poderia escrever "tuiuiú", por exemplo? Ia ficar "tii" e ninguém ia entender mais nada.

Eu sei que a letra não vai desaparecer, é só para imaginar. Ainda assim, novamente você vai me perguntar o que isso tem a ver com a história, né?

Tem a ver sim! Você aprende na escola que as letras formam sílabas, sílabas formam palavras e as palavras formam frases, não é? Então a falta de uma única letra pode deixar a história toda meio capenga. Porque nada existe sozinho, tudo faz parte de um sistema.

Na natureza ocorre algo parecido, mas a gente chama isso de ecossistema, e ele envolve tudo o que existe numa região: o solo, a água e os seres que ali habitam, cada coisa ajudando na formação de uma organização equilibrada. Para você ter uma ideia, até um deserto, com toda aquela areia e pouquíssima água, forma um ecossistema organizado.

Poderíamos ir ainda mais longe e dizer que, se um ecossistema é feito de um grupo de comunidades e os seus elementos funcionando em harmonia, então um corixo, uma árvore, um trecho de mata, uma poça d'água e até os jardins de uma casa seriam pequenos ecossistemas.

E assim como duas pessoas não escrevem do mesmo jeito, cada ecossistema é único, porque não existem dois lugares iguais no mundo, com o mesmo clima, mesma geografia, mesmo solo e a mesma quantidade de água disponível.

Porém, podem existir lugares semelhantes. Existem algumas outras regiões alagadas que são um pouco parecidas com as nossas. E, como cientistas adoram observar, classificar e dar nome difícil para tudo, resolveram que um conjunto de ecossistemas parecidos formam um bioma (não se esqueça dessa palavra: bio significa vida e oma quer dizer conjunto).

No Brasil, por ser um país muito grande, é possível identificar a presença de vários biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Pampa.

E o Pantanal? Não é um bioma do Brasil?

Então, isso é um problema. Uns dizem que é e outros que não é. De qualquer modo, podemos dizer que o Pantanal é muito complexo, porque é formado pela presença de características de vários outros biomas. É como se fosse uma colcha de retalhos, em que a gente encontra a presença de quase todos eles. Até pequenas marcas da Caatinga, que é de uma região superseca, o Nordeste do Brasil.

decifre o código

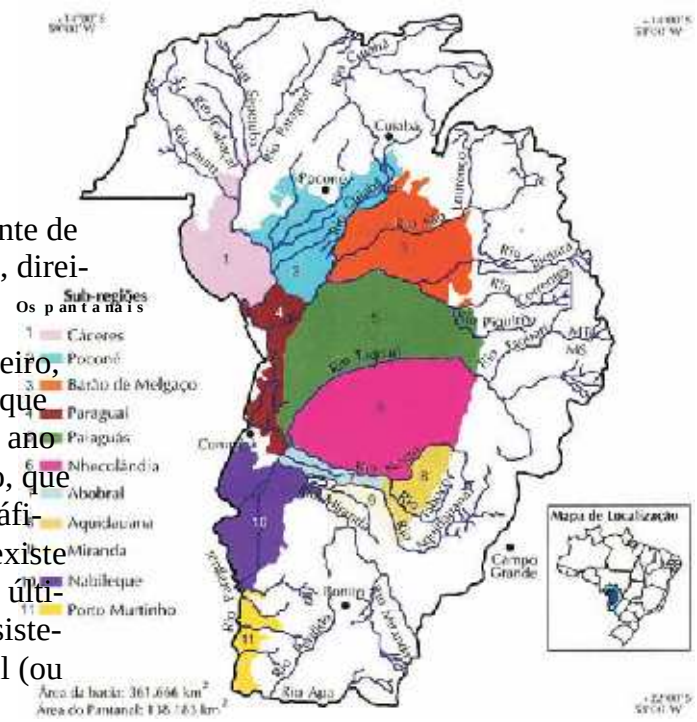
Depois de ver tantas palavras difíceis, eu te desafio a entender outras mais complicadas ainda! Elas foram escritas num código secreto que você vai desvendar! Busque no quadro a senha para decifrá-lo, substituindo os símbolos pelas letras que eles representam.

ã – ¬	s – µ	i – =	t – £
a – «	r – ¿	o – #	e – ±
g – ¬	p – ¡	b – §	m – *
u – ±	n –	c –	l – 8

As ˜ ¬ ± « µ formam ¿ = # µ
Os ¿ = # µ formam « § « = «
A § « = « forma os ¡ « £ « « = µ
Os ¡ « £ « « = µ formam o ¡ « £ « « 8
O ¡ « £ « « 8 é formado por vários # µ µ = µ £ * «µ # µ µ = µ £ * « µ formam § = # * « µ
Vários § = # * « µ formam o ¡ 8 « £ «

Tá, até agora já falamos de um monte de coisa, mas será que já dá para definir, direitinho, o que é Pantanal?

Vamos ver o que já sabemos: primeiro, que tudo depende de água; segundo, que a região, por ser planície, alaga todo ano por causa do ciclo das águas; terceiro, que o Pantanal faz parte da bacia hidrográfica do Alto Paraguai; quarto, que ali existe um frágil equilíbrio ecológico; e, por último, que tudo isso define vários ecossistemas locais e um dos biomas do Brasil (ou o encontro de vários deles).



Fonte: ABDON apud POTT & POTT, 1999

ufa! Parece muito? então senta, porque vem mais por aí.

Primeiro a gente precisa saber que o Pantanal é conhecido como uma área úmida. Isso quer dizer que a região tem na presença da água sua maior característica, e que só convivendo com a presença constante dela as plantas e os animais vão crescer, se reproduzir e se organizar, formando ecossistemas complexos, porém frágeis. Além disso, as áreas úmidas são responsáveis pela garantia de água em outros lugares, por meio de sua vazão.

Mas o Pantanal não é apenas uma área úmida, alagável. É a maior do planeta! Tanto que, além do Brasil, ela ocupa parte do Paraguai e da Bolívia.

Como se não bastasse, aqui é possível encontrar vegetações típicas de outros biomas, como Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica, um resumo de variedade. Pois então: isso é tão sério que quem estuda diz que na verdade existem vários pantanais. É que são muitas as diferenças de solo, de ciclo das águas, de fauna e flora em toda a região. Por isso, é total, onze pantanais formam o Pantanal. São eles: Pantanal de Cáceres, do Poconé, de Barão de Melgaço, do Paraguai, dos Paiaguás, da Nhecolândia, do Abobral, do Aquidauana, do Miranda, do Nabileque e de Porto Murtinho.

Para você entender melhor o que eu estou falando, o negócio funciona assim: no Pantanal do Paraguai o solo é arenoso ou arenoso-argiloso, num terreno bem plano, por isso essa região passa mais de metade do ano inundada. Com tanta água por aí, aparece muito bicho, principalmente peixes para a reprodução na época da piracema.

Já no Pantanal da Nhecolândia o solo predominante é arenoso e a região passa menos tempo inundada, de três a quatro meses.

Você com certeza já reparou nessas diferenças e pode fazer como os biólogos, observar a sua região. Como é o solo? Ele segura a água (é argiloso) ou deixa ela passar (é arenoso)? E as plantas? Tem mais planta que gosta de água ou de lugar seco? E quais são os bichos que mais aparecem por aí?

Parte de um sistema ainda maior!

Como se não bastasse tudo isso, o Pantanal ainda faz parte de algo maior, chamado de Sistema de Áreas Úmidas Paraguai-Paraná, que envolve cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Isso porque a bacia do rio Paraguai se encontra, lá embaixo, com outra, a bacia do rio Paraná. Isso por causa da tal da Lei da Gravidade, lembra? É que toda essa região é mais baixa em relação ao resto do continente americano, sendo por isso chamada de depressão.

O nosso planeta é muito grande. É tanta gente diferente em tantos lugares! Fica até difícil explicar onde nós estamos no meio de seis bilhões de pessoas, cinco continentes e 192 países!

Para explicar com exatidão onde moro, tenho que dizer que é em uma casa com o número 18, na rua Tipuana, que fica no bairro Coophatrabalho, na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Quanta coisa!

Para entender o porquê disso tudo, a gente precisa saber que existem três tipos de fronteiras, de divisões do espaço nesse mundo. Pode

Curiosidade: você sabe como é o nome dos animais pantaneiros na Bolívia? Eu descobri alguns para mostrar para você.

Jacaré – yacaré
Tuiuiú – bato ou tuyuyú
Cervo/veado – ciervo
Arara – paraba
Macaco – mono
Cachorro – perro
Capivara – capiguara
Formiga – hormiga
João-de-barro – hornero ou tiluchi
Libélula – aguacil
Tamanduá – hormiguero
Tatu – pejichi
Raposa – zorro
Porco – cerdo ou chancho
Borboleta – mariposa
Peixe – pez (o plural é peces)
Beija-flor – colibri ou picaflor

ser um leito de rio ou uma mudança no terreno e na vegetação. Isso cria fronteiras naturais. Mas há também as que são criadas entre cidades, estados e países, chamadas de fronteiras políticas, e as que são marcadas por famílias ou grupos de pessoas, formando propriedades, como casas e fazendas. Essas duas últimas são invenções humanas, ou seja, são artificiais.

O Brasil faz fronteira com quase todos os países do continente e nosso estado faz com dois deles, o Paraguai e a Bolívia.

Por conta dessas divisões, o Pantanal se estende por dois estados brasileiros (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e por três países (Brasil, Bolívia e Paraguai) da América do Sul, o nosso continente.

O Pantanal Boliviano está presente em vários municípios do país. Os principais são Puerto Quijaro, Puerto Soarez, El Carmen, Rivero Torrez e San Matias. Sua diversidade de flora e fauna é muito grande e dá para encontrar muitos animais que também existem por aqui. Aliás, em muitos trechos é possível perceber que a vegetação nativa ainda está muito mais conservada que a brasileira.

A região, além de muito de bonita, é importante para a economia, pois é usada para criação de gado e pesca. Além disso, lá há muito gás natural, carvão e ferro.

Gás natural e carvão são recursos não-renováveis (isso quer dizer que um dia eles acabam), encontrados sob o solo e que servem como fonte de energia. O ferro, também retirado do solo, é muito importante para as indústrias na fabricação de inúmeros objetos e ferramentas usados pelo ser humano.

Apesar de a região até agora ser uma das mais preservadas de todo o Pantanal, essas atividades são arriscadas para a preservação do meio ambiente, pois alteram bastante o meio, gerando poluição e desequilíbrio, e nós já vimos como o equilíbrio é importante para essa região.

É possível sim explorar e conservar, mas é preciso sempre ficar de olho para evitar abusos nesse tipo de atividade humana.

Você até já deve ter ido à Bolívia, ou conhece alguém que já foi. É um país muito belo e parceiro do nosso. Tem esse nome em homenagem a um grande homem, Simón Bolívar, que libertou o país da dominação espanhola. Da época dos exploradores o país herdou a língua espanhola, bastante bonita e até um pouco parecida com a nossa. Porém, lá também se fala muito o quíchua, língua indígena muito presente nos países da América Latina.

tinho de Caatinga e Chaco (típico do Pantanal paraguaio). Por isso é que tem gente que diz que o Pantanal não é exatamente um bioma, mas um local de encontro de vários biomas.

Isso faz com que a região possua uma enorme biodi-*versidade. Essa palavra se refere à variedade de espécies* animais, vegetais, de fungos e daqueles seres microscópicos dos quais falamos anteriormente, além das relações que eles mantêm com o próprio meio em que vivem.

¿hablas español?

Você conhece outras palavras em espanhol? Quais? Monte também uma tabela com seus amigos. No final vocês podem até construir um verdadeiro dicionário!

Já que estamos falando de biodiversidade, que tal falar dos animais e plantas do Pantanal?

A região é tão rica nesse sentido que os moradores das grandes cidades nem imaginam. Tem gente que só conhece arara e jacaré! E só de nome e fotografia, porque onde vivem não tem nada disso. Na verdade, em alguns lugares, nem peixe aguenta morar no rio.

Já que tocamos no assunto, você sabe por que os peixes morrem nos rios poluídos?

Você já passou perto de uma queimada? Ali é muito mais difícil de respirar do que em lugares com o ar limpo. Na água ocorre algo semelhante. Os peixes respiram de um jeito diferente, mas a qualidade da água é essencial para eles, assim como a do ar é pra gente.

Falar em bicho é falar em fauna. E por aqui a variedade é tão grande que até enjoa de falar. Só de espécies diferentes de borboletas são mais de mil; de aves, mais de seiscentas; além de duzentas e sessenta e três espécies de peixes e cento e vinte e duas de mamíferos.

As cheias da região obrigam muitos animais de lugar seco a migrar (lembra dessa palavra?), enquanto os animais que gostam de água podem se aproveitar de pequenas lagoas no período da seca. Ou seja, eles lutam sempre pela sobrevivência. Muitos morrem, é verdade, mas isso faz parte de um ciclo natural.

O problema mesmo é a matança cidadã pelos seres humanos. Teve uma época que era comum matar jacaré para usar o couro na fabricação de bolsas, você acredita? Mataram tantos que tiveram que proibir. Imagina o desequilíbrio que isso causa nos ecossistemas! Há várias espécies que ainda hoje estão ameaçadas de desaparecer, ou seja, de extinção, como a onça, o jabuti-do-cerrado e até mesmo a arara-canga. Agora pensa se ninguém fiscalizasse a pesca na região. Logo, logo, muitos animais sumiriam dos rios.

É por isso que na época da piracema, período em que certos peixes sobem o rio para reproduzir, a pesca é proibida. E é por isso também que hoje em dia as pessoas mais espertas gostam da pesca esportiva, aquela em que a gente pesca e depois solta o peixe.

Isso garante a sobrevivência de cachados, curimbas, jaús, lambaris, pacus, piraputangas, traíras e mandis, entre muitos outros.

Mas é importante lembrar: mesmo a pesca esportiva pode fazer muito mal, pois alguns peixes não sobrevivem e acabam morrendo depois de soltos.

Na piracema aqueles peixes subindo o rio é realmente algo muito bonito, assim como é bonita também a palavra, gostosa de pronunciar. Na língua indígena tupi, pira significa peixe e cema, saída.

Entre outubro e março diversos tipos de peixes nadam contra a correnteza até as cabeceiras para a desova.

Na cabeceira o rio está com a água mais turva e tranquila nesse período, o que cria um abrigo seguro, a salvo de outros peixes e da correnteza.

Por outro lado, diz o povo que se o peixe não subir o rio, os ovinhos não se desenvolvem e ele não dá cria. O próprio esforço da viagem é importantíssimo para o amadurecimento das ovas desses peixes, é parte indispensável do processo.

Assim fica muito evidente a sua importância: quanto menos peixes sobem o rio, menos peixes no ano que vem! Por isso existe a proibição da pesca.

As plantas, ou seja, a flora do Pantanal também apresenta enorme variedade de espécies, algumas delas servindo até de remédio. É uma verdadeira farmácia natural.

Sua mãe já te deu erva de santa-maria? E chá de hortelã-bravo? Eles são ótimos remédios pra verme. Assim como casca de paratudo é excelente pra diarréia e jatobá pra tosse. Esse conhecimento vem de muito tempo, dos indígenas, não tem preço e deve ser sempre preservado. Mas é claro que só adulto mexe com remédio, né? Não vai inventar de comer qualquer coisa, porque se algumas plantas servem de remédio, muitas outras são venenosas, e mesmo planta medicinal pode fazer mal, se usada em excesso ou sem necessidade.

Mas a importância não é só essa. As plantas são também alimentos, moradia para animais, garantindo a sua sobrevivência, além de serem uma cobertura natural da terra, evitando que o chão fique exposto, pelado mesmo. Por isso, desmatar o Pantanal para a formação de pastagens para a criação de gado ou para produção de carvão é tão perigoso para meio ambiente, e pantaneiro que é pantaneiro mesmo não deste capões, cordilheiras e outros tipos de vegetação para criar gado. Ao substituir a cobertura vegetal nativa por capim "estrangeiro", pode ocorrer um forte desequilíbrio, tanto no solo quanto nos ciclos da água e na vida dos animais, que terão que migrar novamente em busca de comida e abrigo.

A vegetação pantaneira, como você sabe, não é toda igual, mesmo porque os terrenos não são iguais. Tudo depende da localização, da possibilidade ou não de inundar e do tipo de solo. Nos capões e nas cordilheiras, por exemplo, que são áreas mais altas, verdadeiras ilhas de vegetação, a gente encontra aroeira, figueira, angico-vermelho, piúva, cambará, araticum, mangava, caroba, embiruçu, gravateiro, cedro e capim-mimoso, entre outras. Nas baías, aquelas lagoas rasas, bonitas, dá pra achar aguapés, camalotes, chapéu-de-couro, vitória-régia, alface-d'água, pé-de-sapo, trevo-de-quatro-folhas e capim-de-capivara, além de arroz-bravo e grama-de-carandazal.

Além disso, existem os acurizais, algodoais, carandazais, buritizais, espinheirais, paratudais, pirizais e canjiqueiriais.

Esqueci alguma?

Brincando de ser biólogo

Biólogos são os cientistas que estudam a vida. Eles são ótimos observadores e gostam de classificar tudo. Para isso eles usam um método: classificam os animais, as plantas e micróbios por suas diferenças e semelhanças.

Por exemplo: animais que têm penas são aves e os que têm pelos e mamam são mamíferos. Se vivem dentro da água, têm nadadeiras e nunca fecham o olho, são peixes.

Existem os animais de corpo mole, sem pernas, meio gosmentos e que andam beeemmm devagar. São os moluscos. Existem moluscos na água também, e alguns têm tentáculos, que lembram braços.

Os répteis são animais de corpo frio, cobertos por escamas, carapaças ou placas dérmicas, como é o caso dos jacarés.

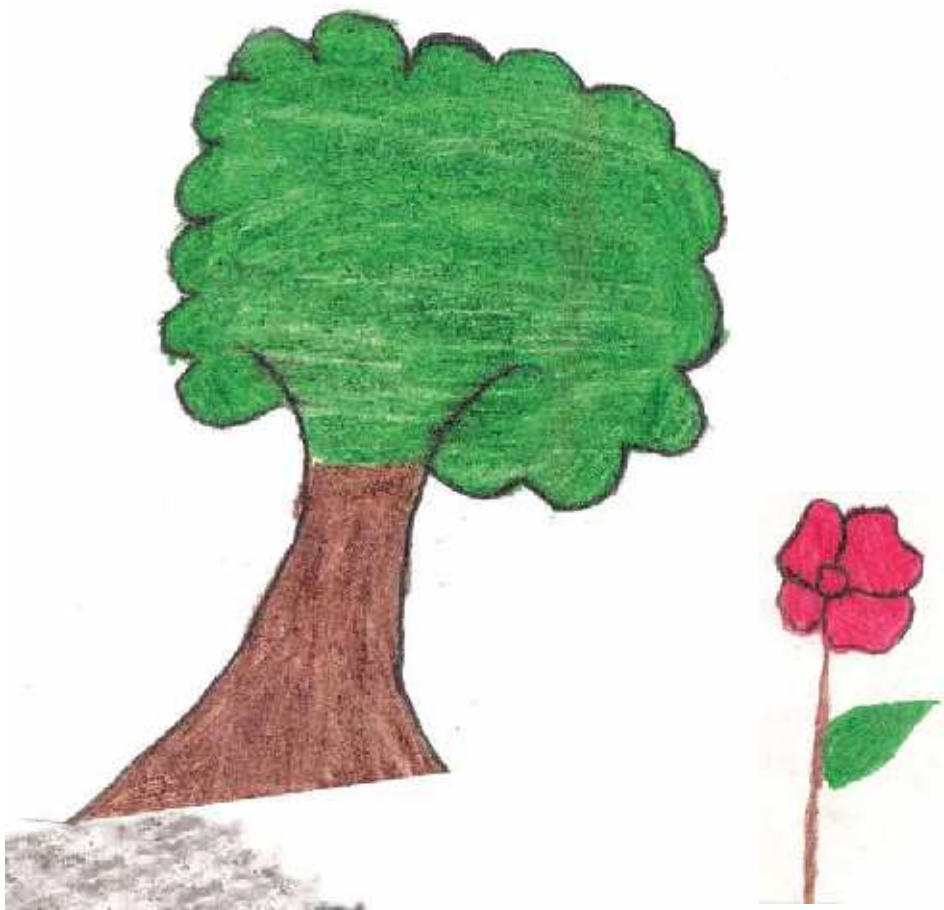
Tem os insetos, que são um grupo enorme: alguns trocam de casca, alguns não voam, outros só vivem na água, mas todos têm, obrigatoriamente, seis patas.

Observe, na região onde você mora, os animais que mais aparecem. Além disso, tente se lembrar de outros que você já viu alguma vez. Analise suas características e então monte um quadro de classificação.

Classificação	Animais que você conhece	Exemplo
Répteis		Cobra
Aves		Beija-flor
Mamíferos		Onça
Peixes		Bagre
Moluscos		Lesma
Insetos		Borboleta

Ah, só para você não se confundir: os seres humanos também são mamíferos, e há moluscos com e sem concha.

27



Tudo o que é bom e bonito a gente gosta de guardar e cuidar. Aquela cartinha que você recebeu, o brinquedo que o avô deu quando voltou de viagem, uma lembrança de um dia legal na escola ou aquela tarde em que a mãe esqueceu de chamar para entrar e deu para brincar até mais tarde...

Isso faz parte da natureza humana. A coisa mais chata é procurar ou tentar lembrar algo e não conseguir. Eu

Desde que a gente começou essa conversa, uma de minhas preocupações foi sempre saber que você entende mais de Pantanal do que eu, e que se você escrevesse uma cartilha, ela ficaria muito mais legal. Então resolvi colocar sempre a ideia de que, se por um lado o Pantanal é de uma beleza e de uma riqueza incomparáveis, por outro isso tudo sempre está sob ameaça das ações humanas. Porque assim acho que posso contribuir de verdade, mostrando onde mora o perigo.

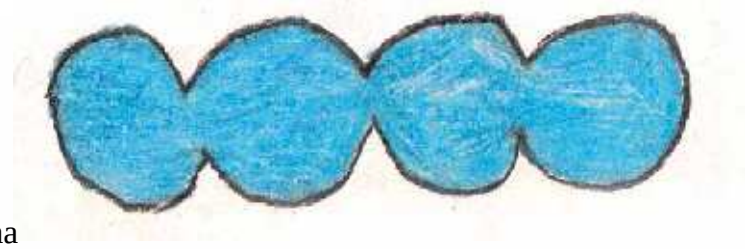
O que diferencia os homens dos outros animais é a capacidade de criar e usar ferramentas. Foi por isso que chegamos até aqui. E é por isso também que daqui a alguns anos poderemos não estar mais.

Veja só: sem a invenção da agricultura, do cultivo de alimentos, seria impossível ter comida para todo mundo, certo? Mas, para produzir tanta comida, nós criamos técnicas de plantio que são perigosas. Começando pelo péssimo hábito de fazer queimadas, que empobrecem o solo e podem se alastrar, criando incêndios incontroláveis. Mas não é só isso! Há uma série de produtos usados na lavoura, chamados agrotóxicos, que servem para matar as pragas, mas que, depois de aplicados, acabam contaminando o solo e a água que nós bebemos. É como se a gente bebesse veneno. Isso é tão ruim quanto aqueles vírus e bactérias presentes na água dos quais falamos antes.

Outro problema tem sido a troca da vegetação natural por outras espécies trazidas de outros lugares. O capim chamado de braquiária é um bom exemplo. Se ninguém cuidar, ele pode se alastrar pela planície, tomando conta e substituindo a vegetação original dos campos, ou seja, os capins nativos.

Agora, entre os animais, um que é difícil de controlar é o tal do mexilhão-dourado, um molusco que veio de outro continente, que fica do outro lado do mundo: a Ásia. Ele veio nos navios e foi subindo os rios das bacias até chegar aqui. Ele não tem predador natural, ou seja, não serve de alimento para nenhum outro animal. Assim, ele se reproduz sem controle, alterando as relações naturais no meio ambiente e grudando em tudo quanto é casco de barco.

Assim como ele há um outro, o caramujo africano, que algumas pessoas tentaram criar pensando que ele fosse comestível (por mais estranho que pareça, tem gente que come uma espécie de caramujo e adora!). Quando descobriram que estavam errados, soltaram os bichos de qualquer jeito. O problema é que ele transmite doenças e vem se alastrando pela bacia do rio Paraguai.



mesmo morro de saudade da minha infância, de um livro que eu tinha e desapareceu.

Por isso muita gente preserva seus objetos preciosos em caixas e não deixa ninguém ver.

Mas o difícil é convencer as pessoas de que não são só essas coisas que devem ser preservadas, que o lugar onde moramos é o bem mais precioso que alguém pode ter. E eu não estou falando da nossa casa, da vila, da cidade, estou falando do planeta todo. Porque ele é a casa de todos nós.

As ações humanas no Pantanal já devastaram quase metade da região da bacia do Alto Paraguai. E se não pararem já, daqui a quarenta anos (ou seja, quando você for adulto) não haverá mais nada. Nada mesmo! Porque você já sabe: se hoje desmatam, amanhã o solo não vai dar conta de fixar firme, aí o processo de erosão e assoreamento será incontrolável. Os rios perderão os leitos, o processo de alagamento e descida das águas não vai ocorrer direito, a temperatura vai aumentar, os animais vão sumir e estaremos todos lascados. Vixe! Nem juntando a Anta Bondosa, a Mãe d'água e o Baci vai dar para salvar nossa terra.

Você pode achar que eu estou exagerando, mas já aconteceu algo semelhante antes no Brasil. Há quinhentos anos todo o litoral (região que fica perto do mar) e parte do interior do país eram cobertos por uma floresta chamada Mata Atlântica. Pois bem: hoje ela quase não existe mais. Destruíram tudo para construir cidades, vender madeira, explorar recursos... é uma tristeza. É como se, a cada cem árvores, só sobrassem cinco.

não é à toa que algumas das cidades mais poluídas do Brasil estão onde antes havia a Mata atlântica.

Acha que acabou? Que nada. Tem gente que pratica o tráfico de animais silvestres. Eles caçam espécies pantaneiras para vender em outros lugares, ou matam para usar a pele na fabricação de roupas, bolsas e cintos, como é o caso do jacaré, que já comentamos antes, e até da ariranha. Do mesmo jeito, a pesca predatória, aquela feita fora das normas, com redes e até explosivos, continua existindo, apesar da fiscalização.

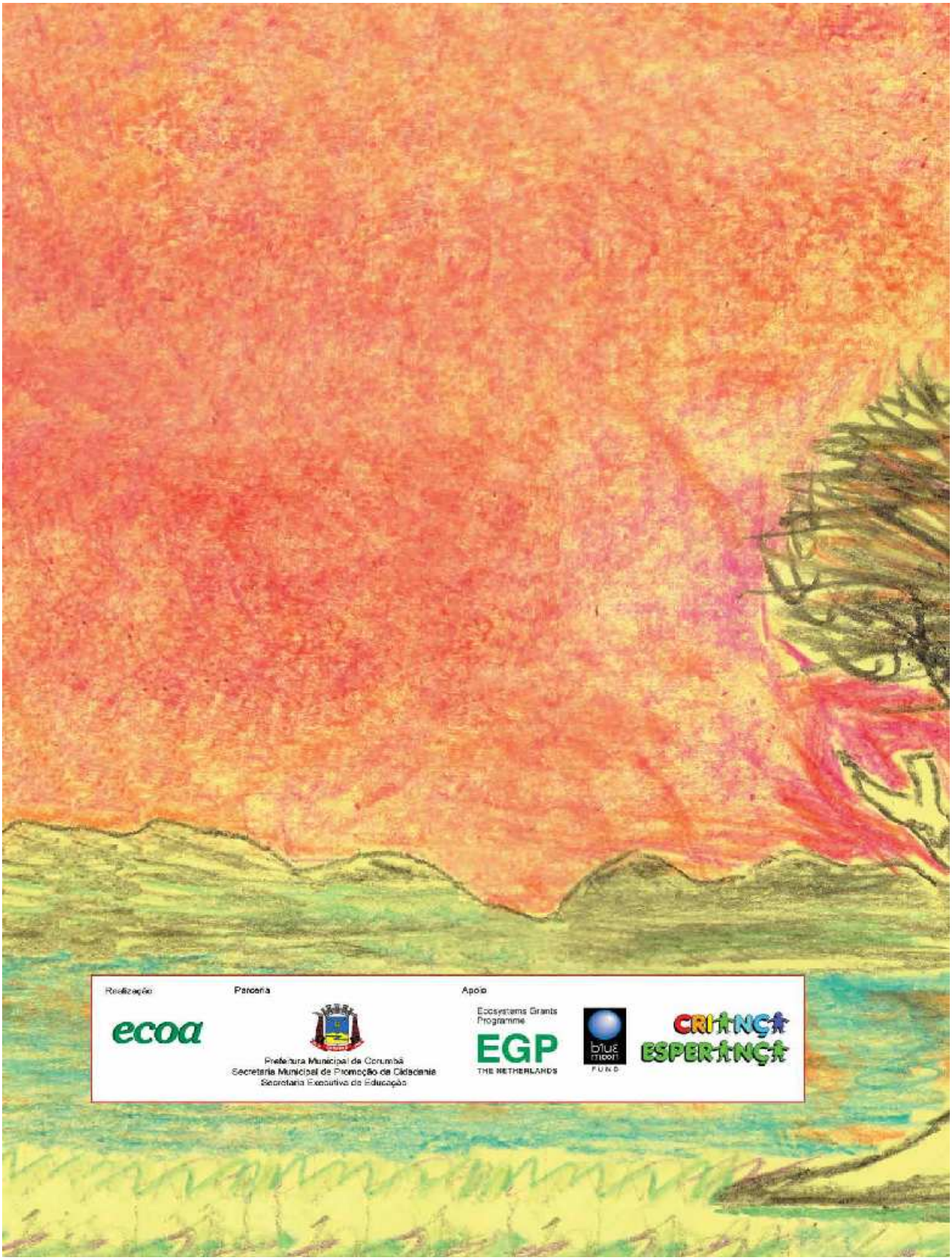
Por último, há as indústrias, que são poluentes e liberam elementos tóxicos (substâncias venenosas) no ar, no solo e na água. No Pantanal o perigo são as indústrias de mineração e de produção de combustíveis, como álcool e gás natural.

É preciso pensar e escolher: em que mundo queremos viver nos próximos anos? Numa terra preservada e com muita diversidade ou num planeta cinza, sujo e poluído? Eu escolho o primeiro, e você? Então vamos fazer a nossa parte!

Agora você vai me perguntar: "Mas o que eu posso fazer? Esses problemas são tão grandes!" Bem, cada um faz o que pode. Isso significa assumir responsabilidades: não jogue lixo em qualquer lugar, cuide bem dos animais, não faça cocô perto dos rios (eca!), estude bastante e ensine essas lições para os outros. Dê até mesmo umas dicas para os mais velhos. O conhecimento é a nossa única arma, e ela nunca falha!

Capitais
Cidades
Rios
Pantanal

Fon te: G EF P anta nal A l to P ara gua i
(A N A/G EF /P N U MA /OE A)


Realização
ecoa
Parceria
Prefeitura Municipal de Corumbá
Secretaria Municipal de Promoção de Cidadania
Secretaria Executiva de Educação
Apoio
Ecosystems Grants Programme
EGP
THE NETHERLANDS
blue moon
FUND
CRIANÇA ESPERANÇA

ANEXO IV – ENTREVISTA GERALDO DAMASCENO E IEDA BORTOLOTO

Maria: Quando nasceu a ECOA?

Geraldo: Em 1988. A gente se formou em 1987 e ficamos mexendo com a Associação dos Biólogos. Aí nós fizemos uma reunião e resolvemos sair da Associação. Achamos legal isso de Movimento Ambientalista e resolvemos montar uma ONG. Tínhamos o Alcides que, na época, era do PT candidato a prefeito aqui em Campo Grande. Ali ele se agregou. Achou que tinha que investir no Partido Verde e falou que ia largar o PT, já que ele gostou da ideia de trabalhar com o Movimento Ambientalista. Daí a gente conversou em de repente montar uma ONG. Então a gente discutiu e achou um nome ECOA – Ecologia e Ação – um nome que a gente encontrou na época.

Ieda: Na verdade, tinha um grupo grande dentro da Associação de Biólogos, que já discutiam.

Geraldo: Daí quando a gente montou a ONG, a gente abriu, porque eram só biólogos. Começaram participar sociólogos, advogados, pedagogos, pessoas que estavam até no governo (o secretário de Educação que foi um dos fundadores), o Alcides, eu a Ieda, o prof. Álvaro Banducci, o Godoy do Departamento de Artes, o Hélio, o Álvaro, a Gislaine, o Marcelo Barbosa Martins.

Ieda: Tinha uma jornalista também.

Geraldo: Enfim, essas pessoas aí que eu me lembro aqui agora. Teve também o Geraldo Ribeiro que é veterinário e trabalhava na Secretaria do Meio Ambiente. Hoje ele está no IAGRO. Mas também ele não participa mais. Todo esse pessoal fazia parte dos que montaram a ECOA.

Na época tinha aquela discussão sobre o ambiente no MS, o Pantanal.

Maria: Então foi a partir daí que surgiu a ideia de se criar a ECOA?

Ieda: Na verdade, tem um precedente aí: é que essa Associação dos biólogos, na verdade, não existe mais, mas na época ela já era meio tradicional aqui no estado. E a gente participava da diretoria. E participando dessa diretoria, nós éramos recém-formados, com um monte de ideias novas. Nós tínhamos feito, há mais de vinte anos, um curso de Educação Ambiental em São Paulo. Então nós éramos muito novos, mas ao mesmo tempo muito ativos. E a gente achou que essa Associação dos biólogos era um espaço para fazer a sociedade chamar a atenção a respeito disso, colocar em prática aquilo que a gente tinha aprendido e que era até novo e importante.

E alguns colegas nossos, biólogos, acharam que a Associação dos Biólogos não era um Fórum de discussão para isso. Que a Associação dos Biólogos deveria discutir questões sobre mais as nossas posições.

Só que assim, a gente teve umas críticas internas da Associação quando a gente passou a diretoria da Associação para a próxima. Então a gente acabou pegando essas questões que a gente já tinha começado desde a Associação dos Biólogos e resolveu montar uma ONG pra ser, realmente, o Fórum mais adequado.

Geraldo: E essa ONG nasceu por causa da forma de ação que a gente tinha. A gente tinha uma forma de ação muito contundente. As principais formas de ação que a gente tinha era denunciar fato errado. Então, por exemplo, tinha uma fábrica de cimento na Camargo Correa, em Bodoquena. Essa fábrica teve um EIA/RIMA e nós enquanto um grupo (uma associação de biólogos) nos reunimos e fizemos um parecer contundente contra a fábrica. Houve uma audiência pública da qual fomos mandados embora. Foi algo bem pesado assim. Já na época o prof. Álvaro participou de um parecer que a gente fez com o Godoy. Então a gente foi lá em Bodoquena, com o pessoal da fábrica e depois isso deu um burburinho, o pessoal criticou a gente. E por coincidência, a principal ação da ONG (justamente quando a gente lançou a ONG) foi mostrar que o EIA/RIMA da Camargo Correa tinha um erro. Daí a gente foi lá e detonou o processo e denunciamos que existiam grutas na região que não foram colocadas no EIA/RIMA, colocamos no jornal, colocamos na TV. Criou, assim, um constrangimento geral já que o estado queria a empresa na região por causa do desenvolvimento que a mesma representaria ao estado. Acabou que a gente lançou a ONG com base nessa ação aí, que foi essa denuncia contra essa empresa.

Depois disso, a gente continuou nessa linha, batendo de frente com as pessoas que cometiam erros para com o meio ambiente.

Ieda: Com as pessoas que estavam acostumadas com isso.

Geraldo: Então foi muito hostilizada no início a ONG por conta dessa linha de ação.

Ieda: Naquela época a gente era recém-formado, a gente queria apontar o que estava errado, a gente queria que fosse feito da maneira correta, e a gente entendia que existiam instituições de pesquisas, instituições de curso superior, de Universidades que poderiam dar essas respostas. E os próprios políticos cobrarem isso já que era o papel deles e eles não o faziam.

Cabe destacar que todos fizemos um curso de Educação Ambiental durante a Faculdade. Quem nos ajudou bastante foi a professora Alicia da USP e o João Paulo, este último que hoje ocupa um cargo na administração federal do PT, se eu não me engano, no Ministério do Meio

Ambiente. Se ele não ocupa hoje, ele ocupou no governo Lula. Então esse pessoal deu pra gente um curso de Educação Ambiental. Nem foi aqui em Campo Grande, mas sim lá na Ilha do Cardoso falando sobre a Usina Nuclear, bem como sobre a conservação da natureza. E isso teve uma influência grande na forma como a gente resolveu.

Para finalizar a entrevista, pois tanto o Geraldo quanto a Ieda estavam participando de uma banca, falaram o seguinte a respeito da ECOA e o questionário que eu apliquei:

Geraldo: A gente não tem mais esse controle, a nossa aproximação agora com a ECOA, ou seja, o que temos de mais recente com a ONG, é um projeto que é o uso do empoderamento das classes menos favorecidas baseadas no uso dos recursos naturais dentro da Educação Ambiental. Então, por exemplo, isso aqui é resultado desse nosso projeto... (ele mostrou um catálogo falando das plantas enquanto ervas medicinais e alimentos saudáveis e que podem ser feitos em casa. Mostra principalmente aquelas plantas e frutas mais exóticas e típicas de cada região).

ANEXO V – ENTREVISTA JEAN FERNANDES

A gente tenta ao máximo não se vincular ao governo. Muitas organizações, hoje, recebem dinheiro do governo e sendo não-governamental, significa não ter vínculo algum como governo. Então, a ECOA nesses 21 anos que trabalha, ela tenta ao máximo desvincular qualquer parceria com o governo, nenhum tipo de comprometimento, financiamento. Por exemplo, a gente, a forma de parceria é totalmente diferente. A ECOA não tem que se preocupar e que não é a linha em levar médicos para o Pantanal. Por exemplo, ela não tem condições de levar, por exemplo, o Jean que é jornalista de pegar um grupo de médicos e estar levando. Isso não está na ossada da ECOA. O que a gente faz? A gente vai até as Prefeituras (Corumbá, Miranda, Porto Murtinho que é uma região que a gente trabalha) e faz parcerias com a prefeitura local. Por exemplo, a prefeitura sempre tem uma Secretaria de Educação e uma Secretaria de Saúde, então, elas que são responsáveis, porque é ela que dá todo aquele apoio e ajuda a suprir as necessidades que aquela comunidade está precisando. A ECOA faz o que? O diagnóstico. Como ela é uma ONG ela fala o que pode e o que não pode fazer. Se você tem um vínculo muito grande com o governo ela fica totalmente engessada independente. Por exemplo, o governo quer implantar usinas de álcool no coração do Pantanal e a ECOA recebe dinheiro do governo, o governador vai chegar assim: "Olha vocês não vão bater de frente senão eu vou tirar os recursos de vocês." Então hoje tem muitas ONGs que estão assim, sabe? Com esse processo complicado, com o Governo Federal, com o governo Estadual e com o Municipal. Então a gente não quer ter nenhum vínculo com o governo (financeiro), isso pra gente não ser barrado de algumas coisas. Porque assim, a gente tem muita autoridade e muito respeito em cima dessa área do Pantanal e do Cerrado.

Então eu vejo muito bem essa palavra, ONG, é uma palavra que a ECOA sempre tenta traçar. A gente está passando por um sério problema de financiamento de recursos. A ECOA foi sempre uma ONG que recebeu dinheiro de fora. Por exemplo tem o Comitê Holandês lá.. vou te explicar como é o Comitê Holandês: ele é tipo uma empresa, é uma ONG grande, tipo uma empresa que recebe dinheiro de vários financiadores, por exemplo, a Microsoft de tantos por cento ao ano, ela tem que fazer uma doação, é um grupo forte que tem que doar, a Apple, essas grandes empresas doam para esse Comitê Holandês. O Comitê Holandês vai, todas as organizações do mundo inteiro, por exemplo, a ECOA, a WWF.. então abriu o edital para a área de conservação ambiental em regiões que estão complicadas. A ECOA como trabalha no Pantanal, submete um projeto a eles. Então pega o dinheiro com o Comitê Holandês. Só que

com essa crise mundial, o que aconteceu? Reduziu tudo, todos os financiamentos, porque você vê muito em jornal, né? Que foi muito mais atingido fora do país do que no Brasil, daí o que acontece? A gente fica muito preso ao Brasil, então a gente não tem grandes empresas para financiar, quem tem dinheiro para financiar é o governo, precisa de editais de projetos de pesquisas, editais de conservação do Pantanal, Amazônia, essas coisas. Então a gente tem que trabalhar muito precavido a tudo isso. Aí o que é essa questão que eu vou passar pra você, que é a Fundação, que eu vou te passar com detalhes, como nasceu a ECOA. O Geraldo que foi um dos fundadores da ECOA, o Alcides que é o diretor executivo. O Alcides é o fundador da ECOA, até hoje ele é aqui o diretor executivo, a Rafaela é a diretora geral. Ela nesse momento está nesse eixo aqui Campo Grande – Corumbá fazendo alguns trabalhos.

Essas questões de ONG são muito complexas e muito difíceis de trabalhar, porque a gente tem que ter muita cautela, tem que tentar ao máximo andar em cima da linha. Se a ONG, se alguém descobrir alguma coisa, ou que tem algum desvio, aí vem o Ministério Público, o governo, vem tudo falar de ONG.

Então assim, é um trabalho que é no Pantanal e no Cerrado, trabalhamos muito mais no Pantanal com o tema Educação Ambiental a gente tem uns projetos que a gente trabalhou em duas fases: o Criança Esperança, que é totalmente com a área de Educação, Saúde, Meio Ambiente.

A Educação Ambiental envolve saúde, meio ambiente, educação, tudo isso você engloba na educação ambiental. Inclusive a gente trabalha com um projeto que se chama criança das águas. O que a gente faz nesse projeto? A gente mostra pras crianças que catar o lixo das suas próprias casas é importante para a saúde deles mesmo. Por exemplo, o pai joga lixo no chão, a criança acaba chamando a atenção do pai e isso é muito importante, porque o pai vê, olha que bacana, o meu filho está me ensinando. Então o nosso trabalho é esse, com as crianças, porque são elas daqui a dez anos que estarão conscientizadas e isso é muito importante pra eles. Então esse projeto fala muito sobre isso.

A gente tem uma sede, a gente trabalha em 13 técnicos, jornalista, biólogos, ecólogos, temos um contador também, então temos vários profissionais que trabalham com a gente. A gente trabalha com biólogos porque remete totalmente a área do que a gente faz.

A gente teve, por exemplo, um projeto que de início, em 2005, que não teve continuidade, porque não foi o foco que a gente estava querendo fazer e ele se encerrou no mesmo ano, que foi um projeto aqui de Porto Murtinho. A gente achou que trabalhar com a área indígena seria

muito complicado. A gente teria que ter vários requerimentos. A legislação brasileira é muito complicada.

A gente está trabalhando com os coletores de iscas, já fazem oito anos, então a gente já tem um tempo que estamos trabalhando com eles, e o que aconteceu do ano passado para cá, com essa questão da falta de recursos? Influiu nelas também. Tais associações, por exemplo, em Miranda, nesse eixo Miranda – Corumbá, a gente tem 4 associações trabalhando nas comunidades, então a ECOA não está precisando de nada aqui, eles mesmo estão fazendo o trabalho de Educação Ambiental em uma parte e de Conservação do Meio Ambiente. É outra parte. Porque assim, na questão da coleta de iscas é muito complexa. Muitos tratam assim: "ah, vocês estão prejudicando o meio ambiente e a ONG está apoiando os coletores de iscas." Não, a parte social é muito importante para essas pessoas. Então como o coletor de isca não vai poder exercer a sua profissão e o que ele vai fazer para sobreviver?

Então assim, a gente está trabalhando em cinco projetos. Cada mês que passa, a gente vem renovando, inovando, para a gente poder ter essa questão da sustentabilidade e poder avançar com essas cidades.

Eu acabei de mostrar aqui uma campanha que foi mostrada no Criança Esperança, e isso dá uma visualização fantástica, né? Porque você pega no Jornal Nacional, que é um dos maiores jornais da Globo e você coloca uma matéria dessa falando do projeto.. então assim, é muito bom.

Mas nós temos alguns projetos também que a gente não quer colocar tanto assim na mídia porque assim, a gente tem que dar um passo menor que a perna, porque assim, a gente trabalha no eixo Miranda-Porto Murtinho-Corumbá, a gente não pega todo o Pantanal, então por isso a gente não põe tanto na mídia para não ter essa questão assim: "ah, a gente não vai dar conta de todo o trabalho".

A ECOA tem um trabalho totalmente diferente do GREENPEACE. O GREENPEACE tem um trabalho mais assim "vamos lutar, de ir, de tentar, de mostrar, colocar aquelas faixas em lugares mais visíveis. Eles são mais radicais. A ECOA não, ela cuida mais da parte assim LOCAL, regional. Ela está conversando diretamente com o ribeirinho, diretamente com o morador. Então a gente totalmente diferente, bem distinto uma da outra (ECOA e GREENPEACE). A gente trabalha muito mais próxima da comunidade tradicional do que se envolver com essas questões mais radicais. Eu vou te dar um exemplo de como acontece a participação popular: no projeto Crianças das águas, por exemplo, tem uma comunidade com 250 pessoas, que são pantaneiras, que têm restrições, que são pessoas que são totalmente

desacorçoadas, não acreditam muito nas coisas, enfim, a gente chega nessas comunidades e diagnostica como e qual a situação deles, isso através de reuniões, com conversas mais simples (porque a gente leva em consideração o que a experiência diz), e o que acontece com isso? A gente ganha a confiança deles. Então é assim: O Jean é coordenador da ONG, então ele é tratado mais ou menos assim, como alguém que vai ajudar a melhorar a gente aqui. Então a ECOA está por trás disso, para dar esse apoio. Então se você ganha confiança, você tem o diálogo pessoalmente, e nisso a gente faz o que? Nisso eles vão até a prefeitura de Corumbá cobrar do prefeito "olha, a gente tem que ter aqui atendimento médico, a gente tem 250 pessoas que não tem atendimento médico." Então o que a gente faz? A ECOA faz uma ponte pra eles, ela não tem como ir lá na prefeitura. O que a gente pode fazer é ir até a assessora do prefeito, marcar uma reunião, dar um apoio para o pessoal da associação. Nisso, nessa ponte que a gente faz, eu ganho muita confiança com eles. É então, um trabalho, assim, muito complicado porque trabalhar com o ser humano é difícil, por exemplo, eu tenho estudo, você tem estudo, a sua orientadora tem estudo, sua amiga de sala tem estudo. Agora você imagina aquelas pessoas ali, ganhando, supondo, R$ 0,50 ou R$ 1,00 por dia. Pessoas que são desacreditadas, então eles oscilam muito nessa questão assim. Então a gente ganha a total confiança deles com esse trabalho.

Quanto às parcerias da ECOA a gente implementou em 2005, nas comunidades, nesse eixo que a gente trabalha, a ECOA não tem métodos e nem laboratório de pesquisa, então o que a gente faz? A gente vai até o André Siqueira, no Pantanal, a gente mostra todo o trabalho que está sendo feito e se eles tem aceito em ser parceiros da ECOA. A EMBRAPA é parceira assim, não tem nem como falar de tanto que já contribuíram com os trabalhos que a gente faz aqui no Pantanal. Cedendo laboratório, cedendo pesquisadores, cedendo os carros para fazer pesquisas, tudo isso. Então a gente tem a EMBRAPA para ajudar a gente, a gente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (campus Campo Grande, campus Corumbá) a gente tem a UEMS que lá em Dourados tem a Dra. Márcia que faz parceria com a gente, tem o IBAMA e tem o Ministério da Pesca, todos parceiros nossos.

Quanto ao cenário (local, nacional e internacional) eu acho que a ECOA ainda tem que mudar muito, a gente vê que a parte, principalmente a parte ambiental não é muito enfatizada. O governo do estado não dá muita bola para a parte ambiental. Eles fazem ações pequenas. E pelo o que eu tenho conhecimento, o pessoal de Goiás, por exemplo, fazem um trabalho muito bacana na parte de política de terras, política de educação ambiental, política de saúde, educação, então eles estão muito mais avançados do que a gente. Então, o nosso estado tem

que melhorar muito para chegar num patamar legal. A gente está um degrau abaixo do que outras ONGs por aí.

A gente não quer ser um “Ecochato” .. “ah, vão cortar aquela árvore, vamos lá impedir.” A gente tenta trabalhar com assuntos maiores. O Pantanal é um ecossistema muito complexo. Ano passado nós tivemos uma das maiores secas do Pantanal, e esse ano a gente pode ter uma das maiores cheias do Pantanal. Então, a gente tem que tentar refletir um pouco mais, porquê de colocar usinas de álcool no Pantanal. Fora da Bacia vai agredir menos.

Por que eles querem fazer laboratório de pesca no MS? É para desviar o foco. O povo vai se matar, entendeu? Porque é uma atividade milenar, onde existe milhares de famílias que dependem da pesca, e o governo querendo que tenha laboratório de pesca. Então a gente faz o que? A gente não bate de frente, a gente mostra o que está acontecendo. A gente pega os pesquisadores que têm experiência na área para ajudar a gente. Isso na área de pesca, saúde, educação. Tudo isso, por que a gente não pode mexer com eles? A gente não está preocupado com uma árvore cortada no canteiro central, mas sim com algo maior, que a gente acha que vale a pena.

Então a gente entende a Educação Ambiental como algo mais geral. A gente tem bem isso no projeto do Criança Esperança, o projeto criança das águas, que é trabalhar com as crianças, para que o futuro delas seja melhor. A gente quer mostrar que se elas cortarem, se elas botarem fogo, suas casas podem pegar fogo. Os frutos que vocês comem (bocaiúva, manga, guavíra) se vocês tocarem fogo, amanhã vocês não vão ter frutas. Então mostrar que se eles fizerem algo contra o meio ambiente, pode prejudicar eles mesmo.

A gente procurar mostrar a realidade deles. Nas cartilhas tinham? Pinte o urso, o leão. E por que não o jacaré, a sucuri, o macaco? A gente quer que eles vivam a realidade deles, o que eles têm no ambiente deles.

A gente vem trabalhando com eles há anos, foi aprovado agora um projeto do Ministério da Pesca que se chama Telecentro, onde cada comunidade que a gente trabalha ganha dez computadores com internet via satélite e a gente vai colocar pra eles o que é o mundo aqui fora. O que é Campo Grande? O que que é a capital do estado? Qual a economia? O que é emprego/desemprego? A crise? Mostrar o que acontece. “ah eu quero estudar, fazer uma faculdade”. Vai para Campo Grande, vai para Dourados, vai para Corumbá, vai para os centros urbanos. Isso para vocês se capacitarem. Então, a gente quer mostrar também fora dali. Uma oportunidade para aqueles que quiserem sair dali.

Para se tornar membro da ECOA a princípio tem-se o processo de filiação, a gente tem um site, com um “formulariozinho” onde tem umas perguntas básicas: qual o seu interesse pelo meio ambiente? O que você gostaria de fazer pelo meio ambiente? Qual os propósitos? Qual os projetos que você já trabalhou? Daí você pode se filiar a ECOA. Não tem custos nenhum. Não tem anuidade, não tem mensalidade e toda a assembleia desses filiados, desses membros são chamados para a assembleia depor. E dentro dessa assembleia, porque acaba tarde. Primeiro é feito uma apresentação de todos os membros, é falado os nomes dos projetos, e aí tem o debate depois.

O nosso Conselho é feito por um diretor executivo, diretor geral, diretor institucional, diretor de políticas públicas. Membros estes que são: uma pesquisadora Dra. da EMBRAPA, um pescador de isca, um morador de uma das comunidades (que mora lá dentro, no meio do Pantanal), o chefe do parque nacional do Pantanal, os coordenadores geral do centro de pesquisa do Pantanal. Então não existe dr., não existe pescador. Você tem que diversificar esse Conselho para ter um debate. Um dr. tem um pensamento totalmente diferente de um pescador. O pescador tem uma sabedoria que certamente um dr. não tem. Então essa relação tradicional-científico é o que a gente faz, e está trabalhando de forma totalmente participativa.

A ECOA acha o papel das tecnologias limpas muito interessantes. A gente já teve um workshop aqui em Campo Grande que a gente participou sobre as tecnologias limpas, e é muito interessante, mas é custo muito alto. O governo do estado não banca tecnologias limpas, porque é um custo muito alto, envolve muito dinheiro, é um custo alto que ninguém quer bancar. Por exemplo, um grupo de Pernambuco estão investindo em tecnologia limpa e isso é muito bacana. é algo fantástico, mas assim, para você implantar e executar isso é um custo muito pesado.

Todos os projetos da ECOA estão voltados para o Desenvolvimento Sustentável. O projeto de iscas que a gente tem é focado diretamente para aquelas família que sobrevivem daquilo sem explorar o meio ambiente. Algo voltado para o desenvolvimento sustentado mesmo.

ANEXO VI – ENTREVISTA ANDRÉ SIQUEIRA

O meu nome é André Luiz Siqueira, sou diretor de Políticas Públicas da ECOA, uma organização que já tem 22 anos, fundada em 1989. E assim, a principal bandeira e missão da Organização, além daquele textinho completo que tem no site, aquela descrição mais extensa, é fundamentalmente a incidência política para trabalhar o desenvolvimento socioambiental da Bacia do Alto Paraguai. Então o nosso território não abrange só especificamente o Pantanal, mas toda a Bacia do Alto Paraguai. Com várias agendas a gente trabalha, como a Hidrelétrica, a Hidrovia que foi uma campanha nossa muito forte, fomento à unidade de conservação, tanto de uso sustentável como de proteção integral, mineração e siderurgia. Nós temos uma articulação com outras organizações estrangeiras que fazem parte de um processo em excursão mais macro Secretarias de executivas de redes de organizações todas elas para trabalhar o desenvolvimento socioambiental da Bacia do Alto Paraguai, em síntese. Isso que é a ECOA hoje.

Em especificamente do projeto Criança das Águas, é um trabalho que está ligado a uma outra agenda nossa e que a gente tem uma metodologia que a gente desenvolve a partir de 2000/2001 que tem aí uma participação grande do Álvaro Banducci, que fez toda a parte inicial desse processo que é o desenvolvimento integral de comunidades**.**

Essa metodologia a gente trabalha em *Locus*, nós temos um pessoal nosso que vai até em comunidades vulneráveis, pescadores e caçadores de iscas. Estrategicamente situadas no território sul do Pantanal, mais específico, a maioria em Corumbá que é o maior município da Bacia. São populações que estão na base da pirâmide, as populações mais vulneráveis, politicamente falando mais frágeis, o que a gente chama de “a parte fraca da corda”. E que sempre arrebenta. Então a gente faz todo um trabalho de levar as políticas públicas pra região, organização associativa, geração de renda e conservação dos recursos naturais. Então a gente oferece várias saídas de desenvolvimento de políticas públicas para conservar a região. Então, é por isso que, diferente de outras organizações e da própria ciência da biologia da conservação que é um modelo importado dos EUA e que não se encaixa no modelo brasileiro. Não dá para você falar de Meio ambiente, primeiro: com populações que conhecem muito mais do que você de meio ambiente; e mesmo aquelas que têm um vínculo com cidades mais estreito, e que talvez não tenham um método de conservação, por exemplo a comunidade do Porto da Manga, não dá para você falar de Meio Ambiente, de conservação de recursos naturais, da biodiversidade, sem você trazer educação, saúde, renda, mediar conflitos, e aí

organizá-los associativamente. Transformá-los como categoria e como líderes. Então, não dá para você falar isso se tem pessoas passando fome, com índice alto de analfabetos. Então é por isso que a gente faz esse tipo de trabalho.

E o Criança das Águas – Identidade e Cidadania, ele teve duas fases: na verdade, no final agora de novembro nós esperamos que seja aprovada a terceira fase (pelo Criança Esperança e pela UNESCO). Ele veio com um *plus* aos trabalhos de incidência política que a gente faz nessas comunidades. Especificamente são três comunidades: Porto da Manga, Paraguai-Mirim e Barra de São Lourenço. Porto da Manga por ser a maior comunidade da Estrada-Parque no Pantanal e ser uma comunidade extremamente tradicional – tradicional do ponto de vista que ela é muito antiga e muito conhecida por todos ali no território. Paraguai-Mirim e São Lourenço são as comunidades mais isoladas hoje, dentro do Pantanal-Sul. São Lourenço é, especificamente, a mais isolada e a Paraguai-Mirim vem em segundo. Não tem outro acesso se não for por água, e é por horas e horas de barco. E essas populações são muito pobres, a linha de base delas era zero, não tinha escola, não tinha atendimento em saúde, não tinha nenhum trabalho em geração de renda, enfim. E o Criança das Águas vem como um plus (depois de que todo o trabalho já se consolidou). E ele tem 4 viés especificamente, são 4 elementos que traduzem o Criança das Águas: um é a Comunicação, que é a chave de todo esse processo: quando você trabalha com capacitações, com crianças de adolescente como modificadores social, são capacitações sobre o meio ambiente. E aí tem o envolvimento delas – e não é só o envolvimentos delas com o meio no qual vivem, mas, por exemplo, você tem atores locais, atores chaves que, em São Lourenço, por exemplo, que tem a Unidade de Conservação que, o conflito se instalou desde o começo da década de 80, quando essas unidades, esses parques se instalaram nas áreas periféricas da comunidade, e havia um conflito grande entre as partes. E aí então, no Criança das Águas o que a gente faz? A gente quer que a criança e o adolescente reconheça isso, reconheça a importância dessas Unidades e que essa comunidade reconheça a importância dessas populações. Faça essa troca então. E aí hoje a gente tem esse trabalho sinérgico que é muito interessante.

Então esses são os elementos: Comunicação, Meio Ambiente, Saúde – fundamentalmente saúde, é onde a gente conseguiu o trabalho macro do projeto, é o que a gente esperava que fosse o resultado mais significativo do nosso projeto, mas que acabou não se consolidando por inteiro. Nós queríamos um Banco de Dados Integrados entre Marinha, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Saúde do Município de Corumbá, para que quando fossem fazer os atendimentos periódicos que a Marinha realiza (a Marinha realiza

esse trabalho brilhantemente), esse trabalho de atendimento de saúde dessas populações, esse Banco de Dados permitisse que todos esses atores que fazem esse trabalho na região em relação à saúde, saibam se aquela pessoa já começou um tratamento, se aquela pessoa tem diabetes, se tem hipertensão, câncer, AVC, enfim, e que os medicamentos fossem dados a ela o mais preciso possível. E não que se retome o tratamento. Toda vez que a pessoa sobe alguém lá não se tem a ficha, se diagnostica que a pessoa tem diabetes e aí retoma de novo o tratamento. Ou o espaço de tempo muito grande, a pessoa fica, por exemplo, 6 meses sem tomar medicamento e aí tudo vai por água abaixo, né? Esse é um dos exemplos citados.

Então a gente fez todo um levantamento, um diagnóstico da situação da saúde dessas populações. E aí posso citar toxoplasmose, foi levantado chagas, hepatite, verminoses, levantamentos odontológicos. Então a gente levou clínico geral, levamos através da UFMS, da Secretaria de Educação e da Marinha, a gente levava esses atendimentos num calendário programado durante 2 anos. O primeiro ano foi todo um levantamento de qual a situação salutar daquela comunidade, e aí a gente começa os tratamentos, propondo no final desses 2 anos esse Banco de Dados Integrado, abastecido aí de informações com todo o histórico dessas populações, das famílias. Eu falo famílias por quê? Porque esse trabalho foi além da criança e do adolescente. Além, é claro, daquele trabalho básico de profilaxia, ou seja, daquele trabalho de prevenção dentária feito pelas escolas. Foram capacitados professores, agentes de saúde comunitários, foram formados para que acompanhassem isso e que levasse para dentro da escola essas boas práticas em saúde. Para que a criança e o adolescente transmitisse isso dentro de casa. Então esses foram também um dos resultados.

Só que esse resultado macro (que seria o Banco de Dados) infelizmente não foi conseguido, talvez pelos empecilhos hierárquicos e burocráticos de todos esses atores, por exemplo. A Marinha, por exemplo, por ser um órgão militar, e aí em se tratar de defesa do território nacional, da pátria, estrategicamente ela não pode ter nenhum Banco de Dados Integrados com civis. A Secretaria de Educação não poderia ter um Banco de Dados abastecidos pela Marinha e vice-versa. Enfim é a lei, né? É a lei vigente e por isso a gente não conseguiu fazer esse Banco de Dados Integrados. A Universidade era a parte mais interessada, só que ela sozinha não tinha como fazer. E a Secretaria de Saúde de Corumbá não possui uma estrutura, um aparato (tanto de recursos humanos quanto financeiros) capaz de monitorar, por exemplo, todo o município, muito menos fazer um programa específico para fazer um Banco de Dados e atendimento específico para essas comunidades que a gente trabalhou. Então, a UFMS que era a parte a mais interessada ela tinha condições de fazer isso, mas o Banco de Dados não

funcionou. Então a gente insiste nessa proposta e sendo aprovada essa terceira fase agora, na época de dezembro a gente já tem a resposta, a gente espera que a gente siga um pouco mais nessa perspectiva aí, nessa proposta.

Só para dar um plus aí, nessa terceira fase, a gente inseriu a valorização dos frutos nativos, como as crianças e os adolescentes podem levar isso pra casa, desde a dieta alimentar nas merendas escolares até as próprias casas; e as mudanças climáticas.

Em relação às comunidades duas delas têm por volta de 230/240 pessoas e a São Lourenço que é a mais isolada tem por volta de 111 habitantes.

A primeira e a segunda fase desse Criança das Águas foram executadas de 2009 a começo de 2011 e essa terceira fase a gente espera que comece em 2012 inteiro. Então esses elementos Comunicação, Meio Ambiente, Saúde e Educação, trabalham Mudanças Climáticas, relacionadas aos eventos climáticos extremos e os fenômenos naturais associados, por exemplo, como decoadas, grandes cheias.

Aqui na ECOA a gente tem uma metodologia de sinergia, que 1 + 1 = 2, é 3, é 4, é 5. Então a gente tem projetos que se complementam. A gente executa alguns projetos que trabalham especificamente com algumas populações, algumas comunidades, em várias temáticas, que tem objetivo comum que é o que? O desenvolvimento dessas populações, o fortalecimento delas e a conservação do meio ambiente. Ainda mais a Serra do Molar que é uma área prioritária para conservação. Então, por exemplo, se tem outros projetos que dão apoio, porte para o desenvolvimento do Criança das Águas e esse que dá porte ao desenvolvimentos de outros aqui da região. Então, por exemplo, em relação às mudanças climáticas, a gente tem pré-aprovada no Ministério da Justiça para trabalhar o que? Ferramentas e medidas de mitigação para essas populações se anteciparem às grandes cheias e a esses fenômenos naturais associados como a decoada que comprometem, apesar deles estarem ainda não tão bem adaptados, é o meio deles, eles não vão sair de lá, e nunca foi esse o interesse, inclusive eles precisam permanecer lá para preservar a região, esse é o objetivo.

Então o Criança das Águas vem traduzir essas ferramentas para a escola, trabalhar dentro da escola, o que são esses eventos climáticos. Traduzir o que acontece lá, para as crianças e os adolescentes consigam entender todo esse processo. E aí ajudar na mitigação, na adaptação e prever essas condições. E a valorização dos frutos nativos é um projeto que a gente tem há muito tempo com a UFMS como o arroz selvagem, o Jatobá, a Bocaiúva, que são produtos derivados desses frutos e que são pouco aproveitados por essas comunidades. Eles são mais aproveitados para a comercialização e não tanto para o autoconsumo. E são elementos

riquíssimos, né, falando do ponto de vista nutricional e que precisam ser agregados á dieta nutricional deles. Então isso, na verdade, barateia o custo da merenda escolar e enriquece a dieta e a saúde. Então esses são os dois novos elementos que estão nessa terceira fase do projeto que a gente espera que seja aprovado.

Então, voltando aqueles 4 elementos do projeto, esses 4 eixos aí: comunicação, meio ambiente, saúde e educação. Educação foi trabalhado o que? Novas dinâmicas pedagógicas, a regionalização da educação, e com essas novas dinâmicas pedagógicas entraram oficinas, enfim, novas ferramentas. Então uma valorização dessas escolas das Águas. Então mostrar que as escolas das Águas é um meio de transmitir o conhecimento de educar que não existe em nenhum lugar do país. São escolas que vivem ligadas diretamente aos ciclos de cheias, secas, mosquitos, ou seja, um calendário todo adaptado, onde as crianças vivem em sistema de internato, onde as professoras são mães e professoras já que além de lecionar têm que educar para a vida. A criança entra lá na primeira série e sai na oitava, passam por todo aquele problema de puberdade, adolescência, dos hormônios, e são as professoras que têm que educar uma vez que os pais só vêm uma vez por bimestre. Então isso tem que ser valorizado, tem que ser reconhecido. Então a gente trabalha com essas 3 perspectivas dentro desse elemento educação.

Então por que regionalizar? Porque se você chegar lá no Pantanal, em específico nessas 3 escolas, a criança vai estar sendo alfabetizada soletrando girafa, elefante, leão. Mas espera aí, você tem um ambiente tão rico quanto o Pantanal, que para o Brasil que já é pouquissimamente valorizado e conhecido, e aí crianças isoladas que nunca foram para a cidade, ou que crianças com 11 ou 12 anos de vida foram uma vez, então você explicar pra elas que existe um bicho que se chama leão e que mora lá na África, ou seja, que vai ser alfabetizada por meio disso, então isso é complicado. Então a gente tentou regionalizar, trazendo um material didático produzido por eles, junto com esses elementos que a equipe trabalhou com a educação trouxe, agregou para que se regionalize. Claro que eles conheçam que não existe só aquele Pantanal deles, existe um outro universo de 11 outros pantanais e também qual é o cenário de todo o país. Então, eu acho que eles entenderam tudo muito bem isso.

Então tiveram oficinas de rádio, oficinas de fotografia, oficinas de comunicação.

Existem dois meios pelos quais se dão as capacitações: uma é a capacitação dos professores, então eles precisam estar preparados para fazerem isso. A nossa dificuldade hoje é que na norma legal das escolas públicas em relação às licitações e contratos é que os professores a

cada dois anos tenham que ser substituídos. Na verdade, a cada ano eles passam por uma prova. Isso é o mecanismo de funcionamento da escola municipal de Corumbá. E a gente já tentou, e apesar do Secretário de Educação ser o nosso maior parceiro e fundador da ECOA é difícil mudar essa forma de funcionamento. E isso prejudica e muito os trabalhos que estão sendo feitos desde base, por quê? Porque você demora um ano capacitando um professor para que ele entenda a necessidade de entender de vir com novos projetos para dentro da escola, para fazer algo de diferente, e ele depois de um ano sai. E aí, às vezes, entram professores que estão ali não pela missão da educação e da cidadania, mas pela missão da necessidade financeira. Eu mesmo já encontrei professores moto-taxistas. O cara era moto-taxista, fez um curso técnico, enfim, na área de ensino, pedagogia e ele entrou. Hoje, se arrochou um pouco mais a lei sobre isso. Por exemplo, hoje é obrigatório ter diploma de pedagogo (áreas afins à educação), mas de qualquer forma ainda os anos dificultam a continuidade do trabalho, por conta disso. A gente tem professores que são capacitados o ano todo, que tem uma agenda de oficinas que aí as escolas já se programam. Então tudo isso aí é feito diretamente, conjuntamente com a Secretaria de Educação. E isso é interessante porque eles veem o projeto como uma grande oportunidade de capacitação dos professores, então eles veem isso como algo fantástico!

Então a gente tem todo um calendário fechado com eles. Então tem as datas previstas durante todo o ano onde os professores vêm a Corumbá, façam as oficinas e a equipe do projeto junta com os professores para que eles apliquem as ferramentas trabalhadas nas escolas em relação ao desenvolvimento do projeto Criança das Águas.

Junta-se, então, os parceiros com a equipe ECOA e assim dão-se as capacitações. Temos dois tipos de capacitações: uma em loco que aí é quando faz, o que a gente fala que é dinâmica com os alunos e com os professores de cada escola (e isso se faz lá). E quando são os professores aí é no calendário. E no calendário oficial da escola eles descem, por exemplo, a cada uma vez por bimestre eles descem uma semana para ficarem em Corumbá. Isso é o calendário normal das escolas Criança das Águas. Então eles descem, teoricamente, para se qualificarem (claro, para ver a família também, porque a maioria tem famílias em Corumbá) e aí para se qualificarem. E nessas qualificações a gente aproveita e faz as oficinas. Então aproveita-se esse momento em Corumbá.

Agora quando se vai fazer com os alunos as oficinas, aí é em loco em cada escola.

Essas capacitações têm um calendário. Mas nada muito exato, por exemplo, não se pode prever: ah, faremos 2 capacitações por mês. Tudo depende da disponibilidade de todos os

parceiros, porque a maioria deles, isso é importante dizer, é que hoje a gente trabalha com muitos parceiros, em vários projetos, e a maioria deles não são remunerados, são trabalhos voluntários, então a gente tem que oferecer no mínimo para essas pessoas boas condições de trabalho. E aí entra logística, hospedagem e claro, calendário flexível a isso. Não se tem como obrigar parceiros voluntários a ir, "não, nós temos um relatório para fechar e vocês têm que ir". Não tem como fazer isso.

Quanto às comunidades podemos falar que essas 3 são bem distintas, inclusive culturalmente. Você tem Porto da Manga, que está a 60 km de Corumbá pela Estrada Parque, então não existe de fato um isolamento, você desloca por carro, ônibus, barco, enfim, e aí essa comunidade tem uma ligação com o consumo da cidade, com a política da cidade muito diferenciada.

Você tem a Paraguai-Mirim, que aí eu vou explicar o que é a Paraguai-Mirim: é uma comunidade que está entre São Lourenço e Corumbá, a 140 km de rio, subindo o rio Paraguai de barco. É a população mais adensada, sendo 38 famílias, por volta de 143/145 pessoas. O que acontece? No Paraguai-Mirim as famílias são pulverizadas do território, elas têm um abrangente de território muito grande. Lá se tem casas no Paraguai-Mirim que estão uma hora uma da outra de barco. Contando que a condição socioeconômica do Paraguai-Mirim é a mais grave, ou pelo menos era, eu acho que isso está mudando um pouco, mas aí é outro detalhe. As pessoas lá, o meio de locomoção delas ou é barco a remo ou é barco a motor de rabeta (igual esses que você vê no Vietnã, na Amazônia), que demora muito tempo.

Com as escolas não é o ônibus escolar que passa nas casas, ali a gente chama de o "barco escolar". São barcos que fazem a função do ônibus escolar. Então eles recolhem as crianças todos os dias de manhã e depois deixam na hora do almoço, buscando-as novamente na parte da tarde já que todas as escolas são período integral. Então eles fazem todo esse movimento todos os dias. Então tem um barco específico, com todas as normas de segurança, enfim, um barco moldado especificamente para atender os alunos que fazem esse deslocamento hoje, com uma velocidade muito rápida. É a Secretaria de Educação que loca os barcos com uma empresa,e agora eles ganharam os barcos, e barcos ainda mais específicos para o transporte escolar. É um barco-escolar mesmo. Ele é muito interessante.

No Paraguai-Mirim, antes dessas crianças terem esse deslocamento rápido, as crianças ficavam em sistema de internato nas escolas. Então tem os alojamentos ainda lá no prédio. A escola tem que ficar ali minimamente, no caso do Paraguai-Mirim, que é espalhado (as casas) tem que ficar ali mais ou menos no meio. Então nem tem como atender a gregos e a troianos,

então as crianças ficavam morando nas escolas, no Paraguai-Mirim. As crianças ficavam nas escolas o bimestre inteiro, só ao final dele é que elas iam para as suas casas passarem uma semana (que era o tempo que os professores tinham também para descer par Corumbá, visitar suas famílias, serem capacitados e aí voltarem de novo e retomando o calendário escolar). Esses internatos funcionavam como alojamento mesmo, com cinco refeições diárias, tinham condições básicas de sobrevivência. Você tem ventiladores, você tem geradores que oferecem luz, já que a luz tradicional não chega, a água é do rio (aí ela é tratada com decantação, cloro). E tudo isso já acontece desde uns dois a três anos pra cá.

E aí ainda tem uma escola chamada **Jatobazinho,** um pouco abaixo do Paraguai-Mirim que também é uma parceira do projeto, mais específico da área da educação e das oficinas que é uma iniciativa de fundo mais privada. É uma outra escola Criança das Águas, só que é de uma empresária. Então ela, com dinheiro privado, mantém toda estrutura e ali a prefeitura paga os salários dos professores e a merenda escolar. Então essa escola absorveu a grande demanda que tinha o Paraguai-Mirim por ser uma comunidade mais adensada. Então nós tínhamos ali uma demanda para 100/120 alunos, e ela absorveu 42 alunos, e me parece que ela está com 38 alunos agora. Então deu uma enxugada no quadro de alunos da escola do Paraguai-Mirim que aí deu uma condição de trabalho melhor para ambas as partes. Mas no Jatobazinho é esse sistema de internato. Eles, por serem um pouco mais distantes da cidade, não têm como fazer o deslocamento diário dentro do Paraguai-Mirim.

E em São Lourenço que é a comunidade mais isolada do Pantanal (que já está ali na fronteira com Mato Grosso e Bolívia) a escola é no meio da comunidade mesmo, é uma comunidade muito menor, e você tem o deslocamento por barco e a pé para a escola. Ela fica bem central. A escola também em palafitas e toda adaptada. Esse ano ela sofreu, infelizmente, um comprometimento altíssimo à sua estrutura por conta da cheia que foi muito forte. Ela está numa região de curva de rio, que a água junta com a Baía lá atrás e isso inunda e vira um rio, então a força da água é muito grande e comprometeu bastante a estrutura, mas mesmo assim ainda se tem aulas e a escola está sendo reformada agora. E lá no São Lourenço também tem o barco escolar que faz esse deslocamento que antes era por remo. Os pais traziam ou as crianças mesmo iam de remo, amarravam o seu bote e iam estudar.

O ensino nessas escolas vai até a sétima série (ano que vem teremos a oitava série) e depois disso os alunos ou vão para Corumbá tentar um curso técnico ou profissionalizante ou voltam para casa para ajudar os seus pais. A gente está tentando, em conversa com a Secretaria de Educação aumentar esse tempo nas escolas, aumentar para que se tenha o ensino médio nelas.

E ainda tem o modelo multiseriado, então, não são prédios que tem infraestrutura enorme. Então você tem uma sala de informática e duas aulas de ensino, essas salas são multiseriadas, por exemplo, de uma a quarta série e a outra de quinta a oitava série. E é um sistema interessante porque no Pantanal é o que dá para fazer com o que se tem, né?! E assim, de qualquer forma a missão se cumpre, cumpre o objetivo.

As aulas são durante a manhã (até o meio-dia) e a tarde são outras didáticas, por exemplo quando se tem festas tradicionais na comunidade ou até mesmo quando tem datas festas/simbólicas como o Natal, festa junina, a tarde tem uma dinâmica mais lúdica, por exemplo, uma dança, um teatro que as crianças querem apresentar para os pais, para a comunidade, ou tem um tempo maior de recreação a tarde, ou o reforço escolar. Ou trabalho de informática.

Grande parte das famílias desses alunos são isqueiros, pescadores, então os alunos quando acabam a escola ou voltam para casa para ajudar na pesca ou na catação de iscas, ou ajudar o pai a cuidar das fazendas. E as fazendas que eu falo muitas vezes não são deles. Eles ficam no rio, mas em portos das fazendas que eles trabalham (onde o pai é capataz, peão) e aí ele ajuda na lida do campo, da casa, enfim.

É importante dizer que as escolas têm internet via satélite pelo programa GESAC[66] do Ministério tanto da comunicação quanto da Educação, é um trabalho nosso aí de articulação de dois anos junto com esses Ministérios e agora vai chegar os Telecentros BR pelo Ministério da Pesca e da Agricultura.

Então quando a gente entrega o relatório no final do ano do projeto a gente vê além do que já estava escrito na proposta, a gente tem aí esses *plus* aí com a internet e os computadores que vão chegar pelo Telecentro. Então são computadores de ponta, com multifuncional, com datashow, com televisão, ou seja, todo um aparato multimídia para qualificar tanto os alunos quanto a comunidade, então quer dizer que esse telecentro não são só para os alunos mas para a comunidade também.

---

66 Coordenado pelo Ministério das Comunicações por meio do Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, o Programa Gesac oferece conexão de internet via satélite e terrestre à telecentros, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro. O Programa é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio dele, é disponibilizada a infraestrutura fundamental para a expansão de uma rede. Desde 2002, milhares de brasileiros passaram a dispor do acesso à internet por meio do Programa, que proporciona oportunidades de inserção no mundo das tecnologias de informação (TICs) e comunicação por meio de uma iniciativa governamental pública, gratuita e democrática. http://www.gesac.gov.br/

Os telecentros é um programa do Governo Federal de inclusão digital, e aí cada Ministério em o seu, por exemplo, o Ministério da Pesca tem o Telecentro Maré que é fundamentalmente para atender a população ribeirinha de pescadores, tanto da parte costeira quanto continental. Então nós fomos contemplados aqui no Porto da Manga temo Telecentros na colônia de Miranda, se eu não me engano vai ter em Corumbá, e nós estamos puxando para o nosso lado (falo das 3 comunidades ribeirinhas) Porto da Manga, Paraguai-Mirim e São Lourenço.

A Secretaria da Educação tem levado também para as outras escolas que tem a GESAC (essa Gesac é só o sinal da internet, não é o computador, apenas o sinal via satélite).

Como a ECOA tem fundos governamentais, internacionais e fundos autônomos e independentes como o Criança Esperança que é um fundo de doação, que passa para as organizações executarem os trabalhos. Mas todo o dinheiro, e a gente só trabalha com dinheiro público, você precisa fazer uma prestação de contas de forma mais transparente e ética possível. Então todos os projetos dentro de uma organização, dentro do Terceiro Setor, fora é claro essas que fazem lavagem de dinheiro que a gente sempre vê e que tem um outro propósito, a gente precisa fazer prestação de conta disso. Nessa prestação de contas você tem aí as ferramentas como o relatório, o financeiro e o de atividades. O financeiro é: se você teve x reais para gastar com combustível, oficinas, hospedagens, enfim, tudo está lá, o x reais gastado nisso. E o de atividade ou descritivo é o que você descreve todos os resultados qualitativo e quantitativamente e lustra ou por vídeos ou por imagens, ou por documentos, ofícios, enfim, tudo o que você executou no que estava proposto lá.

Então esses *plus* aí que ajudam bastante, por exemplo: “Ah, nós tínhamos 5 atendimentos para fazer, mas com a ajuda da marinha, nós conseguimos mais 2 atendimentos”, então já foram 7, né, e não 5. Nós, a princípio, tínhamos que fazer levantamentos de Chagas, Toxoplasmose e Hepatite, mas nós conseguimos fazer também o levantamento de, enfim, de doenças venéreas, DSTs. Então nós tínhamos 5 computadores com a Secretaria de Educação, mas conseguimos mais 10 máquinas com o Telecentro, máquinas de última geração. Então esses são sempre os *plus* que a gente vai conseguindo para atingir o nosso objetivo.

Mas falando um pouco mais sobre essa empresária ela é uma produtora rural que tem uma fazenda que cria gado num lado do rio, e do outro era uma pousada que ela comprou para atender crianças. É como um trabalho de responsabilidade social. Então tem essa ONG (uma ONG dela, fundada por ela) chamada ACAIA que tem um trabalho de base com populações de renda baixa, em São Paulo, na periferia da cidade, e ela trouxe esse modelo para o Pantanal. Mas o trabalho dela é especificamente com educação. A infraestrutura dela é muito

boa, da escola. E lá ela oferece além da educação básica, cursos profissionalizantes que ela fechou uma parceria com o Bradesco, para essas crianças que estão lá em regime de internato. E aí ela nos procurou para que a gente levasse o tratamento em saúde e as oficinas que a gente estava propondo para melhorar a educação nas escolas.

Desde 2009 nós estamos com o Criança Esperança, com esse projeto. E continuamos até no começo de 2011. É que é assim: o Pantanal não respeita o cronograma, você faz o cronograma, você faz um marco lógico, né, você faz um planejamento de execução de um ano, mas o Pantanal não respeita isso. Você pode ter uma cheia alta e aí você pode não conseguir acessar as comunidades, e as comunidades estão lutando pela sua sobrevivência. Você tem períodos aí de janeiro a abril com mosquitos que você não consegue levar ninguém para fazer trabalho na região. Aí você: ah você está brincando, né? Não. Lá o negócio é sério mesmo. Então tudo isso você tem que adaptar o cronograma de execução do projeto, então, não é um ano de janeiro a dezembro, ou então de janeiro a janeiro. É de janeiro a março, de janeiro a abril, de janeiro a junho.

Quanto a nossa frequência nessas comunidades, ela é mensal. Nós vamos direto pra lá.

Algo que pode ajudar muito é o relatório que a gente entrega ao final de cada projeto. Ele está aqui no site. Ele é bem legal. Pode ajudar e muito no embasamento teórico. O relatório da fase 2. Na verdade ele é um relatório dos dois anos aí de execução.

A marinha vai pra lá, geralmente, de 3 em 3 meses.

Aí você tem um programa muito legal também que fez parceria com a gente e que continuou a parceria agora só que com outras coisas que é o **Povos das Águas.** É uma política municipal do governo de Corumbá que leva atendimento também de saúde, assistência social para essas comunidades. Essas famílias recebem cestas básicas a cada 2 em 2 meses.

No site temos os documentos, fotos, os relatórios, enfim, tudo o que nós fazemos passo a passo. Detalhadamente.

Colocar em nota de rodapé: esse povos das águas é uma exposição que retrata através de imagens os bastidores dos projetos. Mostra, na verdade, resumindo, a realidade local dessas comunidades, realidade que pouca gente sabe, pouca gente conhece. Então a gente leva isso para aqueles que nos procuram.

Em relação à saúde nós cadastramos todos no SUS, todos têm carteira no SUS. Nós queríamos que eles tivessem atendimento prioritário também dentro do sistema de atendimento, mas isso não foi conseguido. É que nós temos uma equipe que trabalha e que faz um milhão e meio de coisas ao mesmo tempo, quer dizer, que executam outros projetos. E

outra a coordenação desse trabalho, as pessoas que trabalham nesse projeto, além de ser uma equipe muito reduzida, por isso que eu te falo, por isso que os parceiros agregam e muito bem, a pessoa tem que trabalhar na área de saúde, de educação, de meio ambiente, de ter essa relação com o local, de comunicação. Então é muito complicado. As vezes a gente não tem perna para algumas coisas. O *plus* seria isso. Por exemplo, está lá: ah cadastrar 200 famílias no SUS, qual que era o *plus* que não estava previsto mas que nós tínhamos o interesse de fazer, que era o que? O atendimento prioritário. Ou seja, quando um ribeirinho chega lá e fala eu sou do São Lourenço, ou do Paraguai-Mirim: "ah esse cara aqui tem prioridade, porque o cara pagou uma furtuna para vir de frete, viajou 30h de barco para chegar até Corumbá e muitas vezes não tem onde ficar". Não tem como ele se deslocar por táxi, enfim, é um pessoal diferenciado. Então não dá pra esse cara ficar esperando 3 meses na fila. Entendeu? Então foi isso o que a gente imaginou. Mas não é fácil. A gente não conseguiu ainda, não.

Então tudo nosso é público. Você pode ver tudo pelo site mesmo.

Outra coisa legal, uma oficina de rádio no Porto da Manga, e aí nós montamos rádio escola. Nós não tivemos recursos financeiros no projeto para expandir o rádio escola. Então ficou só na escola mesmo. A gente queria expandir isso para a comunidade.

A rádio escola é o seguinte: primeiro é fundamentalmente quebrar a timidez e inibição dessas crianças, porque são crianças, que muitas vezes não tiveram contato com outras crianças de fora, ou então em todos esses anos de educação não foi fomentado a elas esse trabalho de social. Então o que acontece, elas são muito tímidas, são crianças muito introspectivas, muito fechadas, então primeiro foi soltá-las. E em segundo, elas começaram a trabalhar com texto, com vocabulário, e elas definirem as pautas, a aprenderem a mexer nos equipamentos e definirem as pautas das matérias que iam ser vinculadas na rádio escola. E no terceiro ponto é elas terem a autoidentidade delas e a valorização do que elas fazem. Então as pautas dessas escolas é o cotidiano delas. Então, por exemplo, o seu Zé, pai da Fernanda pediu para avisar para ficarem espertos que a cesta básica vai chegar com a freteira amanhã. Então, pessoal, ajudem. Ah, fulana de tal está precisando de plantas de rança-toco, por exemplo, para fazer o seu trabalho de escola. Sabe assim o cotidiano da vida deles. Fulano pegou um pacu de 15Kg hoje. E isso aí é transmitido na rádio escola. A gente tem uma caixa e som potente que a gente faz a edição de tudo, mas fica muito mais restrito à escola. A gente queria que isso se repercutisse em toda a comunidade, mas para isso a gente precisa de equipamentos, fios, então financeiramente a gente não tinha condições dentro do projeto para isso. Ah, a Paty da ECOA

está aqui na comunidade, vamos fazer uma entrevista com ela. Entendeu? Expandir para a comunidade.

Por exemplo, a assistente social vai lá para cadastrar as famílias para fazer políticas públicas, então, foi o que aconteceu com a gente. A gente vai lá e fala: pessoal, vamos lá marcar presença, para eles fazerem o senso e poder ajudar vocês. Enfim, todo esse trabalho aí.

Quanto a questão da violência, nessas comunidades você tem situações distintas, por exemplo, o alcoolismo nessas comunidades é bem presente, e a gente tenta fazer o máximo de trabalho que evite isso com os adolescentes e os pais. Mas isso é um trabalho meu com outras associações, e não do projeto Criança das Águas.

Porto da Manga a gente tem um conflito interno grande, por religião, alcoolismo e partido político, que agora a gente está buscando recursos pra gente retomar os trabalhos de lá. Mas isso não é específico do Criança das Águas, é algo da comunidade mesmo, embora isso repercute, é claro, no desenvolvimento deles enquanto cidadãos. Então isso é feito de outra forma, é feito por mim através da Associação.

São Lourenço é muito mais tranquilo.

Agora Paraguai-Mirim tem um pouco de alcoolismo mas é muito pequeno. Agora Porto da Manga pela sua relação direta com a cidade lá é bem mais conflituoso.

Esse projeto Criança das Águas trabalha também diretamente com os pais das crianças e dos adolescentes, a gente tenta através de oficinas envolve-los. É aí que eu falo do “a” a mais: porque eu envolvo os pais nas reuniões que eu faço o trabalho com a Associação, com os pescadores. E a ideia é também que as crianças levem isso para dentro de casa, e levam, né?!

A qualidade de vida dessas comunidades é muito boa. Falando no geral é muito boa. A dieta alimentar deles, a base proteica é a caça e a pesca, eles têm, ainda, uma dieta rica em carboidratos, tem ali o arroz, a mandioca e o macarrão como principal, e o feijão algumas vezes. Tem também algumas frutas. A horta ainda não é uma cultura deles, ainda está no começo porque eles precisam ter cultura que ou suportem o regime de cheias ou que produzam antes de seis meses. Então eles teriam que ver essa dinâmica aí. Não tem desnutrição lá. As cestas básicas vêm da Prefeitura, uma vez por ano também tem uma ação de um barco evangélico, que também traz médicos, né, que fazem um trabalho bem legal. Nós tivemos também esse ano, mas isso é um evento bem raro que acontece uma vez a cada cinco ou seis anos, a Fundação Rondon, que é mais trabalho de levantamento, mas que também leva atendimento, a Marinha e nós quando temos recursos pelo Criança das Águas (acabou o

recurso a gente não tem como oferecer a logística e as condições de trabalho para a nossa equipe).

Então é isso. A nossa esperança é que a gente consiga ter um posto avançado de saúde na região, assim como as comunidades indígenas têm pela FUNASA. Eles têm um atendimento médico mensal, e a gente gostaria que essas comunidades também tivesse um posto alocados na região, com uma estrutura minimamente básica para se atender na região, então a gente ainda briga por isso. São algumas articulações que a gente ainda faz. Claro que a gente gostaria de ter recursos para fazer isso, montar e bancar essa estrutura. Mas como a gente não tem, a gente precisa do governo, do estado, dos poderes municipal, estadual e federal.

Recentemente a Secretaria de Educação ganhou do Governo Federal um barco com um posto de saúde móvel, pluvial, mas ainda não chegou para ser implementado. Mas assim, o cenário já tem mudado bastante e hoje eles são reconhecidos, todo mundo sabe o que é a Barra de São Lourenço, todo mundo sabe o que é o Porto da Manga, Paraguai-Mirim, sendo que há seis anos atrás ninguém sabia da existência dessas populações lá. Então talvez esse seja o principal resultado do trabalho. Eles descem, fazem reunião com secretários da Prefeitura, exigem as suas agendas, as suas demandas. Recentemente tiveram, há umas duas semanas atrás, organizado pelo Ministério Público Federal e Embrapa, o primeiro Fórum de Populações Tradicionais do Pantanal de Mato Grosso do Sul, tivemos uma participação muito legal e que foi um marco, fez história, no que se refere ao conhecimento dessas populações no Pantanal. Porque quando de fala em Pantanal, já se pensa em pecuarista, os gaúchos que se dizem pantaneiros e que deveriam colonizar algumas áreas do Pantanal, criar gado e é o que tem mais força política, de determinar, de trazer empresas para o estado. E essas caras são os Pantanais das Águas que a gente chama, pessoas que vivem, conservam a região, amam o seu território, amam o que fazem.

ANEXO VII – ENTREVISTA ÁLVARO BANDUCCI

OBS: Indicou o Alcides (presidente da ECOA) para entrevista. Mas a agenda dele não é muito disponível. Ele também falou, a todo momento, que assim que a ECOA foi fundada de fato, ele teve que se afastar por causa do mestrado. E hoje a sua participação é técnica, ou seja, só de vez em quando, em um ou outro projeto. E que por isso ele não pode me ajudar muito. Somente pode falar sobre um ou outro projeto que ele fez parte, já que hoje ele não está envolvido com nada. Deixou claro que se aparecer alguma proposta ele pode até ver, mas que por enquanto o Alcides é quem pode contribuir mesmo para a minha dissertação.

A transformação da ECOA de uma ONG de protesto, de denúncia (não vou falar combativa, porque eu acho que ela ainda é combativa) para uma ONG de atuação socioambiental. Então tem essa mudança de perfil e eu vou acompanhando a distância. Quando eles me chamam eu vou lá e faço parte de um projeto da ECOA em comunidades. Eu sou da ECOA, ajudei a funda-la, bem como contribui na reunião do seu regimento. No entanto, assim que a ECOA foi fundada eu saí para fazer mestrado. Então as primeiras informações eu acompanhei, mas logo tive que me afastar.

O projeto que eu fiz parte junto com a ECOA foi sobre os Isqueiros.

Quando eu fiz o meu doutorado com pescadores, a grande maioria deles estavam envolvidos com o Turismo da pesca, e dentro do turismo de pesca estava nascendo uma nova categoria de pescadores, que eram os catadores de iscas. Então o pescador profissional comprava iscas com os pescadores de iscas. Aí eu me voltei para esse objeto específico, que são os catadores de iscas. Comecei a desenvolver o meu trabalho, e tinha a ECOA que estava querendo trabalhar com comunidades e me convidaram para fazer um projeto juntos. E aliás já havia ali um projeto feito pelo Alcides – que era membro da ECOA também, biólogo – e ele tinha feito um projeto sobre os catadores de iscas. E com esse projeto a gente tinha um financiamento externo. E aí eu organizei esse projeto. Esse trabalho tinha o propósito de dar visibilidade, um pouco sobre Educação Ambiental, mas sem se aprofundar muito. Era só conhecer o que eles faziam e ensinar a eles técnicas que eram necessárias, sobretudo de instrumentos de trabalho, até porque eles estavam começando ainda. Eles faziam tudo muito improvisado. Para fazer a coleta de iscas eles usavam aquelas telas finas, daí quando eles passavam na lagoa e batia nas plantas, acabavam levantando um pouco de tudo: aguapé, peixes, folhas, etc. Então o impacto ambiental é maior. Sendo assim, diante do exposto a gente se dispôs a fazer um projeto que

instrumentalizassem eles, ou seja, que trouxessem também alguns esclarecimentos acerca de conservação ambiental. Daí esse projeto foi aprovado e passamos a receber uma verba para o desenvolvimento dele. Era uma parceria com a UFMS. E aí a gente atuou onde? Ali na região do Miranda (do rio Miranda), Passo do Lontra, na estrada para Bonito também tem uma comunidade e no rio Paraguai. Tanto em Porto Murtinho quanto em Porto da Manga. E acabou que a gente mais condensou o trabalho ali no Passo da Lontra, sobre tudo no Porto da Manga. E aí foi um trabalho muito interessante, porque os isqueiros – como eles mesmos se chamavam – estavam começando. Era uma nova categoria de pescadores. O próprio sindicato, que é a Colônia dos pescadores, não se conhecia como categoria embora tivesse suas necessidades, especificações e demandas diferentes.

E a nossa presença naquele momento foi importante porque a gente começou a trabalhar com essas pessoas e dar visibilidade pra elas. "Olha, tem uma categoria nova de pescadores aqui que ninguém está atendendo." E assim a ECOA e a UFMS conseguiram espaço dentro do Conselho de Pesca, no estado. Então assim, a gente conseguiu muito espaço. Conseguimos espaço para os pescadores e para os coletores de iscas. Inclusive alguns pescadores profissionais ficavam irritadíssimos já que eles não conseguiam enxergar essa nova categoria de pescadores, ao contrário de nós que insistíamos que havia sim diferença. Então eles tiveram visibilidade, foi um emponderamento da categoria. Foi uma coisa muito bacana.

E isso tudo aconteceu na virada dos anos 90 para 2000 (de 1999 até 2003 mais ou menos). E na ECOA quem trabalhava com esse projeto também era o Celsio. Ele se dedicou demais a esse projeto. Eu o ajudei a conceber, a construir: fui lá conhecer os pescadores, apresentei para eles o trabalho todo, mas você segurar o projeto na mão e fazer acontecer, ir lá – porque depois a gente começou a fazer experiências com instrumentos diferentes, que a gente imaginava que pudesse ser menos impactante. Inclusive a construção de tanques, de reservatórios para as iscas que eram deles, porque antes o que eles tinham eram tanques normais, aquele comum que se tem em casa, então o impacto era maior – então tudo isso, era Celsio que estava por trás de tudo. Ele estava sempre agregando, então esse projeto de deve muito a ele.

Então para você ver, tinha esse projeto que tinha essa perspectiva ambiental, e os pescadores de iscas eram acusados de impactar demais o meio ambiente. E aí a gente chega com um projeto não tão impactante. Então diminuiu o impacto, mas sem tirar a categoria dali. Isso porque o Zeca, no seu governo, queria acabar com a pesca, ele não queria nem saber dos isqueiros. Inclusive, na época, era a polícia florestal/ambiental pegando esses isqueiros e até

mesmo se usando de violência para com os mesmos. Mas quem são esses isqueiros? São aqueles que não conseguem mais pescar porque competir com a pesca esportiva e a pesca industrial eles não conseguiam mais. Então eles passaram a pescar iscas. E aí a gente conseguiu com esse projeto trazer melhores ferramentas como, por exemplo, malha para pegar peixe, ou seja, aquela malha maior, uma vez que por pescarem em lagoas onde têm bastante plantas, com essas malhas de rede maior os sedimentos passavam, logo a triagem era menor e melhor feita. Então todo esse impacto foi menor. A gente pensou também em reservatórios, porque nos tanques que eles tinham as iscas morriam logo. Enfim, conseguimos tudo isso, além do espaço político que a gente conseguiu para eles.

É um projeto de aspecto socioambiental muito bacana e que nos passa a sensação de dever cumprido.

Apesar de eu ter me afastado, eu sei que esse projeto ainda está em funcionamento, não sei em que pé, mas eles continuam com os reservatórios, fazendo as manutenções e inclusive me parece que esse projeto recebeu um julgamento internacional, então ele continua sendo bem visto. O que eu acho que mudou é a condição de pesca no estado, a situação da pesca. Tem diminuído muitos peixes nos rios, e também o número de turistas, então se a demanda é menor, tem menos trabalho para os isqueiros. E aí eu não acompanhei. Eu não sei para onde estão indo esses isqueiros.

Então são vários os fatores que estão levando à escassez desses peixes – como o assoreamento dos rios, a pesca indiscriminada, contaminação das águas e solo pelo uso de agrotóxicos e principalmente por conta da agropecuária – o que leva logicamente à redução de turistas e à falta de trabalho para esses pescadores de iscas. Sem contar a legislação com algumas leis do tipo: não se pode mais carregar peixes, apenas amostras; o peixe não pode ultrapassar tantos quilos ou centímetros, enfim, questões essas que mudam de ano para ano.

E essa é a situação. O Zeca, por exemplo, queria 5 anos sem pesca para aumentar os peixes nos rios. Mas se não for observada a totalidade, de nada vale. De que adianta proibir a pesca se continuarem queimando, desmatando, provocando assoreamentos, uso excessivo de agrotóxicos, enfim, de que adianta? Não vai repor nada, e os que nascerem logo vão morrer.

Então a totalidade tem que ser vista.

Bom, então é isso. Esse foi o último trabalho de fôlego que eu fiz com a ECOA, um trabalho que eu acho sim que dá um caráter de ação socioambiental da ECOA. E o Celsio quando veio trabalhar com a gente, vinha de uma experiência muito interessante também que era no Assentamento AndaLúcia, onde lá eles fizeram uma ação no sentido de aproveitar os

frutos do cerrado. Então foi a ECOA que começou com isso. Só que depois a ECOA saiu desse projeto, mas ele continuou sendo encaminhado só que por outras ONGs. E o resultado foi muito legal, porque lá eles passaram a produzir e a vender farinha de bocaiúva, enfim, uma série de frutos do cerrado sem que impactasse o meio ambiente. Aí o Celsio participou do começo, eles começaram lá plantando, fazendo o uso de árvores nativas.

Quanto à parceria da UFMS com a ECOA é uma ligação bem legal, embora seja bem flexível também. É fato que dentro da UFMS tinham aqueles que viam a ECOA como uma ONG de ambientalistas radicais, e que não dava nem para dialogar com os mesmos. Mas, por outro lado, tinha também aqueles que estavam na formação da ECOA que era eu, o Paulo Robson, Geraldo, Ieda, enfim, uns atuando mais diretamente, e outros atuando mais tecnicamente.

Mas você tem aí uma série de situações em que há atritos. O próprio Alcides ele tinha uma visão muito particular sobre a UFMS que ele universalizava. Ele achava que a Universidade era grande demais, não geria bem os seus recursos, enfim, quando ela conseguia se aparelhar de recursos para pesquisas, como automóveis para deslocamentos, por exemplo, ela acabava não cuidando dos seus bens. Então ele sempre achou que a Universidade era relapsa.

Então quando o Alcides chamava a gente para fazer um projeto de pesquisa era assim, tudo para a ECOA e não para a Universidade porque a UFMS não sabia cuidar. Então a gente ficava meio ressabiado. Ele sempre falou mal da Universidade e isso é mal até para quem está dentro da ECOA, causa um mal estar. Não vou dizer que isso tenha prejudicado/afetado a nossa participação, a nossa parceria, mas de fato, a gente participa de um projeto e depois você quer um tempo.

No momento não posso falar muito já que eu me afastei da ONG, mas parece que a ECOA foi se profissionalizando[67]. Mas isso é uma visão muito pessoal minha, e uma visão de fora da ECOA. A impressão que ela me dá é que ela se profissionalizou na captação de recursos e na aplicação. Então você tem uma ECOA mais intransigente, que é aquela que denuncia, aponta o dedo, e depois você tem uma ECOA que desenvolve projetos sociais e que se profissionaliza nisso.

Então fica aí uma dica para você: ver se realmente a ECOA passa por esse processo. Se acontece ou se aconteceu. E eu tenho aqui pra mim que ela passou e passa por esse processo. E aí a profissionalização no sentido que eu estou usando aqui ela é problemática no sentido de que esse aspecto social e ambiental, ele vai ficando em segundo plano, não que se abandone a

[67] Aqui é uma opinião dele. Muito particular e distante. Como ele não sabe se é verdade, ele não assina em baixo. É apenas uma opinião incerta.

ideia de preservação ambiental e nem nada, mas a atuação, a construção social vai ficando de lado em função da captação de recursos para a realização de projetos. E aí que tipo de projetos estão fazendo? Que resultados que está dando isso? Mas também eu não sei se não há uma necessidade mesmo de profissionalização, afinal as pessoas precisam de dinheiro para sobreviver. Então como lidar com essa dificuldade. Então ao mesmo tempo em que você tem uma ação social, efetiva e que é política também, e ao mesmo tempo ter recursos para continuar levando isso adiante. Então o que me pareceu é que essa captação de recurso, se não tomar cuidado pode se sobrepor à ideia principal.

Então é isso. Quanto ao histórico da ECOA, o processo de fundação, como que nasce a ECOA? Ela começou a partir da ideia de um grupo de pessoas que tinham uma preocupação ambiental, isso na década de 80 para 90, e aí e esse grupo de pessoas tem um mote, tinha alguma coisa acontecendo no estado, tinha aquela ação pantanal (aquela preocupação de criar usinas no Pantanal) e devido a uma ação da Camargo Correa é que surgiu a ECOA de fato. A ECOA audaciosa. E eu fui um dos caras que foi lá em Bodoquena, vi se tinha cavernas, junto com o Luiz, o Paulo Robson, enfim , e tinha. Então foi assim, era uma investigação, foi tudo sigiloso, a Camargo Correa não podia saber que a gente estava lá, a gente temia que não podia. Na verdade, a gente ia entrar nas terras da Camargo Correa, mas acabamos nem entrando. Mais tarde foi um outro grupo que entrou. Então começa esse movimento e nasce a ECOA. Quem estava por trás disso, capitaneando, era o Alcides. Quanto a Camargo Correa, ela teve sim que fazer o seu EIA/RIMA, buscou mostrar através de audiências que o impacto ambiental não seria tão grande e que inclusive os benefícios sociais seriam bem maiores. No entanto nós estávamos presentes e falamos que não era bem assim já que a cidade era pequena e não tinha infraestrutura para isso, e de fato, logo a cidade se favelizou. Mas enfim, foi desse embate que nasceu a ECOA.

E você me perguntou no inicio da entrevista por que Ecologia e Ação? Eu sei o porque, eu estava presente nesse momento de escolher o nome. A gente teve uma reunião, não me lembro se foi na casa do Alcides, mas enfim, era uma casinha ali no centro, nós fizemos uma reunião, lemos o regimento e tal, e ainda não tinha o nome. Na época estava perto da gente o Celso Aracaque, que é um publicitário cheio de boas ideias, inclusive foi ele quem criou o nome Ecologia e Ação, baseado no que a gente queria fazer. Portanto, uma ONG que queria atuar, denunciar. Foi aí que ele criou o nome Ecologia e Ação. Lógico que ele abriu para a gente dar sugestões, mas ficou assim mesmo. Então foi o Celso Aracaque que criou o nome. Ele foi

membro e um dos fundadores da ECOA também, além do criador do slogan para o nosso projeto de pescadores.